

atlântica

SETE MARES

O MAR DE ULISSES

EDUARDO LOURENÇO

CIDADES INVISÍVEIS

RIO DE JANEIRO

VIDAS CONTADAS

**UMA ENTREVISTA IMAGINÁRIA
COM ERICO VERÍSSIMO**

JOÃO VENTURA

CAMINHOS CRUZADOS

**LUIS FERNANDO VERÍSSIMO
E LYGIA FAGUNDES TELLES**

A INVENÇÃO DA AMÉRICA

**SIMÃO BOLÍVAR E A
INVENÇÃO DA COLÔMBIA**

ARMANDO MARTÍNEZ

ESTADIO DE SÍTIO

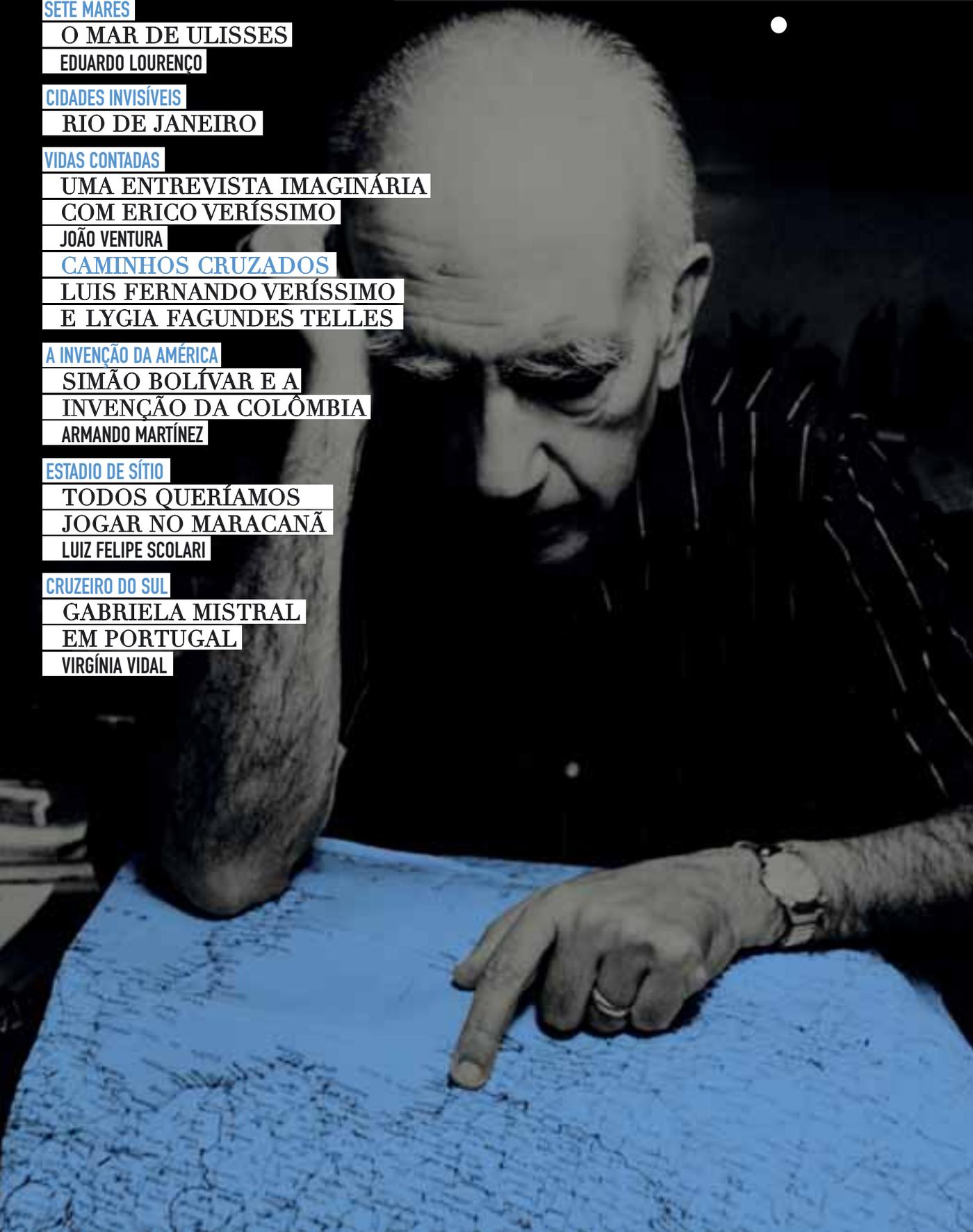
**TODOS QUERÍAMOS
JOGAR NO MARACANÃ**

LUIZ FELIPE SCOLARI

CRUZEIRO DO SUL

**GABRIELA MISTRAL
EM PORTUGAL**

VIRGÍNIA VIDAL



Marque já na sua agenda para 2006...

em Portimão!



JANEIRO

Lisboa-Dakar
Portimão

31 Dez - 05

1.ª Etapa
Lisboa-Portimão

1 Jan - 06

2.ª Etapa
Saída de Portimão

Exposição das viaturas
de competição

Mega Passagem
de Ano

Zona Ribeirinha de
Portimão



FEVEREIRO

Ciclo de Sons
(até Maio)



MARÇO

Março Jovem



ABRIL

Festival de Dança
Contemporânea

FICA - Festival
Internacional de
Cinema

Concerto de
Páscoa



MAIO

Festival de Jazz
"Maio,
lindo Maio"

6.ª Corrida
Fotográfica

- 
- 3 UM SOLO DE CLARINETA João Ventura
4 TODOS OS NOMES
6 MEMÓRIA DE FOGO
Crónica dos filhos de Viriato Manuel Alegre
8 SETE MARES
O mar de Ulisses Eduardo Lourenço
10 A MUDANÇA DA TERRA
Vila Nova de Portimão António Borges Coelho
14 VAGA GENTE
Jorge Fernandes Gramaxo, um mercador algarvio
em Cartagena das Índias [1590-1626] Maria da Graça A. Mateus Ventura
18 TRAVESSIAS
Na peugada do «Maravilha Negra» Afonso de Melo
22 SANTOS DA CASA
São Jorge: da Casa de Avis às casas de santo Georgina Silva dos Santos
28 CIDADES INVISÍVEIS
RIO DE JANEIRO: UMA GEOGRAFIA SENTIMENTAL
30 Imagens de Portugal na paisagem carioca José Pessoa
34 Eternamente Lapa Gilmar Rocha
38 Sombras Lúcia Castello Branco
40 VIDAS CONTADAS
42 Erico Veríssimo: um solo de clarineta. Uma entrevista imaginária
João Ventura
52 Caminhos cruzados: Erico e Luís João Ventura
56 Caminhos cruzados: Erico e Lygia Fagundes Telles Ana Goulão
60 A BIBLIOTECA DE BABEL
Real Gabinete Português de Leitura António Gomes da Costa
64 A INVENÇÃO DA AMÉRICA
INDEPENDÊNCIAS
66 Os fados da independência do Brasil Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves
70 Simão Bolívar e a invenção da Colômbia Armando Martínez Garnica
74 Buenos Aires, Montevidéu e as marcas da Revolução da Independência
Geraldo Caetano
80 CEM ANOS DE SOLIDÃO
El hambre no es una milonga Grau Serra Espriu
82 RIOS PROFUNDOS
Rio São Francisco, carinhosamente o Velho Chico Rogata Soares del Gaudio
86 BESTIÁRIO
Carta de uma capivara a um tatu Maria Adelina Amorim
90 SABORES PRINCIPAIS
Dádivas ambíguas da mandioca Ronald Raminelli
94 SINAIS DE FUMO
Habanos, mezcla de hojas y ángeles Lourdes de Armas
96 ESTÁDIO DE SÍTIO
Todos queríamos poder dizer: “Eu joguei no Maracanã”
Luiz Felipe Scolari
98 ALGUM CHEIRINHO A ALECRIM
Núpcias da língua portuguesa Paulinho Assunção
102 O QUE FAÇO EU AQUI
Com os índios mazatecos em San José Tenango
Fernando de La Vieter Ribeiro Nobre
104 CRUZEIRO DO SUL
Gabriela Mistral em Portugal Virgínia Vidal
108 A MARESIA DO MUNDO
Letanía de Nuestro Señor Don Quijote Rubén Darío
110 FICÇÕES
A caçada Lygia Fagundes Telles
114 HERÓIS DO MAR
O que o mar molha jamais seca João Tatá Regala



Um solo de clarineta

João Ventura

jventura_atlantica@yahoo.com

Nesta edição de *Atlântica*, fazemo-nos de novo ao mar respondendo ao «apelo nómada das águas» que, hoje e sempre, a partir das escarpas nuas de Sagres, nos leva para longe. Mas, tal como o Ulisses de Eduardo Lourenço, navegamos apenas para regressar ao porto que conhecemos e nos conhece. Pura errância no labirinto líquido por onde nos aventuramos, puxando os fios azuis que nos levam ao encontro do outro lado de nós. Espécie de «solo de clarineta», como diria Erico Veríssimo cuja vida se conta nesta edição.

Falamos da mudança da terra onde se vai fazendo esta revista. Vila Nova de Portimão, entre dois mares. O de Ulisses e o Atlântico. Falamos da sua vaga gente, buscando ouro e glória, errando de porto em porto, até chegar a Cartagena das Índias. Também dos seus «marinheiros de Agosto, molhando no mar os pés», alheios ao apelo nómada do mar. Outras travessias, também, de lá para cá. Histórias de vaga gente atravessando o Atlântico para encantar nos estádios de futebol da Europa.

E, na outra margem atlântica, continuamos a deambular pelos recantos mais secretos e invisíveis das cidades das Américas. Movidos pelo espírito baudelairiano do flâneur, perdemo-nos no labirinto de ruas e bairros do Rio de Janeiro – Vila Isabel, Caju, Morro da Conceição – e descobrimos pedaços de Portugal que julgávamos perdido. Como nas calçadas de Copacabana. Ou nas estantes do Real Gabinete Português de Leitura. Ou, ainda, nas imagens de um São Jorge de rosto lusitano que nos persegue em cada esquina. Santo da casa levado para o outro lado do mar. Aventuramo-nos pela Lapa, sempre eterna, imaginada, cantada por poetas e músicos de todas as épocas.

Subimos, finalmente, ao Alto da Boa Vista à procura de uma cidade desaparecida, atravessando a floresta, os silêncios e o cheiro de terra húmida, descendo, depois, até encontrar as velhas amendoeiras junto ao mar.

Também algum cheirinho a alecrim na evocação da avó Antónia, através de uma imagem que contém todos os cheiros, num velho quintal de Minas Gerais, onde se misturam aromas e sabores dos frutos da língua portuguesa no Brasil. «Doces como a manga, leves como a melancia, ácidos como o abacaxi, azedos como o limão, raspantes como o gosto deixado na boca pelo caju». Os sabores principais como dádivas ambíguas onde, ainda e sempre, encontramos Portugal. Como numa carta que uma capivara escreve a um tatu. Ou num rio profundo atravessando o sertão.

E também a História, a que vem nos livros, e a outra. Primeiro, a das independências, reinventando as Américas. Desde o grito do Ipiranga ao fracasso do sonho de uma grande Colômbia e à emergência da República Oriental do Uruguai.

Depois, a história trágica dos «cem anos de solidão», porque a fome não é uma milonga e, como nos diz Erico Veríssimo, é preciso «fazer luz sobre as injustiças», nem que seja «com um candeeiro, um toco de vela...» Aqui com uma fotografia de uma trágica beleza.

Caminhos cruzados, ainda, de Erico Veríssimo com seu filho Luís Fernando Veríssimo e sua amiga Lygia Fagundes Telles. Fios da memória que aqui se estendem entre as duas margens atlânticas, cem anos depois do nascimento do escritor gaúcho. Um solo de clarineta onde o escritor e nós próprios nos cumprimos. !

Fotografia de João Mariano



AFONSO DE MELO [Águeda, Portugal] é o assessor de imprensa para a Seleção Nacional A, depois de ter trabalhado em jornais durante dezassete anos. Publicou vários livros nos últimos anos, entre os quais *Portugal em Calções*, *Cinco Escudos Azuis* (a história da Seleção Nacional desde 1921), o romance *Uma Sombra Laranja-Tigre* e o conto “A Princesa-Que-Tinha-Uma-Luz-Por-Dentro”. **ANA GOULÃO** [Lisboa] licenciou-se em Sociologia na Universidade Nova e começou a trabalhar no jornalismo em 1988. Colaborou em diversos jornais e revistas, nomeadamente no extinto *O Tempo*, no *Expresso* e na *Revista Clube de Empresários*. Actualmente é jornalista na Agência Lusa, especializado em temas de cultura. **ANTÓNIO BORGES COELHO** [Lisboa, Portugal] é doutor em Letras e professor catedrático jubilado da Universidade de Lisboa. Fundador e presidente do ICIA de 1995 a 1998, director do *Mundo Diplomático*, é autor de numerosos títulos sobre a expansão portuguesa, a Inquisição e os cristãos-novos, além de poeta, jornalista e romancista. **ANTÓNIO GOMES DA COSTA** [Póvoa de Varzim] é economista, presidente do Real Gabinete Português de Leitura e da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras. É autor de *A Brasilidade dos Portugueses* e de *O Homem Português no Brasil*. **ARMANDO MARTÍNEZ** [Bucaramanga, Colômbia] é doutorado em História pelo Colégio de México. Especialista em história política da Colômbia. Professor titular da Universidad Industrial de Santander (Colômbia). **EDUARDO LOURENÇO** [S. Pedro de Rio Seco, Almeida, Portugal] é um dos principais ensaístas e pensadores portugueses, projectado internacionalmente como um dos maiores intérpretes das grandes questões da cultura portuguesa e universal. Autor de vasta bibliografia, da qual se destaca *Heterodoxia I e II*, *O Labirinto da Saudade: Psicanálise mítica do destino português*, *O Esplendor do Caos*, *A Nau de Ícaro*, *Portugal como Destino*. Em 1996 foi-lhe atribuído o Prémio Camões. **GEORGINA SILVA DOS SANTOS** [Rio de Janeiro, Brasil] é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. É coordenadora na UFF do projecto *Companhia das Índias*. Tem publicado vários artigos em revistas sobre temas de história sociocultural e autora do livro *Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*. **GERARDO CAETANO** [Montevideo, Uruguai] é um dos mais destacados historiadores e politólogos uruguaios. Director do Instituto de Ciência Política da Universidad de la República. Autor de numerosos livros e publicações nas suas áreas de especialidade, muitos dos quais premiados. **GILMAR ROCHA** [Rio de Janeiro, Brasil] é doutor em Antropologia Cultural (IFCS-UFRJ) e professor do Departamento de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Nos últimos anos tem-se dedicado aos estudos no campo das culturas populares, principalmente dos fenómenos da malandragem e da cultura circense no Brasil. É autor do livro *O Rei da Lapa – Madame Satã e A Malandragem Carioca*, RJ, 7 Letras, 2004. **GRAU SERRA ESPRIU** [Barcelona, Espanha] é cineasta documental, formado no Centro Nacional de las Artes, do México D.F. Com o apoio da UNESCO, realizou no México o seu primeiro documentário intitulado *Última Palabra*, sobre os últimos falantes das línguas indígenas do México. Actualmente prepara a realização de vários documentários para televisão sobre temas etnológicos e sociais em diversos países de África, América Latina e Ásia. O seu último projecto, ainda inacabado, é uma reportagem fotográfica para a ONG Fundación Intervida, sobre problemáticas da infância em países como o Bangladesh, a Índia, o Senegal, a Guatemala e a Bolívia. **JOÃO MARIANO** [Aljezur, Portugal] é fotógrafo. Editou e coordenou a fotografia do Grupo Forum, dirigiu o departamento de fotografia do portal *Terràvista* e actualmente dirige a agência 1000olhos – Imagem e Comunicação. Publicou diversos álbuns, livros e catálogos, e expõe regularmente desde 1993. Colabora eventualmente com a revista *Egoísta* e com o semanário *Dna*. **JOÃO TATÁ REGALA** [Torres Vedras, Portugal] é mestre em Etologia pela Universidade de Liverpool e Licenciado em Biologia Marinha e Pescas pela Universidade do Algarve. Embora tenha experimentado, ao longo da última década, diversas formas de expressão paralelamente à sua carreira de investigação, é na fotografia que se tem desenvolvido mais notoriamente, iniciando presentemente a carreira de jornalismo e fotojornalismo como *free-lancer*, expondo regularmente desde 2002. **JOÃO VENTURA** [Portimão, Portugal] é mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação pelo ISCTE e pós-graduado em Ciências Documentais [área de Bibliotecas] pela Universidade de Lisboa. Foi leitor de Língua e Cultura Portuguesas na Universidade de Paris III e docente convidado na Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve. Entre 1998 e 2003 desempenhou as funções de delegado regional do Ministério da Cultura no Algarve. Actualmente desenvolve actividade na área da gestão cultural. **JOSÉ PESSOA** [Rio de Janeiro, Brasil] Arquitecto e professor da Universidade Federal Fluminense, espe-

cialista em restauração de monumentos e sítios e doutor em Planeamento Urbano pelo Istituto Universitario di Architettura di Venezia. **LOURDES DE ARMAS [La Habana, Cuba]** escritora cubana com vários prémios em concursos literários. Actualmente desempenha funções na Habanos S. A e coordena um projecto que visa promover os puros cubanos através da arte. **LÚCIA CASTELLO BRANCO [Rio de Janeiro, Brasil]** desde há trinta habita em Belo Horizonte. É escritora, autora de vários livros de ensaio (sobre literatura e psicanálise), literatura infanto-juvenil, além de romances e contos. É também professora de Literaturas Brasileira e Portuguesa na Faculdade de Letras da UFMG. É doutora em Literatura Comparada, com pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa (1992) e pela Universidade da Califórnia (2001). **LÚCIA MARIA BASTOS PEREIRA DAS NEVES [Rio de Janeiro, Brasil]** é professora titular de História Moderna da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em História pela Universidade de São Paulo e investigadora do CNPq na área de história política e cultural do Brasil e Portugal, séculos XVIII e XIX. Autora de *Corcundas e Constitucionais: A cultura política da Independência do Brasil, 1820-1822* e *O Império do Brasil*, além de diversos artigos em periódicos no Brasil e em Portugal, como *Oceanos* e *Ler História*. **LUIZ FELIPE SCOLARI [Passo Fundo, Rio Grande do Sul]** é actualmente o seleccionador nacional de futebol de Portugal, tendo levado a equipa à final do Campeonato da Europa de 2004 depois de, dois anos antes, ter sido campeão do mundo com o Brasil. É um dos treinadores de futebol mais conceituados da actualidade. **LUÍS FERNANDO VERÍSSIMO [Porto Alegre, Brasil]** iniciou a sua carreira como jornalista, tornando-se depois um dos escritores mais prolíferos do Brasil. Da sua vasta obra, destacam-se os seguintes títulos: *O Popular, A Grande Mulher Nua, Amor Brasileiro, As Cobras e Outros Bichos, Ed Mort em "O Sequestro do Zaqueiro Central", Ed Mort e Outras Histórias, O Jardim do Diabo, Pai não Entende Nada, Peças Íntimas, O Santinho, Zoeira, Sexo na Cabeça, O Gijolô das Palavras, A Mão do Freud, Orgias, As Aventuras da Família Brasil, O Analista de Bagé, A Velhinha de Taubaté, A Mulher do Silva, O Marido do Doutor Pompeu, A Mesa Voadora e Traçando Paris*. É filho do escritor Erico Veríssimo. **LYGIA FAGUNDES TELLES [São Paulo, Brasil]** é uma das mais importantes escritoras brasileiras contemporâneas. Criadora de uma vasta obra no domínio do romance e do conto, conquistou os mais importantes prémios literários brasileiros, num percurso de sucesso culminado em 2005 com a atribuição do Prémio Camões. *Ciranda de Pedra, Verão no Aquário, Antes do Baile Verde, As Meninas, A Disciplina do Amor, As Horas Nuas, Durante Aquele Estranho Chá* são alguns dos seus livros. **MARIA ADELINA AMORIM [Coimbra, Portugal]** é mestre em História do Brasil e assistente convidada na Universidade Lusófona em Lisboa. É autora de vários estudos sobre a missão no Brasil e sobre a literatura de viagens. **MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA [Portimão, Portugal]** é doutora em Letras pela Universidade de Lisboa. Fundadora do ICIA, foi vice-presidente da Direcção de 1995 a 2002, sendo presidente desde 2002. Membro do Nodo Coordenador da Cátedra de História da Ibero-América [OEI] e coordenadora executiva da CEIA, é professora convidada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve no âmbito da Cátedra de Estudos Ibero-Americanos. É especialista em história da Ibero-América, com numerosos textos publicados nesta área. **MARCELO VIGNERON [São Paulo, Brasil]** é repórter fotográfico. Formado em História pela Universidade de São Paulo e seduzido pela fotografia por Henri Cartier-Bresson, Robert Capa, Sebastião Salgado e outros mestres. Viveu e trabalhou em Lisboa no início dos anos 90 onde foi editor de fotografia no Grupo Forum. Publicou em Portugal o livro *Brasil 500 Anos – Memórias portuguesas, Terràvista*. Hoje, vive e trabalha como fotógrafo *free-lancer* em São Paulo. **PAULINHO ASSUNÇÃO [São Gotardo, Minas Gerais, Brasil]** é ficcionista, poeta e jornalista profissional. Ganhou dois prémios literários nacionais no Brasil: o Prémio Cidade de Belo Horizonte, em 1983, com *Diário do Mudo* (Poesia), e o Prémio Guimarães Rosa, em 1998, com *Pequeno Tratado sobre as Ilusões* (contos), este editado em Portugal pela Campo das Letras. Vive em Belo Horizonte, dedicando-se à escrita e a uma pequena editora, a Edições 2 Luas. **ROGATA SOARES DEL GAUDIO [Belo Horizonte, Brasil]** é professora de Geografia na COLTEC/UFMG, mestre em Ciências Sociais na PUC/Sp e doutoranda em Educação – FaE/UFMG. **RONALD RAMINELLI [Rio de Janeiro, Brasil]** é professor de História Moderna na Universidade Federal Fluminense (Brasil) e pesquisador do CNPq. Autor do livro *Imagens da Colonização* e de muitos outros estudos sobre a produção de conhecimento e de imagens no Império Colonial Português. **VIRGINIA VIDAL [Santiago, Chile]** é escritora e jornalista. Trabalhou no programa cultural do Canal 9 da Universidade do Chile. Integrou o conselho de redacção da revista *Araucária*. Actualmente é directora da revista *Anaquel Austral* e assessora de imprensa do Instituto de Arte Latino-Americano da Faculdade de Belas-Artes do Chile.

Crónica dos filhos de Viriato

Manuel Alegre

Nos quarenta anos de *Praça da Canção*¹ de Manuel Alegre, «epopeia confiscada de uma antiga pátria heróica», revisitamos a «Crónica dos filhos de Viriato», memória do fogo onde ressoa «uma história que não vem nos livros». Travessias de vaga gente lusitana, umas vezes nos caminhos dos Brasis, outras vezes sobre as escarpas de Sagres, adiando partidas, alheios ao aceno nómada do mar.

1) Manuel Alegre e José Rodrigues, *Praça da Canção*, Lisboa, Dom Quixote, 2005 (Edição comemorativa do 40.º aniversário da *Praça da Canção*).
Todos os direitos reservados © 2005 Manuel Alegre, José Rodrigues e Publicações Dom Quixote.

História: não a que vem nos livros
com fogueiras de Deus nos campos de Sant'Ana
com santos e guerreiros e façanhas e milagres
com bandeiras e naus no Terreiro do Paço.
Dos mitos nada sei. Falo dos vivos
dos que todos os dias ficam vencidos em Sagres
e dos que vão além da Taprobana
no mar de um íntimo cansaço.

Dos que sempre adiaram o seu 5 de Outubro
derrotados nas salas de um escritório
filhos de Viriato submetidos aos romanos
no Império da Grande Capitulação.
Filhos de Viriato. (E já Sertório
em todos eles foi traído ou gasto pelos anos).
Só não morreu ainda El-Rei Sebastião.

E os que esperam ainda as naus românticas
lusíadas parados no Rossio
filhos de Viriato pálidos e desarmados
Falam em D. Sebastião à mesa dos cafés
os que não se afogaram nas águas atlânticas
frustrados habitantes de um navio
que nunca foi além dos sonhos adiados
marinheiros de Agosto que molham no mar os pés.

E ainda aqueles que se vão todos os dias
não em busca das Índias mas do pão que falta
filhos de Viriato nos caminhos dos Brasis
porque os romanos nada lhes deixaram.
Terras do Alentejo – Bartolomeu Dias
passando além da fome em cada herói da malta.
Eu falo dos heróis sem nome de um país
onde os romanos sobre os homens se assentaram.

Dos homens falo. Nada sei dos mitos.
Homens de mil trezentos e oitenta e cinco
esperando em mil novecentos e sessenta e três
a verdadeira independência do país.
Dos homens falo. Suas tragédias seus ritos
sua maneira de perder e seu afinco
em tentar mais uma vez.
E ficam uns em Sagres vão outros para os Brasis.

Falo da história que não vem na História.
(A que na escola me ensinaram e esqueci.
Aprendi o passado nos restos do passado).
Falo de Sagres. Dos que estão em Sagres.
Não dos antigos plâinos da memória
vos trago os meus heróis. Ei-los aqui:
filhos de Viriato (e já Sertório assassinado)
Lusíadas sem pão e sem milagres. !



atlântica

SETE MARES

8

9

O mar de Ulisses

Eduardo Lourenço

Para L. J.



Quando se instalaram nas suas margens, os gregos inventaram-se deuses. É um acontecimento sem precedentes na história conhecida da humanidade. Ainda não terminou. Hollywood recicla nos seus ecrãs as aventuras da raça naturalmente celeste. De todas, a única história infinita é a de Ulisses. Por sua causa, o Mediterrâneo tornou-se um mar diferente, o único que é finito e sem fim. Ao contrário dos argonautas, Ulisses não busca nenhum velo de ouro. Navega apenas para regressar a um porto que conhece e o conhece. O que não pode encontrar sem descobrir, errando entre monstros e sereias, a forma do seu rosto. Entre o mundo exangue dos mortos e o paraíso do sonho do esquecimento deve encontrar a passagem estreita para aquela ilha onde será de novo o rei de si mesmo. Não apenas um herói que os deuses perdoaram, mas um deus, um homem cansado pela sua audácia olhando o sol de frente sem morrer.

Durante milhares de anos, o Mediterrâneo foi o palco da ópera humana que por comodidade chamamos história. Não se exclui que o não continue sendo. Todos os heróis do Ocidente cruzaram as suas margens tão familiares como fantasmas desfeitos na sua luz excessiva, agora de tão branca. Heróis a sério e da imaginação, uns alimentando a outra. Nenhum iguala Ulisses, o herói do mistério claro como um templo grego devorado pela luz onde as suas colunas se recortam. O que os outros buscam, ouro, glória, inteligência, é o que ele deve perder para ser quem é: pura errância no mar mais conhecido e, de súbito, oculto, enigmático na sua circularidade divina de labirinto sem saída. O que Ulisses inventou foi a primeira viagem no tempo onde ninguém viaja para sítio algum que não seja um regresso. Assumido e aceite como um nascimento. †

Fotografia de João Mariano



Vila Nova de Portimão

António Borges Coelho



Ponte ferroviária de Portimão. Fotografia de Luís Filipe Monteiro. Museu Municipal de Portimão.

A superfície larga e líquida do Arade enchia de luz o primeiro olhar. Depois assomava das águas o cais, a sardinha a saltar nas traineiras e a pratear as mãos dos homens sob o piar e o voo das gaivotas. A fechar o quadro, a massa irregular das casas, os terraços, o vermelho e o negro dos telhados e no jardim o coreto.

O café no Largo era dos homens. Sentavam-se sem palavras, a bebida branca nas gargantas e nos copos, a cabeça envolta no fumo dos cigarros, um olhar sem esperança como no Bar Costa da tela do Holandês. Agora num coquetel de imagens, luz e som, homens e mulheres de todos os continentes povoam à noite os bares e as ruas, chamando a alegria e afastando a solidão.

Outrora os sapais cercavam o pequeno burgo. E só a barca de passagem, que acostava no Largo da Barca, ligava as duas margens. Depois vieram as pontes metálicas: uma suporta a via-férrea desde os primeiros anos do século findo; a outra, rodoviária, dos finais do século XIX, testemunhou a luta fratricida dos soldados no tempo de Sidónio Pais.

Agora, suspensa nos seus cabos brancos, a nova ponte rodoviária salta sobre a ribeira de Boina e o rio Arade e sobre o que resta das salinas e dos moinhos de maré. E já neste século XXI, uma via rápida galga montes e vales, pincha o Arade, sulca o Algarve de lés a lés.

Olho do alto da fortaleza de Santa Catarina. O cais, as casas, as lojas emergem da água, pontuada pelos altos mastros dos barcos de recreio. Ferragudo fica ao sol na outra margem.

Desapareceram as galés e as naves dos corsários. As caravelas já não dão sinal nem os vigias do Facho. Sigo as falésias de barro e calcário: Praia da Rocha, Buraco da Avó, Três Castelos, Vau, Prainha, Três Irmãos,

Torralta e o areal e as dunas que se estendem até à ria.

Alvor, em árabe o Poço, desce, airosa e branca, a colina. Subo as ruas antigas vestidas de lavado. A serra de Monchique recorta-se, violeta e púrpura, mesmo ao nosso alcance. Apetece afagá-la, passar a mão como uma nuvem pelo seu dorso. Percorro-me nos restos do castelo e não encontro sinais do assalto dos cruzados. Procuo o fantasma de D. João II. Encontro uma rua, uma casa, uma estatueta, mas prefiro ouvir o secretário, poeta e músico Garcia de Resende. As águas de Monchique não libertaram o rei do arsénio que, no entender de Damião de Góis, lhe roía o sangue. O filho D. Jorge de Lencastre, que o acompanhava, aposentou-se em Vila Nova de Portimão. O rei em Alvor, nas casas de Álvaro de Ataíde. Veio povo de todo o Algarve. Queriam ver o Príncipe Perfeito. Assomou à janela, sorriu para a multidão, mas as melhoras foram de pouca dura. Quando no leito batalhava com a morte, alguém o tratou por Alteza.

— Não me trateis por Alteza. Não sou mais que um saco de terra e de bichos!¹

Avanço na direcção do barrocal: Montes de Alvor, Vale das Hortas, Castelhanas, Cabeço do Mocho, Sesmarias, Chão das Donas, Donalda, Figueira, Alcalar, Mexilhoeira Grande.

D. Manuel I, no foral concedido a Portimão em 1504, isentava da dízima os armadores de navios com mais de cento e trinta tonéis e concedia aos pescadores, organizados na Confraria do Corpo Santo, a redízima das pescadas. Portugal era então na Europa a principal potência marítima. Na mesma linha do bisavô, D. Sebastião autorizou em 1563 que os armadores da vila cortassem madeira nas matas de Monchique. Dois anos mais tarde estendeu o privilégio a todas as matas

A superfície larga

e líquida do Arade

enchia de luz

o primeiro olhar.

Depois assomava

das águas o cais,

a sardinha a saltar

nas traineiras e

a pratear as mãos

dos homens sob

o piar e o voo

das gaivotas

do reino². A construção naval atraía capitais e também escravos, organizados na Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Na igreja matriz, o seu altar ficava do lado do Evangelho, o segundo caminhando para a porta principal. O altar de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos era o primeiro do lado da Epístola.

Vila Nova cresceu em gente e riqueza. Em 1573 contava 800 vizinhos, em 1591 os chefes de família subiam para 920. Na visita que fez em 1573 ao Alentejo e ao Algarve, o rei Sebastião entrou em Vila Nova. Chegou de bergantim. Esperavam-no à entrada da barra trinta cavaleiros vestidos à mourisca. Moças bem parecidas enfeitavam as janelas, numa delas sete irmãs, todas formosas. No pequeno espaço que ia do mar às casas do conde de Vila Nova, festejaram-no duas danças de meninas, uma de amazonas e outra de espadas. O rei visitou depois em Alvor o local onde morreu D. João II. As casas estavam danificadas e teve de subir por uma escada de mão³.

De Vila Nova era natural o doutor João da Costa, bolseiro de D. João III no Colégio de Santa Bárbara, em Paris, mestre em Artes, Grego e Teologia por Paris, bacharel em Leis e doutor regente em Filosofia pela Universidade de Bordéus. Convidado para leccionar no Colégio das Artes, em Coimbra, a Inquisição deitou-lhe a mão nos primeiros dias de Agosto de 1550.

Durante o século XVI e primeira metade do século XVII, no rio Arade se abrigava a frota das galés que assegurava a protecção das grandes armadas espanholas, carregadas de ouro e prata das Américas, e das armadas portuguesas que traziam da Índia especiarias, têxteis, porcelanas, ouro, pedras preciosas. As caravelas saíam de Portimão e Lagos ao mar alto e avisavam se a costa estava livre ou não de corsários.

Em 1672, a população da vila caiu para metade. A Inquisição entrara a matar nos haveres e nos corpos dos cristãos-novos mas a Restauração, ao quebrar os fortes laços com a Andaluzia e a América Espanhola, constituíra a causa principal do declínio.

A pesca continuava como actividade de ponta. O comércio cingia-se à exportação tradicional de pescado, dos frutos secos – amêndoas, figos, uvas passas –, algum azeite, legumes e sumagre, agora embarcados em barcos ingleses e holandeses.

Em 1 de Novembro de 1755, a terra tremeu. A abóbada da igreja do Colégio onde se ensinavam as primeiras letras, latim e moral, ruiu. E também alguns panos das muralhas. Caíram as casas da Câmara e a cadeia, desabaram outras casas. À força e veemência do terramoto, juntou-se o impulso das águas que entraram pela terra dentro, excedendo os limites naturais, mais de oitocentas varas. O Bairro do Asapal, o mais populoso, foi arrasado, as salinas e as hortas devastadas, três moinhos arruinados, quarenta pessoas afogadas.

No solo rural e urbano, entre as novas ruas e as novas casas de betão, persistem marcas do passado: os túmulos pré-históricos de Alcalar, a vila romana da Abicada, a igreja manuelina de Alvor, a igreja matriz da invocação de Nossa Senhora da Conceição, o Colégio dos Jesuítas, mais tarde Colégio da Ordem de São Camilo de Lélis, as ruínas do convento dos Franciscanos de invocação de Nossa Senhora da Esperança, a fortaleza de Santa Catarina, alguns restos das muralhas, rasgadas outrora por quatro portas: a da Praça, que fazia frente ao rio e à barra, coberta pelo baluarte de Santa Bárbara; a da Ribeira, junto ao rio, com as suas duas tor-

Outrora os sapais

cercavam

o pequeno burgo.

E só a barca

de passagem,

que acostava

no Largo da Barca,

ligava as duas

margens.

Depois

vieram as pontes

metálicas

res; a da Serra, a norte; a porta de São João, também com duas torres, a poente.

O tempo consumiu boa parte dos topónimos que marcaram o viver das gentes: Rua da Barca, da Roda das Murallas, dos Surradores, do Curral do Concelho, dos Arcos, do Forno dos Fumeiros, do Capote, do Sapal, da Praça, da Ribeira, da Igreja, da Ortinha, sem h. Em Alvor, o nome das ruas seguia ora o declive, Rua de Acima, Rua de Abaixo, ora a paisagem natural e humana, Rua da Igreja, Rua Verde, do Poço, do Arieiro⁴.

Na segunda metade de Oitocentos e primeira metade do século que findou, Portimão venceu o cerco dos sapais e a barreira do rio com a construção do cais e das pontes rodoviária e ferroviária. Mas, em 1873, um portimonense ou um alvoreiro que demandasse Lisboa ainda tomava o barco para Vila Real de Santo António e subia o Guadiana até Mértola. Daí avançava por terra a Beja, onde apanhava o comboio para Lisboa⁵.

Os tempos eram, porém, de algum desenvolvimento material. A pesca e a indústria das conservas marcavam a fisionomia e o quotidiano. À chegada dos barcos da sardinha, a sirene gritava, aflita, chamando as conserveiras da vila e dos campos próximos. O portimonense Manuel Teixeira-Gomes, luminoso autor de *Sabina Freire* e de *Agosto Azul*, exportador de frutos secos e sétimo Presidente da República, elevou em 1924 Vila Nova a cidade.

De repente, o Perna Longa com a canastra do peixe ao ombro corre sobre um pé e outro pé: «Olha o peixe fresco!» Há quanto tempo. Agora o betão pendurou-se em desequilíbrio na beira das falésias, subiu em flecha a desafiar as alturas. Os velhos caldeireiros e calafates regam a relva dos jardins e dos campos de golfe. Vilas de lazer marcam a branco e verde o barro das figueiras, das alfarrobeiras, dos amendoais. Milhares de corpos desnudados estendem-se ao sol e ao sal ou marcam, descalços, a areia molhada num movimento basculante. À noite o mar balouça em baixo no escuro. No alto as imagens electrónicas, a luz, o som apagam as vozes de Babel que escorrem do alto das falésias. †

À noite o mar balouça

em baixo no escuro.

No alto as imagens

electrónicas, a luz,

o som apagam

as vozes de Babel

que escorrem do alto

das falésias

1 Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p. 280.

2 Maria da Graça Mateus Ventura e Maria da Graça Maia Marques, Portimão, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 17.

3 João Cascão, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, ed. de Francisco de Salles Loureiro, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 105.

4 João José Anacleto e José Alberto Quaresma, "Portimão em 1810", in *História e Sociedade* n.ºs 4/5, Junho de 1979, p. 41.

5 Maria da Graça Ventura e Maria da Graça Maia Marques, ob. cit., p. 59.

Jorge Fernandes Gramaxo, um mercador algarvio em Cartagena das Índias [1590-1626]

Maria da Graça A. Mateus Ventura



Cartagena das Indias. Foto de Juan Diego Duque

O mais rico e influente negreiro em Cartagena das Índias, em 1620, era Jorge Fernandes Gramaxo, natural de Vila Nova de Portimão, reino dos Algarves. Cristão-novo, o Santo Ofício da Inquisição sabia que partira para as Índias deixando em Portimão e em Lisboa irmãos, tios e sobrinhos. Emigrante ilegal nos domínios castelhanos nas Índias Ocidentais, era considerado pelos seus adversários nos negócios e pelos funcionários régios zelosos nas cobranças fiscais como homem muito perigoso e prejudicial. Contudo, beneficiou da protecção das mais elevadas instâncias de poder da Monarquia Católica.

De Portimão partir para Lisboa, rumo a Cabo Verde, passou pelo Brasil e Porto Santo Domingo, antes de chegar a Cartagena, porto de destino das rotas negreiras, em 1590. Ilegal em Cartagena, cedo se denunciou como português pela maneira de falar, dizia o governador D. Pedro de Lodena. Foi dos primeiros estrangeiros a pagar uma taxa de residência (1593) e depressa compreendeu que só a obtenção do estatuto de natural lhe traria a necessária tranquilidade aos negócios. Foram decisivas a intercessão do Presidente da Audiência de Santa Fé de Bogotá, dos bispos de Cartagena e Popayán, do comissário-geral das províncias de Santa Fé, do cabido da cidade e os depoimentos abonatórios de quarenta testemunhas, maioritariamente frades descalços. Efectivamente, a carta de naturalidade assinada por Filipe III, em 1613, reforçava o seu poder, reconhecendo os serviços prestados, tanto na defesa da cidade, como no aumento das rendas reais. Cumpria-se o desejo do capitão Gramaxo, habilitando-o e dando-lhe licença para que pudesse tratar e contratar nas Índias Ocidentais, ilhas e Terra Firme do Mar Oceano, gozar das honras, graças e mercês, franquezas, liberdades, proeminências, prerrogativas e imunidades de que gozavam nas Índias os naturais dos reinos de Castela, ter e servir como eles quaisquer ofícios reais e conselhos públicos em que fosse provido, eleito ou nomeado.

Hábil na gestão dos negócios ao longo de três décadas, construiu uma sólida fortuna traduzida em créditos, edifícios, estâncias, fragatas e negros. Em 1595, o capitão Jorge Gramaxo havia preparado duas fragatas à sua custa, com sessenta arcabuzeiros e mosqueteiros, e com elas esteve no Puerto de la Caleta, por ordem do governador D. Pedro de Acuña, para proteger a entrada da cidade do ataque de Francis Drake. Sempre mantivera, armazéns providos de mosquetes, arcabuzes, pólvora, balas e chumbo, cordas e outros apetrechos para a defesa da cidade. Nos arredores da cidade, em Bocachica, junto ao mar e longe dos olhos fiscalizadores dos funcionários mais zelosos, adquiriu uma estância onde armazenava os negros furtados ao controle aduaneiro. Negros, a sua principal riqueza. Feitor de Pedro Gomes Reinel e dos irmãos Coutinho, depressa criou uma rede de negócios própria com extensão a Lisboa, Sevilha e África. Negócios avultados exigiam um elevado grau de confiança, de organização e de crédito. A família envolveu-se na rede comercial. Seu irmão Luís Fernandes Gramaxo, também natural de Portimão e residente ora em Lisboa ora na Guiné, enviava-lhe lotes de negros, enquanto Fernando Soares Ribeiro, casado com sua sobrinha Leonor Gramaxo, lhe comprava fardos de tabaco. Dois dos seus sobrinhos juntaram-se a ele em Cartagena, um homónimo e outro o gestor da sua herança e sucessor na liderança da rede comercial, António Nunes Gramaxo.

Integrou-se na sociedade colonial não só pelo desempenho de cargos civis e militares e pela hábil gestão de influências, como também pela sua acção benemérita. Homem pacífico, segundo os seus amigos, Jorge Gramaxo era esmoleiro generoso, beneficiando tanto os pobres como os conventos. Em 1608, apadrinhou a fundação do convento de S. Diogo dos Recolhidos Descalços onde viria a ser sepultado, com o hábito de S. Francisco, quase vinte anos depois, no dia de S. João de 1626. Patrocinou a edificação da igreja e do convento com pila-

res de cantaria, arcos de ladrilho e inúmeras celas. Durante dezanove anos, ou seja, desde o dia da sua fundação até ao dia em que faleceu, socorreu com mão larga as necessidades do convento, contribuindo com quatro reais de pão por dia para sustento dos seus religiosos e vestuário de toda a comunidade, e vinho e azeite para a capela do Santíssimo Sacramento.

Senhor de uma profunda auto-estima e de uma ampla rede de influências junto das autoridades locais, quer civis quer religiosas, granjeou a amizade e o apreço dos vizinhos de Cartagena que, por várias vezes, o elegeram para o cabido municipal. Desde 1591, Gramaxo residia sempre em Cartagena com «casa povoada», criados, armas e cavalo, acudindo a todo o serviço de Sua Majestade em todas as ocasiões em que houve novas de inimigos. Acudiu ao comércio, contratação e correspondência de negócios de escravos que lhe vieram consignados e seus, dos quais alegou ter pago, por di-reitos reais, «grande soma e quantidade de pesos». Alvo de vários processos judiciais, sob a acusação de praticar contrabando desmesurado e de ser estrangeiro sem licença, sempre foi bem-sucedido nos sucessivos recursos que apresentou, invocando quer os elevados serviços prestados ao Estado, quer um estatuto especial por ser algarvio: «porque sendo como é português nunca se teve por estrangeiro, maiormente sendo natural do Algarve cujo reino foi sempre da Coroa de Castela, e em consideração disso na Casa da Contratação de Sevilha deixam passar nas frotas e armadas todos os naturais daquele reino, sem preceder para isso outra licença»¹. É verdade que o Algarve participava activamente na carreira das Índias, quer pelas falsas arribadas em Portimão, Lagos e praias de Sagres, quer pela enxurrada de pilotos, mestres de navios e marinheiros que seguiam a bordo dos navios para a América. Mas os algarvios continuavam a ser estrangeiros, apesar da União Ibérica. O capitão Gramaxo sabia-o, tão-só queria dizer que o mundo dos negócios ignorava as fronteiras políticas. Proprie-

tário de várias casas em Cartagena, residia em casa própria, de dois pisos, na Calle de San Agustín, no centro da cidade, próximo dos conventos de São Diogo e de Santo Agostinho. Mobilada com gosto, decorada com dezenas de telas devocionais e paisagens flamengas, dispunha de uma pequena biblioteca de trinta volumes e de vários instrumentos musicais. Aí conciliava a gestão e a contabilidade dos negócios com a vida social. Nunca casou, mas enamorou-se de uma crioula, morena livre, chamada Joana Contreiras. Dessa relação amorosa, teve uma filha natural que nasceu em sua casa e que foi baptizada com o nome de sua mãe e o apelido de seu pai – Leonor Fernandes Gramaxo. Jorge Gramaxo educou-a «com todo o amor paternal, tratando-a com a autoridade e o cuidado de homem honrado e rico, ensinando-a a ler e a escrever e ocupando-a em outros exercícios virtuosos de toda a boa doutrina e ensino». Casou-a com um português, prevenindo-a de um futuro que antevia incerto pela ambição dos seus herdeiros. Jorge Fernandes adoeceu, com mais de sessenta anos de idade, deixando inacabado um testamento que foi entregue a seu sobrinho, já experiente nos negócios transatlânticos, que logrou afastar Leonor da quinta parte da herança de seu pai que ultrapassava os 200 000 *reales de a ocho*, em bens móveis, de raiz, ouro, prata, pérolas, jóias, escravos, mobiliário e créditos.

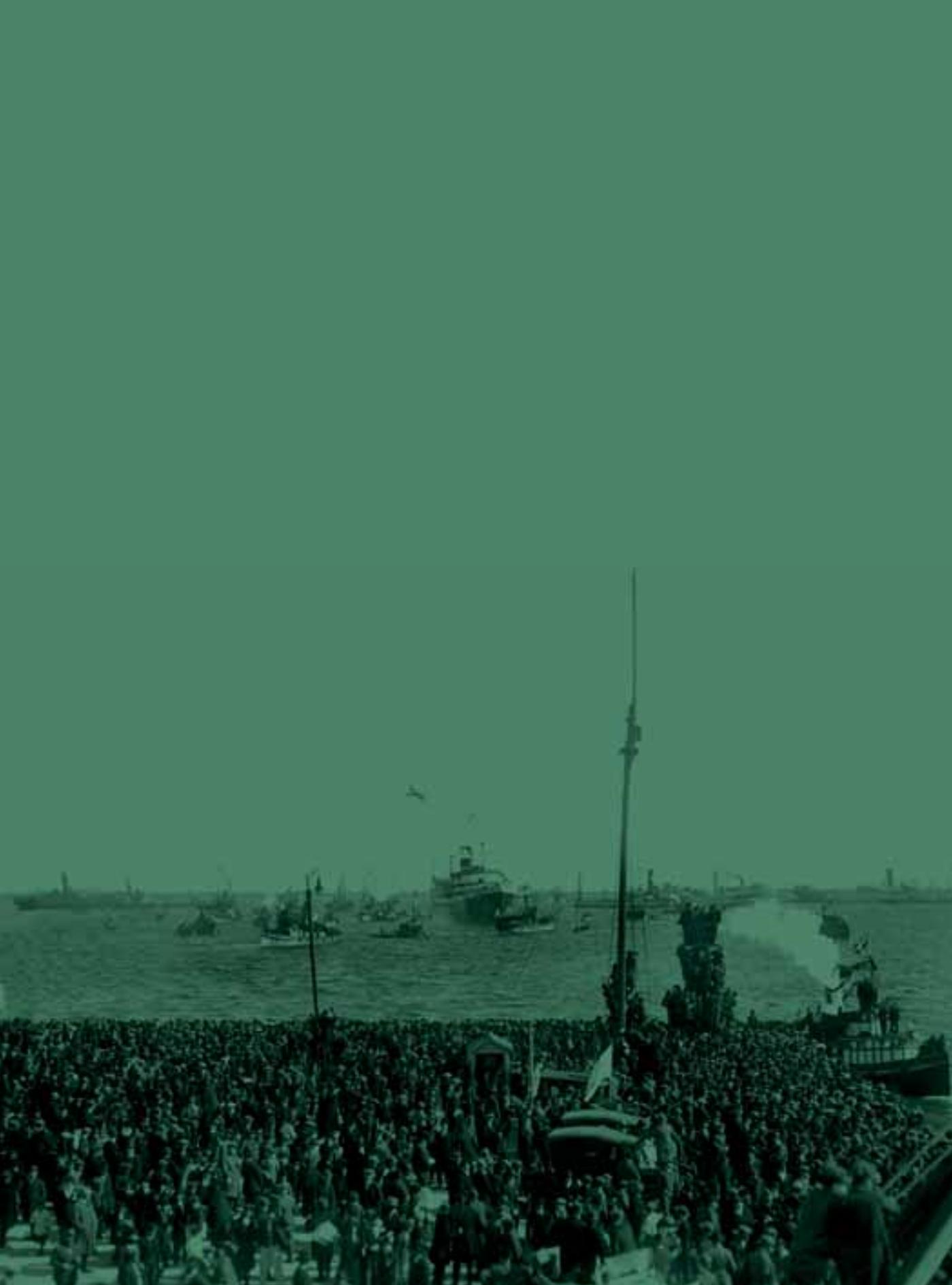
Morreu o capitão Jorge Fernandes Gramaxo, sucedeu-lhe seu sobrinho António Nunes Gramaxo, filho de seu irmão Luís Fernandes Gramaxo, também natural de Portimão. Amplificam-se os negócios da família e é tempo de a Inquisição tentar lançar mão de tão cobiçada fortuna. A acusação era a de conluio com os heredes da Holanda, mas os créditos de António Nunes Gramaxo a Filipe IV e a intrincada rede de influências que tecera em Madrid mais uma vez preservaram os negócios da rapina inquisitorial. †

¹ Archivo General de Indias (Sevilha), Escribania, 589B, peça 11, fl. 24r.

Na pegada do «Maravilha Negra»

Afonso de Melo

Em 1924, nunca a Europa tinha visto um negro com uma bola nos pés... Com bilhetes de terceira classe, os uruguaaios atravessaram o Atlântico de navio, encheram páginas de jornais, encantaram Henry de Montherlant e transformaram-se na «Celeste Olímpica»... Foi o princípio do grande êxodo do futebol sul-americano para o Velho Continente.



Chegada a Montevideo da selecção olímpica do Uruguai, em 1924. Fotografia: Archivo Fotográfico de Montevideo

O futebol não é ciência nem matemática. Até certo ponto, é mais poesia: sobrevive mais na memória e na lenda do que nos registos de estatísticas.

Não é fácil, mesmo rebuscando nos livros de História do futebol, descobrir quem foi o primeiro jogador sul-americano a ser contratado por um clube europeu. Mas é fácil esticar o dedo e apontar o primeiro jogador sul-americano a fazer furor na Europa: José de Leandro Andrade, um limpador de fatos de Montevideu que ganhou o sobrenome de «Maravilha Negra»...

Em 1924, a América do Sul ficava longe, mesmo muito longe. Quando as selecções da Argentina e do Uruguai desembarcaram em Paris para participarem no Torneio de Futebol dos Jogos Olímpicos, que funcionava, à época, como um autêntico Campeonato do Mundo, os jornalistas europeus que acompanhavam a prova nunca tinham visto um jogador negro. E nunca tinham visto um futebol assim. As páginas do *Le Matin* e do *L'Auto*, que viria a transformar-se, mais tarde, no *L'Équipe*, fervilharam de adjectivos e ganharam a riqueza épica de uma prosa entusiástica. O Uruguai, esse pequenino país entalado entre os gigantes Brasil e Argentina, enchia primeiras páginas e invadia os títulos com o à-vontade de um convidado-surpresa que toma conta da festa. No jogo de estreia, no Estádio de Colombes, o bailado sul-americano destruiu a Jugoslávia: 7-0. Os apaixonados do jogo fixavam nomes musicados e aprendiam a sabê-los de cor: Mazali; Nasazzi, Arispe e Andrade; Vidal e Ghierra; Urdinarán, Scarone, Petrone, Cea e Romano.

Ah, sim... Em 1924, a América do Sul ficava longe, tão longe da Europa, e havia todo um

Atlântico para atravessar com a lentidão modorrenta dos navios. O Uruguai era um país pobre que enviava a sua delegação olímpica em terceira classe. O que, pelos vistos, não incomodava jogadores de primeira: em Espanha, a selecção uruguaia realizou nove encontros de preparação e venceu-os todos.

Não é fácil encontrar o nome do primeiro sul-americano a jogar na Europa. Chegou certamente

*Em 1924, a América
do Sul ficava longe,
tão longe da Europa, e
havia todo um Atlântico
para atravessar com
a lentidão modorrenta
dos navios. O Uruguai
era um país pobre que
enviava a sua delegação
olímpica em terceira
classe*

de uma das margens do Rio de La Plata, seria argentino ou uruguaio... Há quem diga que foi Júlio Libonatti, o avançado do Rosário Central que marcou o golo da grande vitória argentina na final do *Sudamericano* de 1921, frente ao Uruguai, antes de se transferir para o Torino. Para o caso, pouco importa: é mera estatística. O importante é a rosa! Isto é, a lenda. A selecção do Uruguai em Paris, em 1924; a digressão do Boca Juniors pela Europa, em 1925: 19 jogos, 15

vitórias e apenas 3 derrotas! E essa ideia ainda não absorvida pelos europeus de que o futebol é um instrumento fundamental para que uma nação se expresse através da sua equipa nacional, algo que não se consegue através dos desportos individuais. Fazer parte de uma selecção nacional exige uma forte consciência patriótica que leve cada jogador eleito a menosprezar os interesses particulares em relação aos interesses colectivos, mesmo que rodeado de companheiros de clubes adversários. Em 1887, os ingleses tinham levado o futebol até ao Rio de La Plata. Em 1924, os rioplatenses desembarcavam na Europa trazendo consigo o futebol re-inventado. E algo jamais visto do lado de cá do grande oceano: o *gambeteo*. A metáfora da máquina como o oposto da criatividade individual é uma constante do imaginário sul-americano. O britânico é associado ao que é industrial, e o crioulo a um sistema social pré-industrial, sendo que se liga a expressão crioulo aos filhos de emigrantes latinos e à predominância de apelidos espanhóis e italianos. Contra a máquina, ou seja, contra aquilo que é repetitivo, o crioulo lança o drible. E o *dribbling* inglês ganha nome de *gambeta*, expressão nascida na literatura gaúcha e que se refere à corrida imprevisível da avestruz.

Em Paris, em 1924, e em Amsterdão, em 1928, os estudiosos do futebol aprendiam, igualmente, a distinguir a diferença de estilo entre os dois reis da festa olímpica: as rápidas arremetidas e passes largos dos argentinos, sempre concluídas com remates fortes e colocados; os toques curtos e precisos dos uruguaiois, um jogo mais brilhante, sempre próximo da grande-área contrária. E se, na América do

Sul, o equilíbrio se impunha, na Europa o Uruguai erguia-se solitário: Campeão Olímpico em 1924 e 1928; Campeão do Mundo em 1930. A *Celeste Olímpica*, como foi apelidada por causa do azul-claro das suas camisolas, ganhava a aura dos mitos... O escritor Henry de Montherlant, que fora também desportista e especialista dos 100 metros, escreveu: «Uma revelação! É este o verdadeiro futebol! Aquele que nós conhecíamos, aquele que nós jogávamos. Comparado com isto, tudo o resto não passa de um divertimento para estudantes.»

Pequeníssimas biografias para grandes nomes. Pedro Petrone Schiavone, aliás «Perrucho» Petrone, o vendedor de legumes do Bairro La Comercial, em Montevideo: 3 golos aos Estados Unidos no segundo encontro dos Jogos Olímpicos de 1924 – Uruguai, 3 – Estados Unidos, 0. «Perrucho» Petrone: o pesadelo dos defesas; o precursor dos avançados-centro goleadores e rompedores. Conta a história que marcou 11 golos num jogo em que a sua primeira equipa, o Charley, venceu por 11-0 um opositor cujo nome os registos obnubilaram. Talvez seja verdade; talvez não passe de um devaneio antigo. Depois, «Perrucho» Petrone foi para o Nacional de Montevideo e daí para Itália, para a Fiorentina.

Frente à França, nos quartos-de-final, Andrade recebeu uma bola a meio do campo, levantou-a para a cabeça e com ela equilibrada na testa correu durante mais de trinta metros em direcção à baliza contrária para a deixar depois cair no caminho de um remate fulminante que não deu golo por pouco. Nas bancadas, o público arregalava os olhos de espanto e soltava «oooohs!»

de incontida admiração. Scarone (2), Petrone (2) e Romano assinavam mais uma vitória sem discussão: 5-1.

Héctor Scarone, aliás «El Mago», aliás «Gardel del Fútbol»: nos treinos entretinha o público fazendo tombar garrafas de água à distância com pontapés certos; ambidestro, fulminante no jogo de cabeça, infalível nos livres directos, jogou com Petrone no Nacional de Montevideo, partiu para Espanha, jogou no Barcelona, regressou a Montevideo e ao Nacional, voltou a partir, agora para Itália, para a

trépido e corajoso; e havia Arispe, o talhante, e Mazalli e Ghierra e Vidal e Urdinarán e Romano. Havia sobretudo Andrade, aliás «Maravilha Negra», do Bairro de La Cachimba, zona pobre de Montevideo, portento de físico e de técnica, ágil, felino, elegante. Andrade: bailarino, festivo, *tamborilero*, cantador de tangos e de *milongas*, irmão de *sureños* e *palermitanos* nos bares esconsos que bordejavam o Rio de La Plata.

A «Maravilha Negra» morreu na miséria. Vendeu o ouro das medalhas olímpicas, acabou



Seleção Nacional de Futebol do Uruguai, que ficou conhecida por A Celeste Olímpica depois da vitória dos Jogos Olímpicos de Paris, em 1924. Fotografia: Archivo Fotográfico de Montevideo

Ambrosiana e para o Palermo, regressou novamente à cidade e ao clube que seriam sempre os do seu coração.

Mas havia outros. Havia Pedro Cea, nascido no Bairro de Arroyo Seco, vendedor de gelo, marcador do primeiro golo da meia-final de 1924, contra a Holanda (2-1) e de outro contra a Suíça, na final (3-0), centro-campista extraordinário de visão de jogo periférica; havia José Nasazzi Yarza, aliás «El Mariscal», o pedreiro, defesa in-

a vida como ascensorista de hotéis, de farda brilhante e falsos galões. Em 1924, após a vitória de Paris, deixou longe a pobreza, tão longe como era, nesse tempo, Montevideo longe da Europa. Foi um príncipe de Pigalle de sapatos de verniz e casacos de pele, presença habitual das colunas sociais, boémio frequentador de cabarés, coleccionador de amantes, personagem de romances de cordel. Uma «Maravilha Negra» de alcofa e sem bola nos pés... !

SÃO JORGE

Da Casa de Avis às casas de santo

Georgina Silva dos Santos



*Em Vila Rica
(atual cidade
de Ouro Preto),
na véspera da procissão,
à noite, os criados
de São Jorge,
vestidos de capa
e calção vermelhos,
anunciavam pelas ruas
o cortejo,
rufando tambores*

Quando os portugueses atravessaram o Atlântico para colonizar o Brasil, no remoto século XVI, trouxeram consigo a fé católica, seus paramentos litúrgicos, alfaias e uma legião de santos. Mas o catolicismo vivido nos Trópicos desenharia uma trajetória singular. A convivência com os mitos indígenas, as religiões africanas e as crenças dos degredados do reino, acusados de feitiçaria, judaísmo e apostasias de variegado tipo, promoveu a migração de costumes, símbolos e mitos de uma religião à outra. O culto aos santos, em particular, o culto a São Jorge, deu asas a toda sorte de identificações, associações e inversões, típicas do sincretismo religioso.

São Jorge aportou no Brasil com um perfil lusitano, como um dos vértices da tradição popular portuguesa. A devoção ao santo, em Portugal, iniciara no tempo da Reconquista, a cruzada movida pelos cavaleiros cristãos, no século XI, para recuperar a Península Ibérica sob domínio do Islão. Nesta grande peregrinação armada, os relatos hagiográficos, como o de São Jorge, serviram de modelo para os guerreiros que se aventuravam em busca de terras e prestígio. Uma das lendas do santo recordava a figura de um herói cristão destemido, que derrotara um medonho dragão para salvar a vida de uma princesa e proteger seu reino.

Presente entre os cruzados, a devoção ao mártir da Capadócia deixou suas primeiras marcas no torrão luso durante a formação do reino. Mas São Jorge entrou, realmente, para o elenco dos santos mais festejados em Portugal, logo após a célebre batalha que opôs portugueses e castelhanos nos campos de Aljubarrota, em 1385. A vitória lusa, considerada impossível porque as hostes de Castela eram superiores, assegurou o trono a D. João I, garantiu-lhe o epíteto de rei de boa memória, evitou a União Ibérica e marcou o nascimento da dinastia de Avis. O triunfo militar sobre o dragão castelhano foi de pronto atribuído à intervenção de São Jorge e motivou uma série de atos régios em sinal de devoção. D. João I deu o nome do mártir ao paço real de Lisboa, identificado desde então como Castelo de São Jorge, tornou-o defensor e pro-

tetor de toda a nação portuguesa e introduziu-o na principal festa da Igreja lusitana, a procissão do Corpo de Deus.

As ações de D. João I transformaram São Jorge em objeto de culto dinástico e ligaram-no, definitivamente, ao imaginário político da monarquia dos Descobrimentos. O nome do padroeiro passou a designar o compromisso da Coroa com a fé católica e a vocação de Portugal para a conquista, marcando a toponímia dos territórios anexados. O Infante D. Henrique, *o navegador*, chamou de São Jorge a uma das ilhas do arquipélago dos Açores, conquistado entre 1427 e 1432. Em 1482, D. João II repetiu o ato. Nomeou de São Jorge da Mina a principal fortaleza lusa na costa ocidental da África, de onde partiam escravos para a Madeira e para a América. Em 1556, no reinado de D. João III, fundou-se na Capitania de Ilhéus, por ordem do bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, a freguesia de São Jorge dos Ilhéus, na costa brasileira.

O destino do culto a São Jorge nas terras sob domínio luso teria, entretanto, padecido de vivacidade, se D. João I não o tivesse inserido, em 1387, na procissão em honra à Eucaristia. O cortejo contava com a presença dos funcionários das câmaras, dos artesãos, do clero e, às vezes, do próprio monarca. Organizado pelos concelhos e financiado pelos participantes, o evento coalhava de gente as ruas de Portugal e transformou o santo numa entidade popular. Nas cidades massacradas outrora pelos cercos castelhanos, a aparição de São Jorge era o clímax da festa. No Porto, o santo, armado e sobre um cavalo bem ajaezado, era acompanhado de seis lacaios que formavam sua milícia. Em Lisboa, São Jorge era escoltado por um pajem, um alferes, o popular homem de ferro e por cavaleiros vistosamente trajados. No encerramento da festa, ano após ano, o santo tomava posse de seu castelo e recebia ali, à vista de uma multidão entusiasmada, as honras de general. No município de Braga, um indivíduo a cavalo, representando São Jorge, seguia os passos de uma princesa, que conduzia um dragão preso por um laço de fita. Em Monção, encenava-se o combate entre o santo e o dra-

gão, ou melhor, entre São Jorge e a coca, tradição que chegou aos nossos dias.

Tal como em Portugal, São Jorge passou a ser venerado no Brasil, em vários segmentos sociais, graças à sua participação na festa do *Corpus Christi*. Realizada pela primeira vez em 1549, na cidade de Salvador, na Bahia, a procissão obedecia os moldes da metrópole e foi se espalhando pela *terra brasilis*, seguindo o itinerário da colonização. No século XVIII, quando a indústria da mineração tomou vulto, o evento não economizava em pompa na região das Minas Gerais. Em Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto), na véspera da procissão, à noite, os criados de São Jorge, vestidos de capa e calção vermelhos, anunciavam pelas ruas o cortejo, rufando tambores. Ao amanhecer, ao som da banda e ao estouro dos fogos, o povo ganhava as ladeiras da cidade. Antes da missa, na Matriz de Nossa Senhora do Pilar, a imagem de São Jorge sobre um cavalo, seguida por seu alferes em ricos trajes romanos, e por um anjinho, dirigia-se à igreja. Ao término da liturgia, na praça do antigo morro de Santa Quitéria, as tropas eram revistas pelo santo, a quem prestavam honras de general. Como em Lisboa, o rito atualizava no tempo o pacto de defesa e proteção da cidade, que as câmaras, como braço do poder régio na colônia, enraizaram no Brasil.

No Rio de Janeiro imperial, o desfile de São Jorge provocava tamanho impacto no dia do Santíssimo que se tornara por si só um acontecimento. Ao repique do sino da igrejinha da Rua de São Jorge, declarava-se iniciada a festa. O cortejo, liderado pela irmandade de São Jorge, contava com a banda de escravos da Quinta da Boa Vista. Seguiam-lhe o homem de ferro e, logo atrás, em cima de um corcel branco, cedido pela estrebaria real, vinha a figura de São Jorge. Em seguida, um escudeiro sobre um ginete abria o caminho para 24 cavalos das cavaleiras da Quinta. Ao longe, as fortalezas soltavam canhões, e, ao eco dos tiros, São Jorge passava em revista a Guarda Nacional e batalhões cariocas. O único presente a rivalizar com o santo era mesmo o imperador que, em sinal de piedade, desfilava com a cabeça descoberta.

O gesto de D. Pedro II subtraía do tempo a distância entre os monarcas de Avis e a Casa de Bragança, a dinastia que restaurara a independência do Reino português após a dominação filipina, no século XVII. Mas, se São Jorge supria a demanda dos reis e dos exércitos, ajudando-lhes a forjar uma estampa de glória e conquista, no meio do povo brasileiro, logo se tornou advogado de causas cotidianas, com a ajuda dos deuses africanos, os orixás.

A função medianeira, as habilidades e o conhecimento no trato sobre certa matéria aproximaram os santos e os orixás. No credo católico, os santos eram intermediários entre os homens e o Criador. Nos cultos afro-brasileiros, os orixás desempenhavam o mesmo papel entre os homens e Olorum, o ser supremo iorubá. Enquanto os atributos dos santos indicavam o exercício de seu antigo ofício, a aptidão para cura de uma doença ou a resolução de um problema, os símbolos dos orixás revelavam, do mesmo modo, suas propriedades curativas e materiais.

Reprimidos pela Igreja e mesmo pela polícia, os cultos afro-brasileiros encontraram na devoção aos santos enorme abrigo. Não era raro que escravos ou libertos de uma irmandade figurassem entre os integrantes dos terreiros de umbanda. A conjuntura histórica, a variedade de nações africanas e o isolamento dos centros urbanos, no passado, imprimiram variações regionais e, muitas vezes, distinções entre os terreiros da mesma cidade.

São Jorge sincretizou com Ogum nas casas de santo do Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Na cidade maravilhosa, onde o santo recebia o soldo de general, seus atributos de guerreiro conduziram-no ao encontro de Ogum, o rei iorubá de muitas faces que, segundo a tradição africana, ensinara os homens a dominar o fogo e a fabricar os utensílios de ferro. Guerreiro invencível, em sua dança nos terreiros da umbanda e do candomblé, Ogum agita a espada, como se fosse golpear um inimigo ou abrir os caminhos. Por isso, diante de algum obstáculo intransponível, hoje, como em outros tempos, os devotos apelam ao orixá e postam-se perante o santo para enche-

rem-se de sua força e da sua coragem. A oração de São Jorge, popularíssima entre os cariocas, dá forma a intenção: «andarei vestido com as roupas e as armas de Jorge, para que meus inimigos tenham mãos e não me toquem, tenham pés e não me alcancem, tenham olhos e não me vejam, e nem mesmo pensamento possam ter para me fazerem o mal». Nos terreiros, um dos cantos (pontos) entoados para o orixá recorda: «filho de Ogum corre campo e não tem medo». Um outro diz: «São Jorge venceu demandas e eu também quero vencê-las.»

A vitória do santo sobre o dragão, comum nas imagens votivas, promoveu, na Bahia, a associação entre São Jorge e Oxóssi, rei de Ketu, deus da caça, ligado à terra virgem e à lua. Nas cerimônias afro-brasileiras, a dança deste orixá descreve sua perseguição ao animal até o disparo de sua flecha. Entre os baianos, foi com Santo Antônio que Ogum se mesclou, porque o santo foi evocado como defensor da cidade, durante as invasões holandesas do século XVII. A vitória lusa sobre os flamengos resultou em um soldo municipal para a festa de Santo Antônio, mas renderam um lugar no firmamento a São Jorge. A lua do Brasil pertence ao santo, assim dizem os fiéis, assim aprendem as crianças, assim cantam os poetas.

Presente no céu, nos altares das igrejas e nas casas de santo do Brasil, São Jorge é também um santo da casa. No Rio de Janeiro, particularmente, está nos nichos domésticos, é figura indispensável em muitas lojas comerciais, inibindo a presença de ladrões e espíritos maléficos. Anulando as distâncias entre o sagrado e o profano, é homenageado pelas escolas de samba e deixa-se estar nos bares entre garrafas de bebida. Superando a distinção entre os segmentos sociais, emplastra-se nos carros dos playboys, nos caminhões de carga e nas oficinas mecânicas. A fé que lhe depositam é tanta que pende nos cordões dos homens que aplicam a lei e está nas medalhas daqueles que a desrespeitam. Poucos santos são tão cultuados como ele. Para os cariocas, onde o dia 23 de abril é feriado municipal, desde 2001, «São Sebastião é do Rio de Janeiro, mas o Rio de Janeiro é de São Jorge!». †

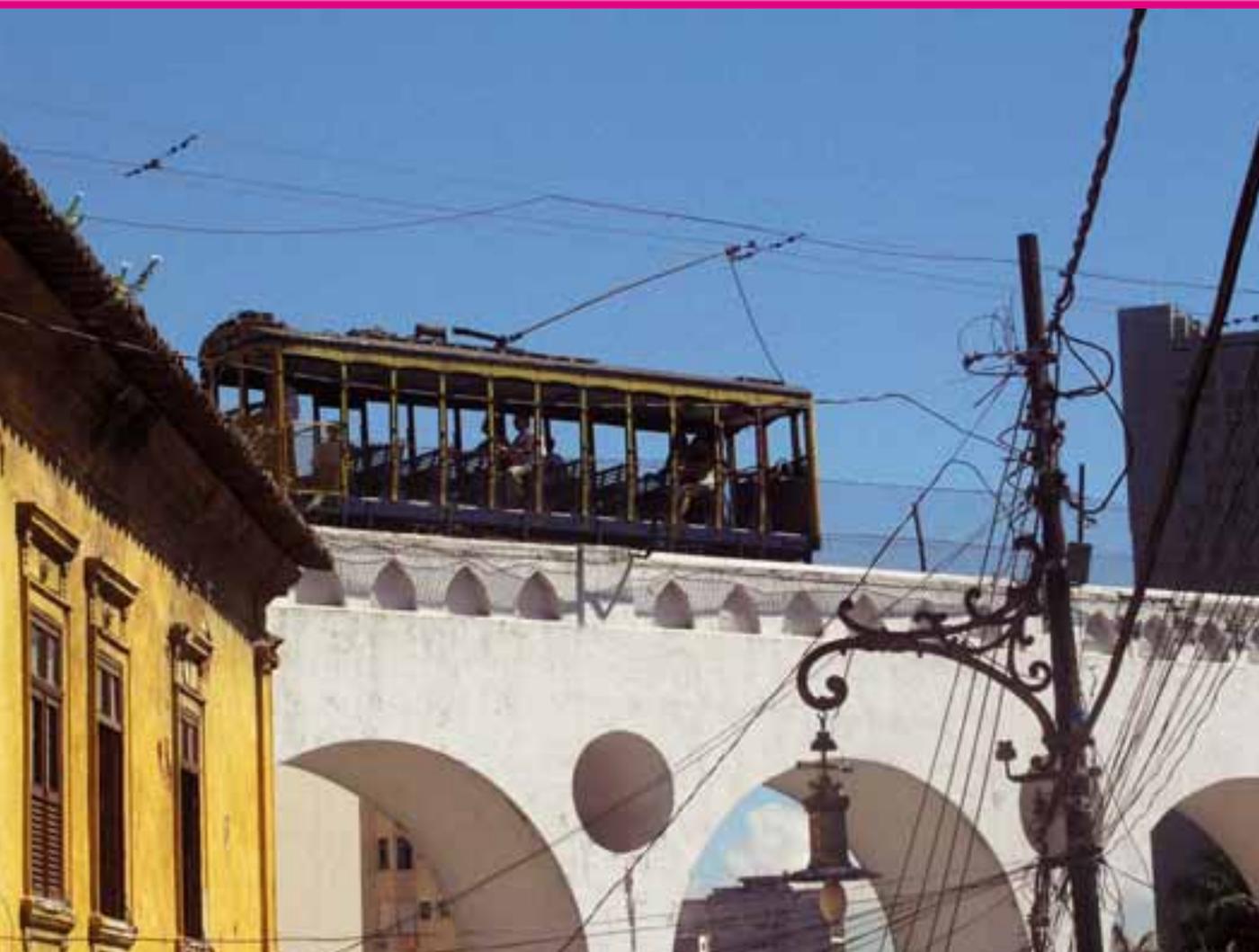


RIO DE JANEIRO

uma geografia sentimental

Movidos pelo espírito baudelairiano do flâneur, três autores brasileiros percorrem alguns dos bairros mais secretos do Rio de Janeiro. E nas suas andanças, físicas ou evocadas através da memória, é toda uma cidade invisível que nos revelam. Eis uma outra geografia da cidade maravilhosa.

Fotografia de João Ventura



IMAGENS DE PORTUGAL NA PAISAGEM CARIOCA

José Pessoa



Quinta do Caju. Fotografia de José Pessoa

PERCEBI QUE OS PORTUGUESES CONTINUAVAM PRESENTES NA IMAGEM QUE TEMOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, GRAÇAS AO TRABALHO DOS IMIGRANTES QUE AQUI CHEGARAM NOS SÉCULOS XIX E XX E AJUDARAM A CONSTRUIR A IDENTIDADE VISUAL DA PAISAGEM CARIOCA. COPACABANA, VILA ISABEL, MORRO DA CONCEIÇÃO E O CAJU SÃO CANTOS DA CIDADE QUE, CADA UM A SEU MODO, INTRODUZEM PEDAÇOS DE PORTUGAL NA PAISAGEM DO RIO DE JANEIRO.

A primeira vez que estive em Lisboa, era como se a casa voltasse. Estava há dois anos longe do Brasil, vivendo em terras e línguas estrangeiras. Claro que Portugal não era o Brasil, nem Lisboa o Rio de Janeiro. Não era só na língua que eu reencontrava a minha pátria, mas os cheiros, as pessoas e as paisagens urbanas, suas calçadas e casas transportavam-me ao meu Rio de Janeiro.

Pensará o leitor que o Rio de Janeiro, afinal, foi fundado e povoado por portugueses, fazendo parte do Império português durante dois séculos e meio. Não era, porém, a herança do tempo da Colônia, ainda visível em igrejas e alguns poucos edifícios remanescentes da antiga capital do Vice-Reino do Brasil, e por dez anos capital do mundo português, que determinava o meu sentimento. Essa



Quinta do Caju. Fotografia de José Pessoa

herança forma, de fato, aquele quadro familiar que portugueses procuraram reconstruir em cada canto do mundo em que estiveram, fazendo com que nos sintamos em casa, ou muito perto de casa, ao percorrermos as ruas antigas de Praia, Luanda, Rio de Janeiro ou Lisboa.

Mas não era a arquitetura colonial a responsável pela minha sensação. Havia algo mais. Percebi que os portugueses continuavam presentes na imagem que temos da cidade do Rio de Janeiro, graças ao trabalho dos imigrantes que aqui chegaram nos séculos XIX e XX, e ajudaram a construir a identidade visual da paisagem carioca. Copacabana, Vila Isabel, Morro da Conceição e o Caju são cantos da cidade que, cada um a seu modo, introduzem pedaços de Portugal na paisagem do Rio de Janeiro. As ruas de Copacabana são reconhecidas pelos transeuntes por seu característico calçamento em mosaico de pedras de basalto. As calçadas portuguesas, ou calçadas de pedras portuguesas, como são conhecidas no Brasil, foram trazidas para o Rio de Janeiro pelo Prefeito Pereira Passos, no início do século XX. De 1903 a 1906, ele transformou completamente a fisionomia da cidade, implantando reformas urbanas que seguiam o modelo da Paris do Segundo Império. Muitas das antigas ruas foram alargadas; numerosas outras surgiram com a demolição de quarteirões inteiros da velha capital colonial. Grandes prédios públicos foram construídos pelo Governo, e os moradores das ruas renovadas foram obrigados a modernizar suas casas de aspecto setecentista ou oitocentista, de acordo com o gosto eclético da época. «O Rio de Janeiro civiliza-se!» era

o lema que conduzia as intervenções.

Entre tantas obras de vulto, uma grande avenida, não por acaso chamada Avenida Central, hoje Rio Branco, tornar-se-ia o centro da capital renovada. É ali que constroem suas sedes as principais casas comerciais e financeiras do país, os grandes jornais, o novo teatro da cidade, a nova sede da Biblioteca Nacional, o Museu Nacional das Belas Artes. Pereira Passos importa 3820 toneladas de basalto e mes-

AS CALÇADAS PORTUGUESAS SURGEM NO RIO DE JANEIRO COMO SÍMBOLO DE MODERNIDADE E SUBSTITUEM AS VELHAS LAJES DE GRANITO

tres calceteiros portugueses para pavimentar com mosaicos de pedras a sua Avenida Central.

As calçadas portuguesas surgem no Rio de Janeiro como símbolo de modernidade e substituem as velhas lajes de granito proveniente das montanhas envoltórias e que as pavimentavam até aquele momento. O desenho em curvas e contra-curvas do

Rossio lisboeta aparece, tal e qual, no trecho final da avenida, na praça em frente ao novo Teatro Municipal, e viram ícones da cidade quando se transformam em ondas, no ano de 1919, ao serem usadas na Avenida Atlântica, em Copacabana. O moderno bairro balneário da cidade necessitava que sua via litorânea tivesse os ares de *promenade* marítima de suas congêneres europeias. Para isso, foram construídas calçadas portuguesas ao longo da praia, repetindo o característico desenho em curvas. As «ondas» de mosaico, inicialmente perpendiculares em relação à faixa de areia, passaram a ser o símbolo da mais famosa praia carioca e, de certa forma, do próprio Rio de Janeiro, como o Corcovado e o Pão de Açúcar.

A partir da década de 1930, as curvas do mosaico da Avenida Atlântica tornaram-se paralelas em relação à praia, tal como as ondas devem ser. Quando a faixa de areia foi alargada, no início da década de 1970, o paisagista Roberto Burle-Marx redesenhou a calçada, mantendo o sentido paralelo e o desenho em curvas e contra-curvas, mas tornando a sua dimensão proporcional ao alargamento da própria calçada.

As calçadas portuguesas ficaram de tal modo incorporadas ao imaginário da cidade que, na década de 1990, quando a Prefeitura do Rio de Janeiro pretendeu adotar, na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, um dos principais eixos do bairro, um piso cimentado semelhante ao das ruas de Nova Iorque, teve que enfrentar a revolta dos moradores, que conseguiram, por decisão judicial, garantir a manutenção das calçadas portuguesas nos trechos onde elas existiam.

Falar de calçadas portuguesas não é só falar das calçadas de Copacabana. O Boulevard 28 de Setembro, principal avenida de Vila Isabel, outro bairro símbolo da identidade carioca, tem suas calçadas pavimentadas em mosaico de pedras portuguesas, que reproduzem pautas musicais com trechos de alguns sambas de Noel Rosa, um dos mais famosos compositores cariocas, que nasceu e morreu na Vila por ele imortalizada em letras de grande inspiração. Em sua homenagem, no início do Boulevard 28 de Setembro, há um monumento em bronze que reproduz um ambiente de bar, com mesa, duas cadeiras, uma das quais ocupada por Noel. Não é raro alguém sentar-se na cadeira vazia para beber com o compositor. Como acontece na mesa de Fernando Pessoa, no Chiado.

Quem percorre as ladeiras do Morro da Conceição, que fica escondido por detrás dos arranha-céus do Centro da cidade, encontra as casas românticas da segunda metade do século XIX, de fachada de cantaria e azulejos em tapete, com o seu beiral de telha de louça azul e branca do Porto, sobre cornija de estuque, com uma cartela, ao centro, marcando sua «era». Espalhadas por toda a cidade, foram moda durante duas décadas, as de 1870 e de 1880, conforme atestam as datas em suas fachadas. Era o velho «portuga», como chamou o arquiteto Lucio Costa, moldando, com bom senso e inspiração, a paisagem das nossas ruas e reagindo à supremacia do neoclássico napoleônico trazido em 1816 ao Brasil por uma missão artística francesa. Franceses e seus discípulos brasileiros haviam disseminado o gosto de esconder beirais de telhados

por trás de platibandas e frontões triangulares.

No início do século XX, serão os azulejos lisos, retangulares e bisotados, provenientes do Porto, a revestir pelas mãos dos mestres de obra portugueses as fachadas das construções que se modernizavam nas transformações do Prefeito Pereira Passos. Em duas ou mais cores fortes, dispostas em diagonal, caíram no gosto da população e se espalharam por toda a cidade.

**A REGIÃO DA PRIMITIVA
PRAIA FOI OCUPADA
POR PESCADORES DE
ORIGEM PORTUGUESA,
QUE CONSTRUÍRAM
SUAS CASAS
A SEMELHANÇA
DOS PALHEIROS
LUSITANOS**

No Caju, encontramos uma velha residência colonial na antiga rua da praia. A casa pertencia a um rico comerciante, hospedeiro de Dom João VI para os banhos de mar prescritos pelo médico para que o Rei curasse uma inflamação surgida em consequência de uma picada de carrapato. Hoje, na bela residência colonial, funcio-

na o Museu da Limpeza Urbana. Curioso o destino que transformou o abrigo dos banhos reais em exposição da higiene da cidade. Mais curioso ainda é que, pouco adiante da antiga casa de banhos, em meio a sobrados de telhado de louça e fachadas de azulejo, encontramos um grupo de casas de madeira como as do litoral central de Portugal. Se caminharmos mais um pouco ao longo do que era a antiga praia, hoje afastada por sucessivos aterros, depararmos com um morrote, onde a pequena favela denominada Quinta do Caju apresenta outro tanto de casas semelhantes. No correr do século XX, a região da primitiva praia foi ocupada por pescadores de origem portuguesa, que construíram suas casas a semelhança dos palheiros lusitanos. Quem percorre a Rua Circular da Quinta do Caju, que contorna a base do pequeno morro onde está a favela, encontra ainda um bom número deles pintados em cores fortes, azuis e verdes principalmente. Já foram em maior número, muitos tendo sido substituídos por alvenaria, mas ainda singularizam a paisagem do Caju.

Hoje, azulejos e telhões de louça ainda são encontrados em algumas velhas casas no Morro da Conceição, no Caju e em alguns outros pontos da cidade. Já não se revestem mais as casas com azulejos, todavia muitas residências e lojas mantêm viva a tradição de colocar imagens de santos em pequenos painéis de quatro azulejos no alto das fachadas, ou nas suas varandas, junto às portas, saudando os visitantes. São imagens de Portugal que o Rio de Janeiro conserva. †

ETERNAMENTE LAPA

Gilmar Rocha



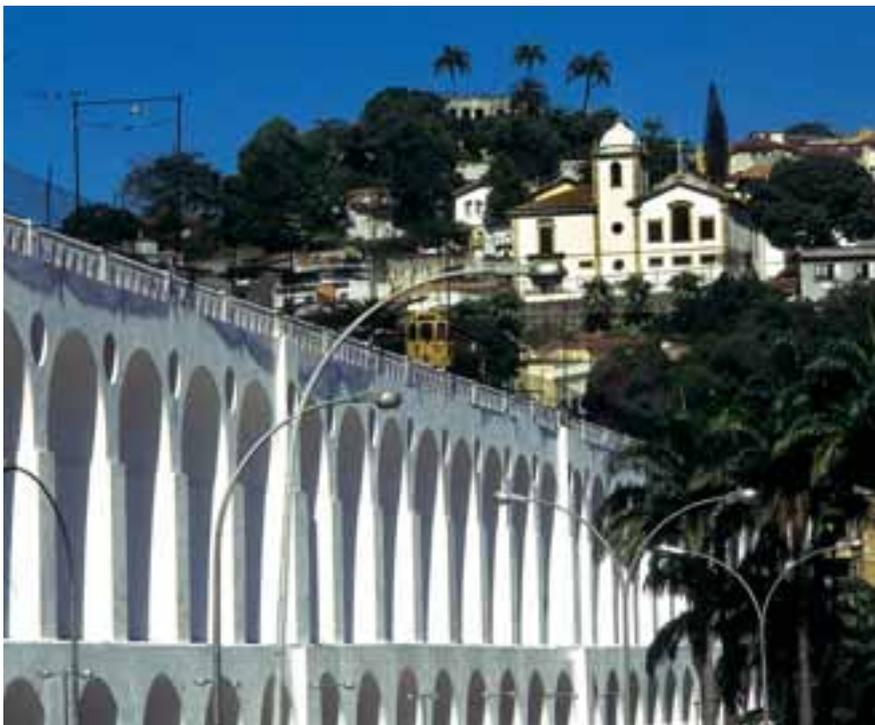
Satã sob os Arcos da Lapa. Fotografia de Calasans, 1972 ©

«Eis o malandro na Lapa outra vez...». Que me seja permitido esse pequeno trocadilho com o verso inicial da composição *A Volta do Malandro*, de Chico Buarque. Afinal, a Lapa, antigo bairro da boemia e reduto da malandragem carioca, apresenta características de uma praça. Situada entre a zona norte e a zona sul, o bairro de quatro letras ultrapassa os limites físicos da Cinelândia e do Passeio Público, dos Arcos da Carioca e da Glória, para alojar-se no imaginário de seus frequentadores. A exemplo de «Olívia», uma das *Cidades Invisíveis* de Italo Calvino, a Lapa real é uma espécie de duplo da Lapa imaginada, cantada, lembrada, fotografada, enfim, imortalizada na poesia, na música, no romance, nas crônicas, nas memórias, nas imagens produzidas por seus moradores e frequentadores. A Lapa existe, antes de tudo, no coração e na imaginação das pessoas. A Lapa é um mito na vida cultural da cidade do Rio de Janeiro.

Uma pequena incursão pelo bairro torna-se uma grande lição de sociologia. Movido pelo espírito do *flâneur* baudelairiano, recentemente «fui à Lapa», ou melhor, voltei à Lapa. Evocando Chico Buarque uma vez mais, penso não ter perdido a viagem. Penetrar nesse território tem o sabor de uma viagem no tempo, pois quando ultrapassamos os Arcos da Carioca – mais conhecido como Arcos da Lapa, um dos cartões postais do Rio, ao lado do Cristo Redentor e do Pão de Açúcar – somos lançados na história. Essa pequena



Lapa. Fotografia de João Ventura



Arcos da Lapa. Fotografia Marcelo Vigneron

**A Lapa real
é uma espécie
de duplo da Lapa
imaginada, cantada,
lembrada, fotografada,
enfim, imortalizada
na poesia, na música,
no romance,
nas crônicas,
nas memórias**

ação teve para mim, confesso, o sentido de uma passagem ritual.

Mal passamos sob os Arcos da Lapa, cuja arquitetura de longe lembra um grande portal, uma pluralidade de tipos, sons, cheiros, cores, gestos vão aos poucos tomando conta de nossos sentidos. A cada rua, ao dobrar a próxima esquina, realizamos uma nova descoberta, e um mundo polifônico («babelesco») se descortina aos nossos olhos. Subindo a Riachuelo vamos nos deparando com pequenos bares freqüentados por bêbados que, sentados em mesas nas calçadas ou dançando ao som (altíssimo) de uma música popular, denunciam sua origem humilde. A poucos metros dali, na Gomes Freire ou na Mem de Sá, os freqüentadores são elegantes, são turistas e pessoas de nível social elevado. Por sua vez, os bares, restaurantes e casas de show como Dama da Noite, Estrela da Lapa, Capela têm melhor infra-estrutura e algum glamour na decoração. Para alguns cronistas essas diferenças, antes de apontarem para o problema da desigualdade social, ilustram o espaço democrático da Lapa. Embora sejam muitas as tribos e muitos os seus sons (funk, reggae, rock, baião, pagode), o samba ainda continua, segundo outros, a principal fonte de proteção contra o mal gosto dos modismos musicais e marketing na revitalização do bairro a partir dos anos 90.

O chope deliciosamente gelado e a boa música no Bar do Ernesto são um convite a uma pausa – e, por extensão, à reflexão. Qual o sentido do prestígio que a Lapa tem hoje no Rio? Salvo engano, nunca um bairro mereceu dos cariocas, e dos

outros, tanta atenção e evocações. Mas, curiosamente, o que mais chama atenção na Lapa é o seu aspecto de ruína. Talvez resida aí o motivo do seu charme patrimonial. Embalada pelas representações negativas de uma cidade que perdeu o controle da situação e, hoje, vive com medo da violência, a identidade carioca anda em crise. Depois de um longo período «*fora de cena*», a Lapa vem passando por um processo de revitalização urbanístico e cultural que a tem colocado de novo no mapa da cidade. O Rio redescobre na Lapa um sentido para revitalizar sua imagem, sua identidade, sua autoestima. Daí a visão da Lapa como um berço de autenticidade, exatamente porque sua geografia e arquitetura expressam um processo histórico e, até certo ponto, natural, de decadência e ruína. Nada mais peregrino, nada mais eternizante. Para os teóricos do pós-modernismo, a ruína é um de seus símbolos principais. Chic, ou melhor, cult é ser tradicional. Mais viva do que nunca, hoje, a Lapa é moda.

Uma certa nostalgia toma conta da Lapa. Metaforicamente, busca-se uma Lapa perdida. Perdida no tempo, perdida no estilo de vida de seus frequentadores antigos e novos. Dizem os memorialistas que algumas grandes decisões políticas foram tomadas em bares e cabarés da Lapa. Também ajudaram a construir a fama do bairro, além dos poetas como Manuel Bandeira, artistas plásticos como Di Cavalcanti, músicos como Noel Rosa, escritores como Marques Rebelo, e nomes como Miguelzinho da Lapa, Joãozinho da Lapa, Nelson Naval, Camisa Preta, Meia Noite, que formam a galeria dos ilus-

tres malandros da Lapa. Os antigos bares, cafés e cabarés, como Brasil, Danúbio Azul, Siri, Apolo, Indígena, Casa Nova e muitos outros, desapareceram, fecharam as portas.

Assim, é que saio, movido pela lembrança literária, em busca do *A Capela*. Tomo direção da Rua da Lapa e no caminho encontro o mais provocativo e incômodo personagem da história do bairro: Madame Satã – para muitos, um nome maldito. O *A Capela* não existe mais, senão como escritura da noite. Era um dos mais famosos bares do bairro. Foi nele que aconteceu o fatídico encontro de Madame Satã e Geraldo Pereira, resultando numa briga que viraria lenda. Geraldo Pereira, compositor popular dos maiores, morreu em pleno auge da carreira de sambista, dias depois da briga com Satã. Negro, homossexual, malandro e valente, Madame Satã – apelido de João Francisco dos Santos (1900-1976) –, viveu 1/3 da vida na cadeia, em razão dos crimes, brigas, roubos, golpes e mortes. É considerado por muitos o mais famoso malandro do Rio de Janeiro de todos os tempos. A briga no *A Capela* só fez aumentar ainda mais a fama do «Rei da Lapa».

Poucas pessoas viveram tão profundamente um lugar quanto Madame Satã viveu a Lapa, a ponto de o malandro afirmar: «*Enquanto eu viver a Lapa não morrerá*». Ou seria o contrário? Metaforicamente, a vida de Satã segue de perto a trajetória do bairro. Desde sua chegada ao Rio de Janeiro, no início do século, Madame Satã foi viver na Lapa. É nesse exato momento que também começa a fama do bairro boêmio e reduto da malandragem carioca. Durante a pri-

meira metade do século XX, a Lapa adquiriu fama e glória. Dizem alguns que, com o fim da Segunda Guerra, a Lapa entra em decadência. Pouco depois, Satã também saíria de cena ao aplicar um «golpe do suadouro». Quando Satã saiu da penitenciária em 62, reconhecia que «*a Lapa já não era quase mais nada. Havia mais Lapa no meu peito do que naquelas ruas e prédios novos que iam subindo no lugar dos velhos. E eu me sentia cansado e inútil. Não podia fazer nada por aquela Lapa e aquela Lapa também não podia fazer nada pela minha pessoa. Então guardei a minha querida Lapa do meu tempo no meu peito...*». Somente nos anos 90 a Lapa voltaria a viver seus novos dias de glória. Não deixa de ser significativo que a Escola de Samba Lins Imperial apresentasse o enredo “*Madame Satã, Enquanto eu viver a Lapa não morrerá*” no desfile do Carnaval Carioca de 1990. No refrão se cantava: «*Satã é mais um anjo/ Que o inferno acolheu/ A Lapa é o mundo/ Que jamais ele esqueceu.*» Como que confirmando a tradição, já dizia o samba de B. Lacerda e H. Martins, «*a Lapa está voltando a ser a Lapa*».

Tal como o poderoso soco de esquerda de Madame Satã que, segundo a lenda vitimou Geraldo Pereira, a Lapa é uma bofetada na cara dos moralistas, dos puros e ingênuos, dos celibatários, dos normais. Aliás, esse é exatamente um dos mais expressivos sentidos da palavra. De origem lusitana popular, Lapa, segundo o dicionário Aurélio, significa bofetada.

A Lapa é como uma bela prostituta, guardada pela noite e à espera de algum transeunte incauto que porventura a atravessasse os Arcos. Fazendo eco a esse canto de sereia, Oxalá, vos digo: Não há mais volta! !

**Movido pelo espírito
do flâneur
baudelaireano,
recentemente
«fui à Lapa»,
ou melhor,
voltei à Lapa**

SOMBRAS

Lúcia Castello Branco



Vista Chinesa. Fotografia de Marcelo Vigneron

«Meu pai acreditava que todos os anos se devia fazer uma cura de banhos de mar».

Assim se inicia a crônica «Banhos de Mar», de Clarice Lispector, datada de 25 de janeiro de 1969. Assim poderia se iniciar também nosso passeio pelo Rio de Janeiro da década de 60, o Rio de minha memória de pai, um pai-amendoeira, como eu o vejo, já que o foco aqui é também o da frescura da inocência de um sol vermelho a se levantar.

Embora o que me chame, quando sou convidada a mirar essa paisagem do afeto do Rio de minha infância, não sejam exatamente os raios do sol vermelho, mas antes alguns redutos de sombra: aqueles que meu pai, meu irmão e eu íamos buscar no entardecer dos sábados e domingos em São Conrado.

Porque vivíamos na Tijuca e houve um tempo, sim, em que o caminho da Tijuca até o mar era um caminho de sombras. Porque era possível subir lentamente pelo Alto da Boa Vista, atravessar a floresta, os silêncios e o cheiro de terra úmida da noite, o caminho das cobras e dos sagüis, até chegarmos à praia. E ali, à beira do mar, tínhamos as amendoeiras.

Mas antes, muito antes que o sal que fazia espuma nas ondas de São Conrado e da Barra da Tijuca, antes que esse sal entrasse por nossos poros e injetasse para sempre o mar em nossos corpos, era a paisagem quase aérea de um oceano o que se estendia diante de nossos olhos.

«A que altura fica o nível do mar?» — lembro-me de ter indagado, do alto de meus dez anos, em uma dessas viagens à praia. Sim, porque era de uma estranha altitude que se tratava:

o mar, sempre tão longe tão perto, jamais se plantaria, para meus olhos de menina, ao rés-do-chão.

Assim descíamos, pela estrada do Alto da Boa Vista, até a Barra da Tijuca. Isso era pela manhã bem cedo, momento em que a Barra ainda era deserta e podíamos caçar tatuís. Pois havia tatuís e algas e gramíneas à beira da areia. E águas-vivas. E casas distantes. E um prédio branco e solitário, coberto de sal, a indicar: «Praia Linda».

Meu pai deitava-se na areia, pedia água de coco e milho verde, e depois adormecia coberto pelo sol. Era a cura da noite, sabíamos, para aquele pai sem par, mas isso não nos incomodava. Porque estávamos ali, naquele marulho das ondas, eu e meu irmão, um pai e nenhuma mãe, e brincávamos de nos afogar. O mar era infinito, aberto, perigoso. Mas ele não nos metia medo.

Depois voltávamos, ainda pela estrada do Alto da Boa Vista, à procura de sombras. Parávamos na granja de um amigo e comíamos ovos frescos. Parávamos no Bar dos Pescadores e comprávamos siris vivos, que às vezes decidiam escapular pelas frestas do carro, antes de serem cozidos em água fervente para enganar nosso apetite exótico das aventuras de domingo.

Mas o dia não acabava aí. Porque a Tijuca, no verão, era sempre muito quente. E nossos corpos de meninos marítimos agora ferviam de sol e sal. Então tínhamos que voltar, mais tarde, pelas variantes de um mesmo caminho, à procura das sombras do entardecer.

Era nessa busca que tomávamos a estrada de São Conrado, em busca de cabanas secretas

onde, ao som da bossa-nova, íamos saborear de novo o milho verde com água de coco. Lembro-me de que esses lugares tinham nomes curiosos: um deles se chamava «Bem», o outro se chamava «Mal». Nosso pai sempre escolhia para nós o «Bem», e isso nos fazia crer, com firme convicção, que fora no «Mal» que ele passara a noite.

Depois retornávamos, às vezes pela estrada do Juá, às vezes de novo pelo Alto da Boa Vista. Um vento quente entrava pela janela do *aerowillis* verde, e lembro-me ainda de olhar para o alto à procura do manto de estrelas que lentamente se deramava sobre nós. Algumas vezes, quando o calor era insuportável lá embaixo, na Tijuca, estendíamos-nos sobre o gramado da curva do «S», no Alto da Boa Vista, em esteiras de palhinha, e púnhamo-nos a contar estrelas.

Não sei se foi então que aprendi para sempre que, quando uma estrela cai, esse fenômeno recebe o nome de «desiderare». Mas foi exatamente aí, nessas pequenas expedições que meu pai promovia conosco em busca de alguns redutos de sombra, que comecei a perceber que essa estrela também se chamava noite e aconchego e ternura.

Por tudo isso, é com a mesma nostalgia de Clarice que escolho encerrar essa memória da ilha de sombra que é, para mim, o Rio de Janeiro de minha infância:

«A quem devo pedir que na minha vida se repita a felicidade? Como sentir com a frescura da inocência o sol vermelho a se levantar? Nunca mais?

Nunca mais.

Nunca.» †

ATRÁS DO BALCÃO DO ARMAZÉM DE SECOS E MOLHADOS, NUMA RUA DE CRUZ ALTA, UM JOVEM, TALVEZ 17 ANOS, CONTA TIJOLINHOS DE GOIABADA ENTRE SACOS DE FARINHA, ARROZ, FEIJÃO E AÇÚCAR. FOGE-LHE, DEPOIS, O OLHAR PARA UMA VELHA MÁQUINA DE ESCREVER UNDERWOOD SOBRE A QUAL SE INCLINA. EM PEDAÇOS DE PAPEL DE EMBRULHO DACTILOGRÁFA EM SEGREDO OS SEUS PRIMEIROS TEXTOS. À NOITE, EM SUA CASA, LÊ ZOLA, MACHADO DE ASSIS, EUCLIDES DA CUNHA. COM OS PAIS SEPARADOS, O GINÁSIO INTERROMPIDO, BUSCA, TALVEZ, NA LITERATURA, UM CAMINHO PARA REENCONTRAR O LAR PERDIDO.

**EIS O COMEÇO DE UMA VIDA LITERÁRIA.
OU MELHOR, DO SOLO DE CLARINETA
DE ERICO VERÍSSIMO.**

**NAS PÁGINAS SEGUINTEs, PRIMEIRO,
SERÁ O PRÓPRIO AUTOR QUE SE CONTA
A SI PRÓPRIO NUMA ENTREVISTA
INVENTADA POR JOÃO VENTURA, A
PARTIR DE UMA PESQUISA EM JORNAIS
E REVISTAS. DEPOIS, VERÍSSIMO CRUZA
OS CAMINHOS DA MEMÓRIA DE SEU
FILHO LUÍS FERNANDO VERÍSSIMO E DE
LYGIA FAGUNDES TELLES. SÃO FIOS DA
VIDA DE ERICO VERÍSSIMO QUE AQUI
SE ESTENDEM ENTRE AS DUAS
MARGENS ATLÂNTICAS, CEM ANOS
DEPOIS DO SEU NASCIMENTO,
EM CRUZ ALTA, RIO GRANDE DO SUL**

ERICO VERÍSSIMO

UM SOLO

DE CLARINETA

UMA ENTREVISTA IMAGINÁRIA

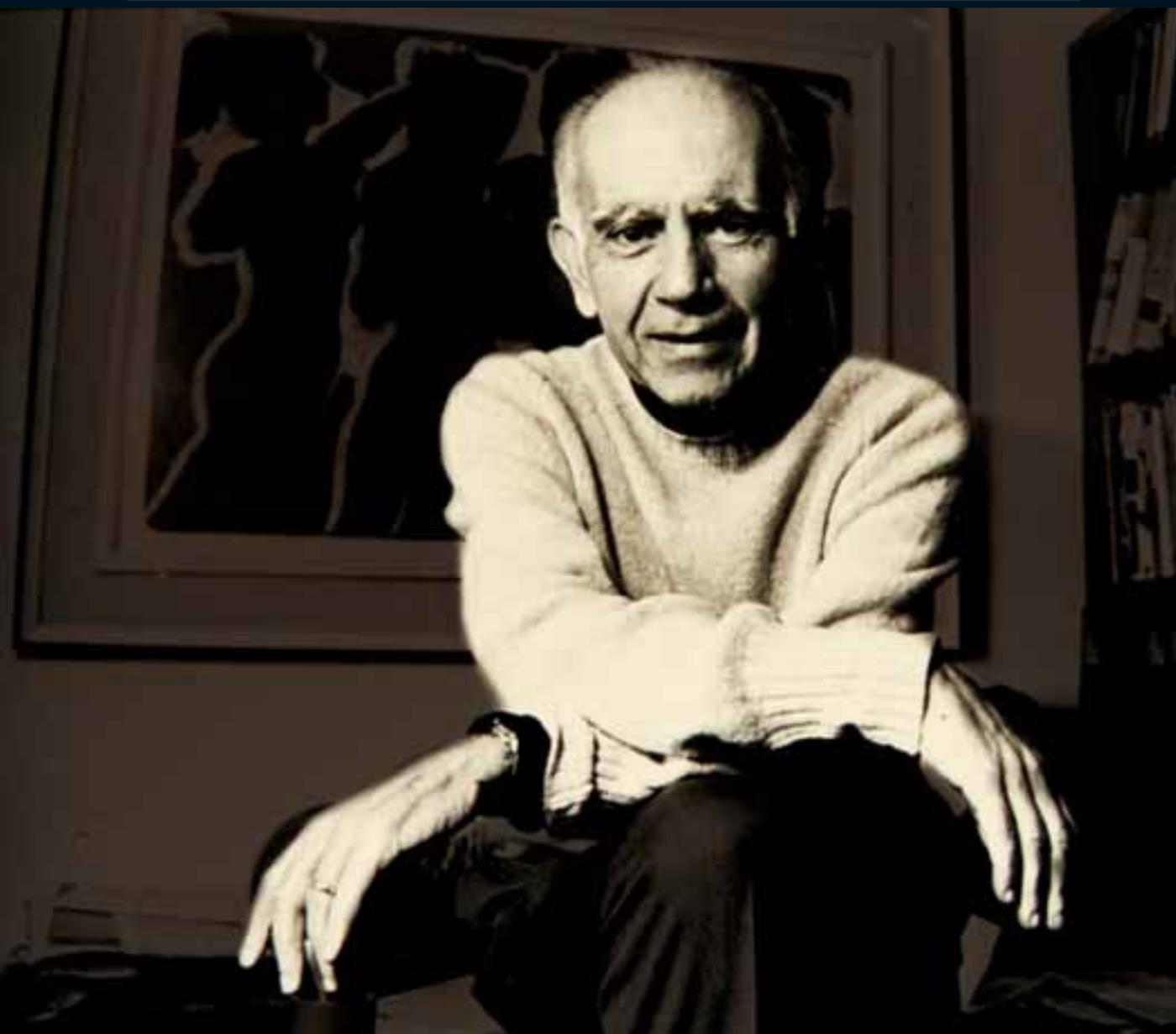
João Ventura

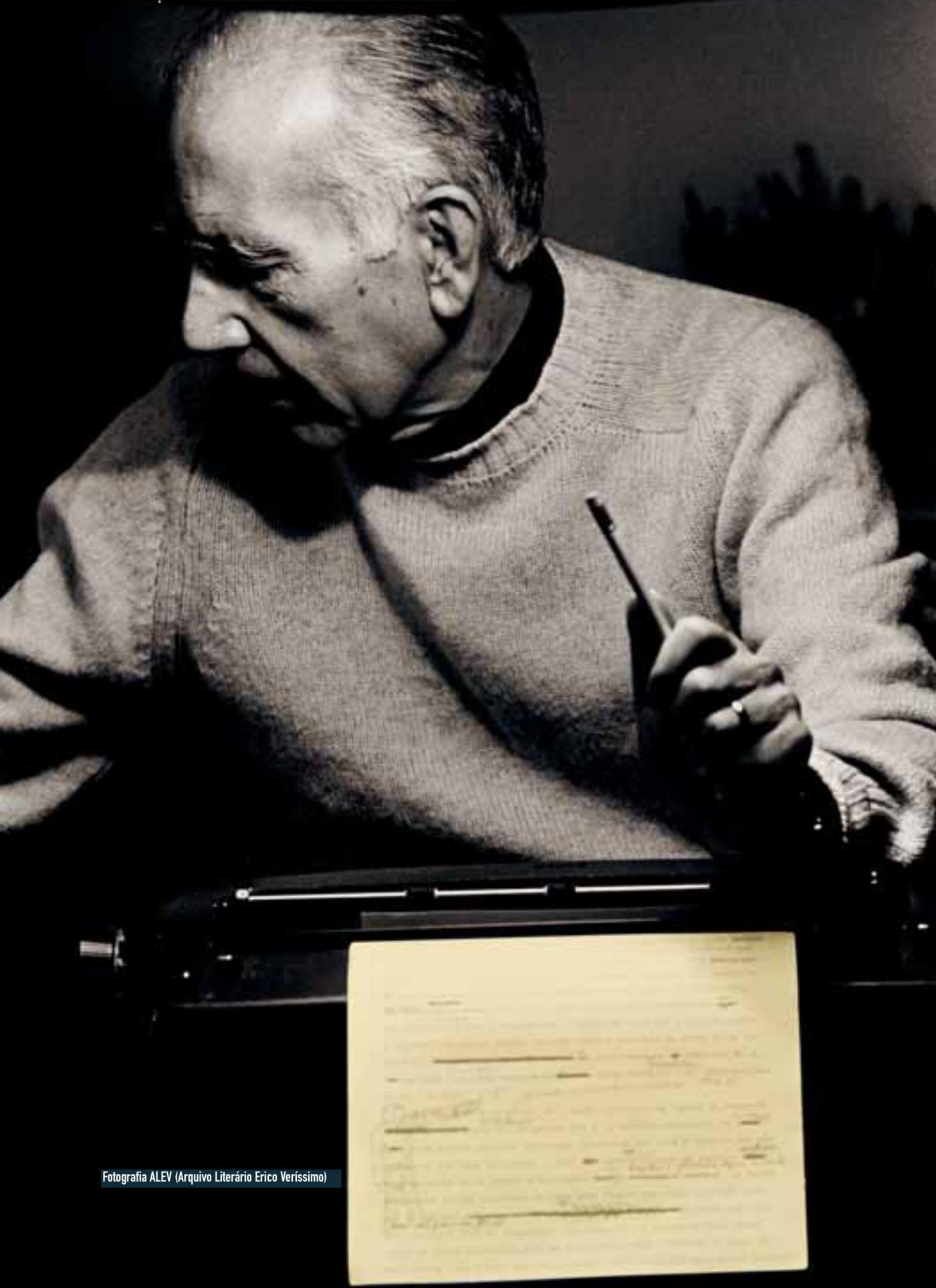


Muitos anos mais tarde, imagino um encontro na sua casa da rua Felipe de Oliveira, em Porto Alegre. Chego à hora combinada, depois do jantar. Uma grande sala rodeada de prateleiras e, nelas, os livros. Dona Mafalda diz-me para ficar à vontade. Encontro-o sentado numa poltrona vermelha, ao lado da lareira acesa, as pernas cobertas por uma manta de lã axadrezada. O rosto marcado, os olhos profundos, elegante. A princípio, a conversa tem alguma dificuldade em arrancar. E é dona Mafalda, no sofá em frente, quem, num jeito carinhoso e divertido, vai puxando as palavras. As dele. E também as minhas. Preparei longamente esta entrevista. Um questionário com perguntas bem encadeadas que levei semanas a preparar. Levo também um gravador que não utilizarei. A entrevista vai prolongar-se durante algumas noites. Conversa com franqueza sobre o que buscou na vida, o reencontro com o lar perdido, o seu processo criativo, a ética da escrita, a política. Encontro-o, sempre, na mesma poltrona vermelha, ora animado, alegre, divertido, ou quase taciturno. Outras vezes, possuído pela sua criação. Mas sempre «tranquilo, aparentemente tranquilo. Gelo e fogo», nas palavras da sua mais querida amiga, Lygia. «Em que eu acredito? Na verdade, na beleza», confessa na última noite.

Não foi assim que aconteceu, mas é como se fosse. Na impossibilidade de fazer esta entrevista como atrás se ficcionou, pesquisaram-se jornais e revistas, extraíram-se excertos de entrevistas que o escritor concedeu ao longo da sua vida. Inventaram-se as perguntas adequadas. E o que fica, num registo que não deixa dúvidas quanto à sua postura ética perante as coisas da vida, é a voz de um homem que através dos livros se cumpriu como testemunha e participante deste tempo e deste vento. «Preciso descobrir», escreveu um dia. E nessa busca metódica foi construindo a sua vida. **O seu solo de clarineta.**

Fotografia ALEV (Arquivo Literário Erico Veríssimo)





Fotografia ALEV (Arquivo Literário Erico Veríssimo)

O que pensa de si mesmo como escritor?

O que penso de mim mesmo? Depende da ocasião. Nos momentos escuros, minha tendência é considerar tudo quanto produzi até hoje medíocre ou mesmo mau. Nas horas claras, porém, olho com mais indulgência para a minha vida-obra e concluo que, dentre os vinte e poucos livros que escrevi até hoje, uns três ou quatro possuem alguma importância e pelo menos um deles – creio que *O Continente* – sobreviverá por algum tempo. [...] Tenho dito e escrito repetidamente que me considero, antes de mais, um contador de histórias. Ora, nos tempos que correm, contar histórias parece ser aos olhos de certos críticos o grande pecado mortal literário. [...] Não ignoro, porém, que para tentar descrever o indescritível, exprimir o inexprimível, transmitir ao leitor certos estados de espírito particulares – angústias, alucinações, sonhos, delírios e mesmo certos pensamentos e sentimentos sutis do cotidiano – o escritor é obrigado a esquecer a sintaxe gramatical e recorrer à sintaxe psicológica (no Brasil, ninguém faz isso melhor que Clarice Lispector e Guimarães Rosa, na minha opinião duas figuras literárias de estatura internacional)¹.

Define-se como um contador de histórias. Da sua própria história, também?

Meus livros estão longe de ser memórias disfarçadas. Uso neles as minhas vivências. Aqui e ali, o inconsciente me atraiçoa. Estou um pouco até nas velhas de *O Tempo e o Vento*. O meu sócia espiritual é Floriano, de *O Arquipélago*. Trata-se de um retrato psicológico. Mas que nada tem de autobiográfico no que diz respeito a atos e fatos². Os romances [...] são artes do inconsciente³. Dou um exemplo específico. Em 1954, no saguão de um hotel na cidade de Caracas, onde me encontrava tomando parte de uma reunião internacional de ministros de Educação da OEA, vi sair do elevador de um edifício um homem de meia-idade, tipo indiático, metido em roupas evidentemente novas, compradas para a ocasião, e com um chapéu Gelot na cabeça. Achei o tipo curioso (um bugre diplomata, pensei) e «esqueci» a imagem e o momento. Ora, quem esqueceu foi o consciente. O inconsciente registrou tudo isso. E nove anos mais tarde, no Brasil, estando com papel e lápis na mão, a pensar como deveria começar um livro de impressões sobre a Grécia, eis que a mão – dirigida pelo inconsciente – desenha uma cara indiática coroada por um chapéu Gelot. Esqueci Atenas e fixei-me no desenho. Uma ideia começou a nascer... Escrevi por debaixo da figura *O senhor embaixador*. Essa foi a origem do romance desse nome que apareceu no Brasil dois anos mais tarde.⁴

As suas personagens são, então, uma espécie de fantasmas, criados inconscientemente por si?

Uma vez assisti, no Mills College de Oakland, Califórnia, a uma conferência do escritor Julien Green que, lá pelas tantas, disse: «O romancista é um alucinado que se assusta dos fantasmas que ele próprio cria.» [...] Ora as palavras de Green me

parecem verdadeiras só em “parte”, porque esse alucinado trabalha muitas vezes com método. Eu tenho o meu. Começo um romance fazendo um roteiro parecido com os de cinema e, às vezes, chego a desenhar a cara das personagens... Mas, lá de repente, fico tomado por esse curioso demônio que costuma visitar os novelistas e lá se vai o método águas abaixo. O resto é mistério⁵.

Como em *Incidente em Antares*, um livro que se tornaria numa referência incontornável na sua obra?

O *Incidente* é um estuário em que se encontram os rios mais caudalosos (ou insidiosos) de minha personalidade – o satirista, o poeta, o puro narrador, o homem interessado em problemas políticos e sociais e também o sujeito meio sinistro que, com frequência, se compraz em descrever velórios e, muitas vezes, em sua longa vida literária escreveu sobre fantasmagorias. [...] Pois bem: todos esses “sujeitos” que moram dentro de mim marcaram encontro em *Antares*, cidade imaginária onde aconteceram coisas do arco-da-velha (ou terá sido tudo ilusão?)⁶.

Uma cidade imaginária, mas que você localiza, algures, no Rio Grande do Sul.

Antares [...] não existe nos mapas. Logo que decidi escrever o romance, estendi no chão uma carta geográfica do Rio Grande do Sul e comecei a procurar um local para a minha cidade fictícia. Resolvi «fundá-la» junto de uma curva do rio Uruguai, um pouco acima de São Borga⁷.

O que pretendeu ao inventar uma localização geográfica tão precisa para *Antares*? Fazer o leitor aceitar mais facilmente os impossíveis do romance? Como no «realismo mágico»?

Todos os impossíveis que nos narra o incomparável Gabriel García Márquez tornam-se uma realidade que o leitor aceita. Não creio que eu tenha feito propriamente «realismo mágico» em *Incidente em Antares*. O caso dos defuntos? Ora, isso eu já fazia quando escrevia contos dialogados atrás do balcão da minha botica em Cruz Alta, há mais de 40 anos. O realismo mágico verdadeiro é o desses romances hispano-americanos (Cortázar, Llosa, Carpentier, Borges... e quantos outros mais? É todo um clima que pervaga o romance ou o conto do princípio ao fim⁸.

Muito diferente, portanto, do lirismo dos seus primeiros romances.

Os meus primeiros romances, digamos de *Clarissa* a *Olhai os Lírios do Campo*, mostram um autor apressado – o diabo do homem só podia suas coisas nas tardes de sábado, pois tinha de ganhar a vida em outras atividades. Olhava o mundo dum ângulo lírico e plástico e, na sua boa vontade ingênua, achava que lhe bastava pedir aos homens que se amassem e não se destruíssem, para contribuir com algo para a paz e a felicidade do mundo. Está claro que era uma grande tolice⁹.

Qual o romance mais marcante da sua carreira de escritor?

Reputo a publicação da primeira parte de *O Tempo e o Vento*, em 1949, o acontecimento mais importante da minha carreira de escritor. Se o sucesso popular de *Olhai os Lírios do Campo* me havia tornado possível viver exclusivamente do produto dos meus livros, agora *O Continente*, além do êxito de suas vendas, alcançava também um *succès d'estime*. Teve excelente crítica¹⁰.

Qual a gênese de *O Tempo e o Vento*?

Quando me teria ocorrido pela primeira vez a ideia de escrever uma saga do Rio Grande do Sul? Em 1935, quando meu Estado comemorou o primeiro centenário da Guerra dos Farrapos? Não sei ao certo. Não creio que ideias como essa nos caiam na cabeça com a força de um raio. É mais provável que comecem de ordinário com uma nebulosa de origem ignorada, que se mistura com as outras que povoam nossos misteriosos espaço e tempo interiores e aos poucos vão tomando conta do mundo¹¹.

Como foi a escrita dessa saga do Rio Grande do Sul?

Minha saga do Rio Grande do Sul devia abranger duzentos anos, de 1745 a 1945. A princípio, imaginei que poderia comprimir toda a história numa cidade e numa família num único volume de cerca de 800 páginas, que me ocuparia uns três anos de trabalho. Mal sabia eu que a obra acabaria por transformar-se numa trilogia num total de mais de 2200 páginas e que eu levaria mais de quinze anos para terminá-la – mas quinze anos em que havia longuíssimos períodos de completa esterilidade, dúvida, desencorajamento, fuga inconsciente da obrigação de escrever, tergiversações disfarçadas por motivos aparentemente legítimos. Creio que só o meu «computador» [sic] é que não cessou de trabalhar durante todo esse tempo¹².

Considera-se um escritor comprometido socialmente?

Tenho medo de perder a capacidade de indignação e cair na aceitação, que é sempre perniciosa para a vida em sociedade. Não quero ser indiferente. Dentro de mim ouço sempre meu grito de indignação. Quando choro pelo outro, sei que estou chorando por mim. Quando tenho receio pelo outro, tenho também por mim. Não sou santo, sou homem¹³.

Quer dizer que a literatura não deve ficar indiferente às injustiças sociais?

Quando eu tinha 12 anos, uma noite em Cruz Alta, na sala de operações da farmácia de meu pai, me pediram para segurar uma lâmpada elétrica, enquanto um médico fazia o possível para salvar a vida dum pobre homem que a polícia local quase matara. O paciente tinha um dos polegares quase decepados, um talho de navalha que ia numa comissura dos lábios até a orelha, o couro

cabeludo descolado a golpes de espada e um talho no ventre. Nauseado, continuei segurando a lâmpada até o fim. O homem foi salvo... Acho que a missão política do romancista é esta, de fazer luz sobre as injustiças sociais, mostrar a crueldade ou desonestidade dos governantes, denunciar as atrocidades e jamais desertar do seu posto. Se não possui uma poderosa lâmpada elétrica, que use o seu lampião, um candeeiro, um toco de vela...¹⁴

Como é que se vê a si próprio, como personagem que habita no escritor Erico Veríssimo?

Até agora não sei direito como o escritor Erico Veríssimo vê o personagem Erico Veríssimo. A gente tem uma coisa que não é literatura. É outro. Depois, a gente bota um espelho e fica com o outro do espelho, que é o outro eu. Isso, até o Kierkegaard já falava nisso. Sartre tem um capítulo muito bom sobre o outro e os outros. Se a gente coloca um espelho diante de si, a gente se multiplica por muitos. E aí aparecem todas as contradições.

Vê só: um homem apaixonado pela vida, que eu sou, e ao mesmo tempo, lá no fundo, um que se entedia com facilidade. Um homem com qualidades de cristão, mas que não consegue acreditar em religião. Comecei a descobrir aos poucos, através de ações que foram aparecendo, os diversos eus que tenho dentro de mim e dos quais eu sou a síntese. É claro que predomina sempre um. Tem o *superego* que é o fiscal, que em geral traça um modelo para si mesmo. Tem o *id*, e esse cidadão não deve ter confiança nele mesmo, porque é um miserável.

E tem, finalmente, uma série de outros eus, maiores ou menores. Uns, às vezes, prevalecem sobre os outros. Mas há uma constante que se revela no temperamento da pessoa. Não sou, por exemplo, agitado. Não sou homem de paixões. Sou um homem que detesta violência. Isso são coisas constantes, o que não quer dizer que, de repente, um violentinho escondido dentro de mim não dê um pulo por cima dos outros e fale por mim e faça gestos por mim¹⁵.

Acha que a vida lhe deu aquilo que buscou?

Cumpri muito do programa que tracei, que, em suma, foi o de refazer o lar perdido em fins de 1922. Essa busca foi, por assim dizer, a linha metódica da minha vida. Ou melhor, do meu solo de clarineta¹⁶. !

- 1 «Um escritor diante do espelho», Erico Veríssimo, Realidade, São Paulo, 1966.
- 2 «Um gaúcho sem esporas», Maria Ignez Corrêa da Costa, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21.12.68.
- 3 «Não sou profundo. Espero que me desculpem», por Clarice Lispector, in Manchete, Rio de Janeiro, 4.1.69.
- 4 «Erico, retrato de um escritor», por Maria Dinorah, Correio do Povo, Porto Alegre, 7.6.70.
- 5 «Somos todos uns mentirosos», por Celito De Grandi, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 19.11.71.
- 6 «Somos todos uns mentirosos», por Celito De Grandi, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 19.11.71.
- 7 «O senhor de Antares e os fantasmas de Paris», por Hermilo Borba Filho, Diário de Pernambuco, Recife, 31.8.72.
- 8 «Sou contra a censura», (sem identificação), Opinião, Rio de Janeiro, 29.1.73.
- 9 «Somos todos uns mentirosos», por Celito De Grandi, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 19.11.71.
- 10 Erico Veríssimo, Solo de clarineta, Globo, Porto Alegre, 1974, p. 301.
- 11 Erico Veríssimo, Solo de clarineta, Globo, Porto Alegre, 1974, p. 288.
- 12 Erico Veríssimo, Solo de clarineta, Globo, Porto Alegre, 1974, p. 295.
- 13 «A liberdade será sempre a minha causa», por Jorge Andrade, Realidade, São Paulo, Fevereiro de 1972.
- 14 «Erico Veríssimo: um solo de clarineta», por Rosa Freire d'Águilar, in Manchete, Rio de Janeiro, 4.8.73.
- 15 «Erico Veríssimo. A melodia das memórias», por Eunice Jacques, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21.11.73.
- 16 «A entrevista inacabada», por vários autores, Zero Hora, Porto Alegre, 17.12.75.



Fotografia ALEV (Arquivo Literário Erico Veríssimo)

CAMINHOS CRUZADOS ERICO E LUÍS

João Ventura

Eis agora Luís Fernando Veríssimo, filho de Erico, na mesma casa onde morou com seu pai, no bairro de Petrópolis, em Porto Alegre. A tradição iniciada por Erico e Mafalda tem continuidade com Luís Fernando e Lúcia, sua mulher. A porta de sua casa continua sempre aberta, como no tempo de seu pai, para receber os amigos. Talvez puxe os fios da memória da sua infância para responder ao questionário que lhe enviei por e-mail, no mesmo escritório onde seu pai trabalhava, «a toca da liberdade», espécie de porão-gabinete nos fundos da casa.



Erico Veríssimo com os seus filhos, Luís Fernando e Clarissa. Fotografia Alev (Arquivo Literário Erico Veríssimo)

Na entrevista imaginária com Erico Veríssimo, encontrei um escritor de palavras emocionadas e corajosas. Um contador de histórias atravessando o tempo e o vento. «Preciso de descobrir», escreveu ele, um dia, a sua amiga Lygia Fagundes Teles. Nessa busca, valeu-se de centenas de personagens, gente de todas as condições que o acompanhou no seu solo de clarineta. Na conversa com o filho, também ele escritor, recuperaram-se outros fios que ajudam a contar um pouco da vida desse «gaúcho tranquilo, aparentemente tranquilo».

Luís Fernando Veríssimo vive, ainda, na mesma casa onde viveu com seu pai, no bairro de Petrópolis, em Porto Alegre. A rua, a casa, o escritório onde seu pai trabalhava, e a que chamava de «toca da liberdade», enfim, a mesma paisagem afectiva, toda uma memória literária também, mas que, como confessa, não o influenciou particularmente enquanto escritor.

«Acho importante ter essa base emocional e ter criado meus filhos na casa em que me criei, mas isso tem mais a ver com minha condição pessoal do que com o que escrevo, ou como escrevo. Não há uma intenção de continuidade literária, pelo menos consciente.» Apenas que «o pai foi um dos primeiros escritores brasileiros a fazer literatura urbana, influenciado pela literatura anglo-saxônica, e seu jeito mais informal de escrever influenciou toda uma geração e a mim também».

Talvez o ambiente da casa o faça, agora, recuar um pouco mais no tempo. Como fios estendidos do outro lado do mar, Luís Fernando fala da primeira viagem da família aos Estados Unidos, em

1943. Um comboio entre a Flórida e a Califórnia. A viagem de regresso num pequeno vapor, entre Nova Iorque e o Rio de Janeiro. O pai cuidando dele, da irmã Clarissa, de sua mãe, pois todos enjoaram menos ele. Recorda, ainda, os passeios de automóvel pelas ruas de Porto Alegre.

A biografia de Erico Veríssimo revela-nos alguém para quem a família ocupava um lugar insubstituível. Luís Fernando recorda o pai como uma presença tranquila. Outras vezes, regendo orquestras fictícias enquanto ouvia Bach, Brahms ou Mozart. «Sempre fomos uma família unida, que tinha muito

*«O que eu lembro
sempre é como era
difícil explicar aos
meus colegas,
na infância, o que,
exactamente,
meu pai fazia*

prazer na companhia uns dos outros, e o jeito informal de ser do pai e da mãe contribuiu muito para isto. O pai era sempre uma presença carinhosa, e deixava o “trabalho braçal” de nos controlar, minha irmã e eu, para a mãe. Mas não acho que demos muito trabalho.»

Ainda assim, sentia que o pai não era um pai como os outros pais. Um pai que trabalhava em casa. O seu nome escutado, muitas vezes, na rua. Outras vezes, turistas passando diante da casa e apontando. Um pai que escrevia livros que, depois, se transformavam em filmes.

Cedo soube que o pai era um escritor. «O que eu lembro sempre é como era difícil explicar aos meus colegas, na infância, o que, exactamente, meu pai fazia. Escritor não era profissão.» «Um contador de histórias», como o próprio Erico se definia a si mesmo? «O pai não se levava muito a sério e não se dava muita importância. Também era contra qualquer tipo de solenidade, ou de solenismo, se é que existe a palavra. Descrever-se como um contador de histórias, o “apenas” ficava subentendido, era uma maneira de dizer que não tinha nenhuma pretensão além da de contar boas histórias, mas também estava subentendido que isto ele sabia fazer bem.»

Histórias para onde convocava, muitas vezes, as suas vivências, como no terceiro livro da trilogia *O Tempo e o Vento*. «Em *O Arquipélago*, principalmente, em que aparece o personagem Floriano Cambará, alter-ego do autor, muitos dos personagens da família de Floriano são baseados em figuras da infância do meu pai, como os avós maternos e outros. Na cena da reconciliação de Floriano com seu pai, o Dr. Rodrigo Cambará, pouco antes de este morrer, o autor está claramente fazendo, na ficção, o que não pode fazer na vida real, reconciliar-se com o pai que morreu longe dele.» Talvez para exorcizar os seus próprios fantasmas, conta Luís Fernando que assistiu ao começo da escrita deste romance na praia de Torres.

Foi também durante uma temporada na praia que Erico escreveu um dos livros de que mais gosta. «Gosto especialmente de *Noite* porque foi o livro que eu “assisti” ser feito, do começo ao fim, durante uma temporada

de férias na praia. Lembro-me de ficar esperando para ler cada lauda assim que saía da máquina de escrever que o pai colocava sobre a mesa depois do almoço e na qual trabalhava a tarde inteira.» «Segundo a tradição de Torres», recorda, «na época, nas manhãs ia-se para a Praia Grande, e de tarde ficava-se em casa ou ia-se jogar bola e tomar banho de mar na Guarita. Durante muitos dias, adiei meu programa da tarde para ficar lendo as páginas de *Noite* ainda quentes do forno, ouvindo do pai a advertência de que faltavam as correções no que eu estava lendo. Ele batia à máquina com os dez dedos, com grande rapidez, deixando amplos espaços entre as linhas. Depois revisava o que tinha escrito, cortava ou acrescentava palavras e linhas, e copiava a página corrigida.»

Ainda assim, também para Luís Fernando, o livro de seu pai cuja música literária se faz ouvir mais longe é *O Tempo e o Vento*. «Sempre cito *O Continente*, primeiro volume da trilogia, quando me perguntam qual o livro do meu pai que prefiro.» O maior valor da trilogia é justamente não ser um livro gaúchista, no sentido do ufanismo ou da afirmação da nossa excepcionalidade. Antes de firmar um conceito sobre o Rio Grande do Sul, ele destoa do conceito já existente na literatura regional, com seu enfoque universalista. Não é um livro regionalista, é moderno na sua concepção e na sua estrutura». Tanto que a sua herança se estende muito para além das fronteiras do Rio Grande do Sul e do Brasil, levando Gabriel García Márquez a confessar ter escrito *Cem Anos de Solidão* sob a influência da Bíblia, das Mil e

Uma Noites e de *O Continente*, o que justificaria um maior reconhecimento no contexto ibero-americano dominado pela língua castelhana. «Pois é, *O Tempo e o Vento*, antes de ser a saga de uma região definida, é uma obra literária que, em termos de experimentação e técnica narrativa, se iguala ao que melhor se fez no continente. Mas, desgraçadamente, o português parece que não é reconhecido como língua ibero-americana, na avaliação dos críticos.»

Erico Veríssimo cresce num Brasil de tempos sombrios e de gritos abafados. Há uma história que fico a conhecer na entrevista imaginária. Uma noite, em Cruz

*«Lembro da emoção
do pai quando
chegámos a Portugal,
em 1959*

Alta, fica na farmácia, até tarde, segurando uma lâmpada eléctrica, enquanto seu pai tenta salvar a vida de um pobre homem esfaqueado pela polícia. Tinha 12 anos, e nessa noite soube que teria de continuar pela vida fora a segurar «uma lâmpada eléctrica, um lampião, um toco de vela» para fazer luz sobre as injustiças sociais. E assim foi. Embora sem militância partidária, assumiu sempre ao longo da sua vida posições inequívocas em defesa da liberdade individual e contra todas as formas de opressão.

E em 1959, num tempo «da cobra e do abutre», Erico Verís-

simo viajou pela primeira vez a Portugal, realizando uma série de conferências em defesa da liberdade de pensamento. Luís Fernando puxa mais um fio e recorda que acompanhou o pai nessa viagem: «Estive presente em todas as palestras, muitas das quais acabaram em comícios contra a ditadura salazarista, embora meu pai só falasse da importância da liberdade para a criação.» E acrescenta: «O pai nunca foi um ativista político mas sempre deixou clara sua posição. Declarava-se um socialista democrático e criticava toda forma de opressão, tanto da engrenagem capitalista como do coletivismo totalitário. Era acima de tudo um humanista. Digo acima de tudo porque se a opção política permite um certo grau de concessões pragmáticas, a defesa do humano e da dignidade humana não admite qualquer tipo de relativização.»

Desde sempre Portugal fez parte da geografia afectiva de Erico Veríssimo. Talvez numa busca às suas raízes do Ervedal. «Lembro da emoção do pai quando chegamos a Portugal, em 1959. Era a primeira vez dele na Europa, e ele chegava com toda uma carga intelectual trazida da juventude, de autores portugueses que lera, além da carga genética das raízes familiares.»

Depois, Portugal também foi preenchendo a geografia pessoal de Luís Fernando. Até hoje. «Eu voltei a Portugal várias vezes com a minha mulher, Lúcia, uma vez como parte de uma caravana gastronômica. Este ano, como você sabe, estivemos em Póvoa do Varzim e em Lisboa. Tem sido sempre um grande prazer.» Também para nós. †

CAMINHOS CRUZADOS ERICO E LYGIA FAGUNDES TELLES

Ana Goulão

Conheceu Erico Veríssimo quando estudava na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Deslumbrante, com uma “beleza de índio”, viria a ser um grande amigo e um dos amores platônicos de Lygia Fagundes Telles, a escritora brasileira que conquistou, este ano, o Prémio Literário Camões.

Ponto Alegre, 29 de outubro de 1974



ERICO VERISSIMO
Querida Lygia: Alguém, mandou
ao meu filho um patinho recém-nascido.
As crianças interessaram-se por ele nos
primeiros dias, mas depois o esqueceram
e o bichinho anda por aí tão órfão que todas as
tardes se refugia no meu escritório e se aninha,
entre os meus assentados - e eu tenho de bater má-
quina com a atenção dividida entre o que escrevo
e a aquela coisa penugenta e solitária, cuidando
para não machucar o patinho, que nem nuno tem.
Agora isso, tudo corre bem. Luis Fernando e
Lucia andam pela Europa, comendo, vendo as
grandes coisas e livros. Dois gordos felizes! E merecem
grandes discos e livros. Dois gordos felizes! E merecem
São 4 de tarde. O Louie Armstrong canta um blue
pela rádio de universidade. Continuo burro, abo-
sado no segundo volume do SOLO. Louzado seja
Deus! E com boa saúde. (Idem). A família tudo tem
mas eu lhe escrevo para dizer que ando

com a audácia dum papo contigo. Sim, e para
te contar que achei teu conto sobre a bolha
de Sabão uma jóia. Li^o duas vezes. A primeira
vez como o leitor de Nôçô que sou. A segunda,
com olho de oficial do mesmo ofício. Repito,
é uma jóia. Como pôde essa menina de
sueter verde que conheci em 1943 (sorriso pela
data!) chegar a esta altura. As meninas? Cre-
tinuo a afirmar que foi o maior romancista deste
ano e de muitos outros. Fico assim com um or-
gulho de tio quando leio ou ouço alguém dizer
tem desse livro. Você chegou muito alto no seu
ofício, e vai manter-se aí por muito tempo. E
ninguém lhe deu uma mão forte, decisiva. God
bles you! (Que vontade tenho de que Deus exista.)
Vou voltar ao SOLO. Estou empacado em Portugal.
Fechou do Salazar? Sei lá. * Bom, o patinho ama-
nelo vai entrando em cena. Vou preparar o nicho
dele. Até qualq' hora. Um abraço do Erico

A passagem de Lygia por Portugal para receber o Prémio Camões, o mais importante galardão literário da língua portuguesa, é fugaz, recheada de compromissos oficiais e entrevistas a jornalistas. Num hotel do centro de Lisboa, a escritora acedeu com prazer em falar sobre o amigo Erico Veríssimo, alguém que muito incentivou o seu trabalho.

«Ele tinha o tipo de índio, a tez bronzeada, cabelo preto, e brincava muito com isso. Era uma pessoa deslumbrante», recorda. Lygia tem hoje 83 anos, mas mantém uma juventude inquieta, visível na expressão, na energia, nos olhos onde brilha quase sempre uma centelha de humor refinado. Em todo o discurso cita filósofos, escritores, poetas e até canta. Cantou no primeiro dia em que conheceu Erico Veríssimo. Era muito jovem quando foi esperá-lo ao aeroporto, com um ramo de violetas, «as flores mais baratas», acompanhada por outros estudantes da Universidade de São Paulo. O escritor tinha sido convidado para fazer uma conferência e só à chegada o grupo se apercebeu que não tinham pensado nas questões práticas da acomodação do ilustre hóspede.

«Não tínhamos dinheiro para um passe de bonde, quanto mais para pagar hotel, e ficámos com vergonha», diz, sorrindo, sobre uma época em que «morava num pequeno apartamento com mamãe, que era pianista, e um gato boémio». Nessa noite, a recepção a Erico aconteceu em casa do editor do escritor, Barros Martins. Houve declamações de poesia, alguém tinha consigo um violão, e Lygia tocou e cantou para o recém-chegado. «Ele adorou, mas per-

guntou: Porque vocês estão tristes?» As canções e os poemas eram tristes, recorda a escritora, sobre uma época em que os universitários, influenciados pelas ideias românticas em voga na Europa, cultivavam alguma nostalgia. «Vocês ainda vão ver tanta coisa, meninos, vão viver tanto e viver é bom. Tebas não tem apenas uma porta mas mil.» Erico não gostou da influência daquele

*Era um
democrata,
um homem
de esquerda,
mas com liberdade
política,
comprometido
com a denúncia
das desigualdades
sociais*

«romantismo bolorento». «Vocês estão sob o sol da América Latina», um comentário do escritor que Lygia não esqueceu e escreveu no seu livro de fragmentos *A Disciplina do Amor*, onde menciona alguns episódios com o escritor.

Desde então mantiveram um contacto frequente por car-

tas, «cheias de humor e de desenhos que fazia da sua própria figura». A amizade desenvolveu-se. No primeiro casamento da autora, Erico enviou-lhe uma prenda: toda a coleção das composições de Mozart, que Veríssimo adorava.

Em *A Disciplina do Amor* recorda ainda um encontro com Veríssimo na Praça da República, em São Paulo. «Quero mostrar-lhe o busto de Fagundes Varela com o nome de Álvares de Azevedo, o escultor (ou quem fez a encomenda?) trocou as cabeças e agora lá está o poeta Fagundes Varela com o nome e o verso do outro: foi poeta, sonhou e amou a vida». E.V. ficou impressionado: «Vês como a glória é incerta, confusa?» – perguntou, sorrindo, e seu sorriso é de um menino. Não podíamos confiar nos outros, melhor cuidarmos nós mesmos da posteridade, decidiu. E chamou o fotógrafo, um velho lambe-lambe que veio com sua máquina antiquada de panos pretos e balde d'água.

«É para a posteridade» – avisou E.V. – «Vais caprichar?»

«Ficámos solenes e emperdigados entre os salgueiros. Dias depois escrevi-lhe uma carta metade triste (tinha levado bomba em Direito Civil) e metade alegre. Me diverti demais quando fui buscar nosso retrato para a eternidade, e o fotógrafo lamentou sinceramente mas o caso é que tinha entrado luz no filme, aquele estava perdido. A glória velada.» Pensamentos e sentimentos de Lygia sobre momentos com Erico.

Veríssimo incentivou-a a escrever e apreciou particularmente *As Meninas*. Numa carta datada de 1974, relata: «Mas eu lhe escrevo para dizer que ando com saudade de um papo con-

tigo. Sim, e para te contar que achei teu conto sobre a bolha de sabão uma jóia. Li-o duas vezes. A primeira vez como leitor de ficção que sou. A segunda, com olho de oficial do mesmo ofício. Repito, é uma jóia. Como pôde essa menina de suéter verde que conheci em 1943 (sorry pela data!) chegar a esta altura. *As Meninas?* Continuo a afirmar que foi o maior romance deste ano e de muitos outros. Fico assim com um orgulho de tio quando leio ou ouço alguém dizer bem desse livro. Vocês chegou muito alto no seu ofício e vai manter-se aí por muito tempo. E ninguém lhe deu uma mão forte, decisiva. *God bless you!* (Que vontade tenho que Deus exista!) Vou voltar ao SOLO. Estou empacado em Portugal. Feitiço do Salazar? Sei lá.»

Lygia começou a escrever muito cedo e, mais tarde, chegou a rejeitar as suas primeiras obras por as classificar como «imaturas e precipitadas». Alguns críticos consideram que o romance *A Ciranda de Pedra*, de 1954, constitui o marco da sua maturidade intelectual. *Verão no Aquário*, *Antes do Baile Verde*, *Seminário dos Ratos*, *A Noite Escura e mais eu* (contos) estão entre as obras publicadas pela escritora.

Lygia admirava igualmente a obra de Erico, em especial *O Tempo e o Vento*, livro em que o autor conta a saga do Rio Grande do Sul. «Era um democrata, um homem de esquerda, mas com liberdade política, comprometido com a denúncia das desigualdades sociais», uma atitude que Lygia admirava muito e que a influenciou, pois viria a introduzir igualmente nos seus livros um compromisso com a condição humana dentro das

circunstâncias do país onde vive, o Brasil.

Outros caminhos cruzam-se entre Erico e Lygia. Os caminhos de Portugal integram a geografia sentimental de Erico, talvez num regresso às suas raízes portuguesas do Ervedal. Ou às de Viana do Castelo, no caso de Lygia. Vaga gente que indeciframente forma parte do tempo e do olvido, como diz

*Nós usamos
o português com
o jeito, o estilo,
o modo brasileiro,
temos uma forma
de falar mais
sensual. Mas é
a mesma língua,
a mesma paixão
e amores*

Borges a propósito, também, das suas raízes.

A ligação entre Brasil e Portugal é para Lygia Fagundes Telles uma relação de amor. «São dois irmãos e brigam como dois irmãos, mas é amor, é amor brutal», classifica com alguma malícia no olhar. Além dos laços históricos, sublinha a importância

da língua partilhada entre ambos. «Nós usamos o português com o jeito, o estilo, o modo brasileiro, temos uma forma de falar mais sensual. Mas é a mesma língua, a mesma paixão e amores.» E, como que para aprovar que esse amor realmente existe no outro lado do Atlântico, prossegue: «Camões é muito amado no Brasil. Fernando Pessoa também. Grande parte da música popular brasileira tem versos de Pessoa. Eça de Queiroz era mais amado no Brasil do que em Portugal», sustenta. Para a escritora brasileira, a lusofonia «é como uma trama de tecido que está a crescer e a tornar-se cada vez mais respeitada e amada no mundo. Esta afirmação do idioma significa que estamos vivos».

A dedicação à escrita nesse idioma, em 17 obras publicadas, contos e romances, granjeou este ano à autora o Prémio Camões, uma atribuição que foi muito aplaudida pela crítica e que Lygia Fagundes Telles considera uma honra. «É o resultado de um trabalho de grande esperança, paciência e paixão», descreve a autora de *As Horas Nuas*, o mais recente texto, para quem a criação literária «é um mistério». «Tento abrir esse mistério com as minhas pobres chaves, mas é difícil.» A palavra «chaves» trouxe-lhe à memória um poema de Carlos Drummond de Andrade, que repete várias vezes, como que fascinada pelo mistério que envolve o seu ofício. «Penetra surdamente no reino das palavras/ Lá estão elas, em estado de dicionário/ E te perguntam, sem muito interesse pela resposta/ Trouxeste a chave?» Esse mistério, crê, é muitas vezes decifrado pelo leitor, que considera «o cúmplice de um crime, ou pelo menos um conivente...». †

Real Gabinete Português de Leitura

António Gomes da Costa



Tinham-se passado apenas 15 anos sobre a data da proclamação da Independência. Um grupo de emigrantes portugueses – cerca de 40 – resolveu criar no Rio de Janeiro uma associação para melhorar, através da prática da leitura, os conhecimentos e o preparo intelectual de um grande número de compatriotas que chegavam ao país mal sabendo ler e escrever. À associação deram o nome de Gabinete Português de Leitura, que, embora parecida nas finalidades com as boutiques à lire, que surgiram em Paris após a revolução de 1789, delas se diferenciava porque os livros eram emprestados de graça, enquanto nos estabelecimentos franceses os leitores pagavam uma determinada quantia para os levar para casa.

Não obstante ser esse o objetivo explícito nos estatutos, é interessante notar que, em paralelo a esse atendimento das necessidades dos emigrantes de poucas letras que vinham d'álm-mar, os dirigentes do Gabinete Português de Leitura tiveram, desde o início, a preocupação de construírem uma biblioteca que não fosse apenas formada por livros didáticos, por cartilhas de alfabetização, por romances de cavalaria ou por peças do teatro popular.

Na verdade, obras raras dos séculos anteriores, em latim, em grego, em árabe, em francês, no vernáculo e em outros idiomas; súmulas teológicas e doutrinárias; cimélios medievais; a edição princeps de *Os Lusíadas*, enfim, todo um acervo que foi adquirido nas primeiras décadas de funcionamento do Gabinete Português de Leitura, de grande valia, e que, evidentemente, não se destinava ao trabalhador modesto da Lapa ou ao caixeiro da loja comercial que levantavam livros por empréstimo junto à instituição.

O catálogo da biblioteca, preparado pelo sábio brasileiro Ramiz Galvão no princípio do século XX, registra as preciosidades que, naquela altura, já faziam parte do acervo bibliográfico.

Por isso, talvez não seja arriscado dizer que ao lado da finalidade primeira dos Gabinetes de Leitura – e que era a de difundir a instrução e o conhecimento entre os associados e leitores – houve uma outra intenção determinante que foi a de doar ao

Brasil uma catedral de saber, um repositório de cultura, o melhor da criação literária do gênio português. Começa com os livros, adquirem-se coleções, procuram-se raridades – e esse mesmo capricho vai repetir-se na arquitetura, em 1880, quando o Gabinete resolve construir, no coração do Rio de Janeiro, em pedra de lioz trazida do Alentejo, a jóia neomanuelina da sua nova sede.

Certamente quando, em meados do século XIX, Victorio da Costa adquire, junto à Companhia de Jesus, em Setúbal, um exemplar de *Os Lusíadas* da edição de 1572, ou quando, alguns anos depois, os dirigentes escolhem o projeto do arquiteto Raphael da Silva e Castro, inspirado numa temática que evoca a Epopéia dos Descobrimentos marítimos, para a construção do edifício-sede – e que levará Joaquim Nabuco a dizer que as pedras de sua fachada são estrofes camonianas –, existe nesses

gestos uma idéia subjacente de agradecer ao Brasil o ter acolhido os portugueses que vieram realizar aqui seus projetos de vida.

A partir de 1900, o Gabinete é transformado em biblioteca pública. A partir de então, qualquer um do povo pode consultar seus livros e freqüentar seus salões. É a «dádiva» da colônia portuguesa ao país de acolhimento e, simbolicamente, ocorre no

*Esse mesmo
capricho
vai repetir-se
na arquitetura,
em 1880,
quando
o Gabinete
resolve construir,
no coração
do Rio de Janeiro,
em pedra
de lioz trazida
do Alentejo, a jóia
neomanuelina
da sua nova
sede*

transcurso do 4.º centenário da chegada das naus cabralinas a Porto Seguro, dádiva essa já sinalizada em 1895, quando Machado de Assis ofereceu ao Gabinete o manuscrito de sua peça *Tu, só tu, puro amor*. A Academia Brasileira de Letras, com o autor do *Dom Casmurro* na presidência, realiza em seu salão nobre as primeiras sessões solenes. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, com toda a competência e sabedoria, nos primeiros anos do século XX, elabora o seu catálogo geral, segundo o sistema decimal do americano Melvil Dewey, que é publicado em 1906 e que vai impressionar os meios intelectuais da Europa pela riqueza e pela vastidão do acervo. Depois, vem o trabalho admirável e meticuloso de Carlos Malheiro Dias, estudando o passado e procurando dar à estrutura da colônia portuguesa um outro formato institucional com o propósito de manter a sua unidade e a sua coesão; tivemos a edição da monumental *História da Colonização Portuguesa* que é um ícone de louvor à saga dos primeiros construtores do Brasil; tivemos o mecenato de Albino Sousa Cruz e o IV Centenário de fundação da cidade de São Paulo, com as pesquisas e publicações dirigidas por Jaime Cortesão; ganhou-se o «depósito legal», concedido pelo governo português nos anos 30; atravessaram-se as crises de uma transição decorrente do desaparecimento de grandes benfeitores da instituição, teúda e manteúda pela generosidade desses «varões prestantes»; já em nossos dias, promove-se a criação do centro de estudos e do pólo de pesquisas; leva-se a cabo a informatização da biblioteca; faz-se, pouco a pouco, a passagem do testemunho, com a entrada de brasileiros para os quadros diretivos do Gabinete; tornam-se frequen-

*o Real Gabinete
Português
de Leitura,
com sua imponência
e sua beleza,
há de ser sempre,
e acima de tudo,
um pedaço
da nossa alma
que se oferece
ao Brasil*

tes os colóquios internacionais; cria-se a revista *Con-vergência Lusíada* para ser o repositório de textos e colaborações de autores lusófonos – e, com os novos tempos e as novas realidades, surgem os desafios de futuro.

Que Real Gabinete Português de Leitura queremos ter? Queremos que ele seja uma brasa viva de portugalidade a crepitar no coração do Rio de Janeiro, onde as próximas gerações cultuem, em caráter permanente, as glórias comuns e se sintam bem a evocar a riqueza da História luso-brasileira, a fascinação da Língua, a coragem da Grei?

Que Real Gabinete Português de Leitura queremos ter? Queremos que ele seja uma matriz e uma universidade enriquecidas pelo gênio literário e artístico daqueles que souberam no passado, sabem no presente e saberão no futuro levantar pontes entre dois povos e construir futuros a quatro mãos?

Que Real Gabinete Português de Leitura queremos ter? Queremos que ele seja um testemunho que não se apague jamais do profundo reconhecimento ao Brasil por parte dos emigrantes que um dia chegaram a este país para nele realizar os melhores sonhos de sua vida?

Se a cruz, como dizem os teólogos, é uma palavra para os olhos, o Real Gabinete Português de Leitura, com sua imponência e sua beleza, há de ser sempre, e acima de tudo, um pedaço da nossa alma que se oferece ao Brasil consubstanciada nos livros de suas estantes, nas pedras de sua arquitetura, na sedução de sua arte e na apoteose do gênio e do humanismo de nossos Maiores. †

O FIM DOS IMPÉRIOS COLONIAIS
IBÉRICOS, NO CONTEXTO
PENINSULAR DAS LUTAS
LIBERAIS, É MARCADO
POR CONTROVÉRSIAS
POLÍTICAS QUE CONDUZEM
À RECONFIGURAÇÃO
DA AMÉRICA DO SUL E À SUA
FRAGMENTAÇÃO POLÍTICA.
AS ELITES LOCAIS DISPUTAM
O NOVO PODER
SEM REVOLUCIONAR UMA
SOCIEDADE PROFUNDAMENTE

Organização e tradução de Maria da Graça M. Ventura

ESTIGMATIZADA POR QUATRO
SÉCULOS DE DOMÍNIO COLONIAL.
DO GRITO DO IPIRANGA
AO FRACASSO DO SONHO
BOLIVARIANO DE UMA GRANDE
COLÔMBIA E À EMERGÊNCIA
DA REPÚBLICA DA BANDA
ORIENTAL DO URUGUAI,
A AMÉRICA É REINVENTADA
POR LÚCIA BASTOS (BRASIL),
ARMANDO MARTÍNEZ
(COLÔMBIA) E GERARDO
CAETANO (URUGUAI).

Os fados da independência do Brasil

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves



Alegoria às Constituições de Portugal e do Brasil. Litografia de Julien, s.d., Fundação Biblioteca Nacional

«Independência ou Morte!»

Esse foi o timbre brasileiro que, segundo as versões correntes, o príncipe regente D. Pedro proclamou em 7 de setembro de 1822 às margens de um riacho paulista, o Ipiranga. Consagrado o episódio pela historiografia do Oitocentos, cujo propósito consistia em contribuir para a formação de uma nacionalidade, o *Grito do Ipiranga*, com o tempo, decantou-se como o gesto fundador por excelência do império brasílico. Não obstante, o fato em si deixou registrada uma repercussão quase imperceptível entre os próprios contemporâneos. Pode-se então indagar qual o efetivo sentido desse evento. Para tanto, convém examinar como os luso-brasileiros vivenciaram a ruptura que o 7 de setembro passou a representar e também qual o significado que as elites dos dois lados do Atlântico emprestaram ao vocabulário da época para justificarem suas posições.

O processo de separação entre Brasil e Portugal insere-se na conjuntura dos movimentos de 1820, que questionaram as práticas do Antigo Regime, buscando garantir, por meio de uma Constituição, as liberdades e direitos esposados pelo liberalismo nascente. E foi por efeito da Revolução Vintista que tais idéias ganharam o Brasil, colocando em circulação, de maneira inédita, uma literatura política de circunstância, que se traduziu em espantosa quantidade de jornais e folhetos políticos. Alguns chegavam de Lisboa, outros passaram a imprimir-se no Rio de Janeiro e na Bahia, gerando um intenso debate em diversas províncias, dando a impressão de que subitamente se criara uma esfera de política pública na América portuguesa. Limitados, de início, ao círculo reduzido de uma elite alfabetizada, para a qual os cafés, as livrarias e a maçonaria forneciam um novo espaço de sociabilidade, os debates não tardaram a se estender, ganhando as ruas e abrangendo outros atores.

Ao longo do ano de 1821, o objetivo fundamental desses escritos foi o de criticar o governo absoluto e explicar os princípios de um constitucionalismo monárquico. Difundiu-se, assim, um novo vocabulário, que traduzia uma cultura política, a essa altura, há muito partilhada pelas elites ilustradas de ambos os lados do Atlântico. Embora a idéia

de liberdade implicasse na crítica ao domínio colonial, ela não trazia, porém, nesse caso, a inevitabilidade de uma separação entre Brasil e Portugal. Na realidade, o primeiro já deixara, em 1808, de ser colônia ao acolher a sede da Coroa portuguesa e mais ainda, em 1815, quando adquiriu o status de Reino. Dessa maneira, se havia uma quase unanimidade transatlântica de crítica aos *corcundas*, os partidários do Antigo Regime, ainda não se questionava a unidade do Império luso-brasileiro. De fato, durante todo o ano de 1821, verificase que as idéias favoráveis à emancipação do Brasil, nos moldes em que esta se daria em seguida, encontravam-se completamente ausentes do debate propiciado por essa vasta literatura política.

Ao longo de 1822, contudo, mal-entendidos entre as elites portuguesas e brasileiras levaram ao surgimento de suas contradições. Frente a propostas de retomar algumas das antigas restrições, tanto políticas, quanto econômicas, que tinham limitado o Brasil, como a certas iniciativas tomadas pelas Cortes, que demonstravam o intuito de fazer prevalecer a parte européia do Império, um clima de crescente animosidade estabeleceu-se entre portugueses e brasileiros. O constitucionalismo converteu-se em separatismo. A partir de então, os folhetos políticos e a imprensa permitem vislumbrar as diferentes versões que cada lado do Atlântico possuía sobre a idéia de união no interior do Império luso-brasileiro. Para os portugueses, o Brasil constituía parte integrante de um poderoso Império, agora sob a tutela de um governo liberal e justo; para os brasileiros, a união significava a formação de um Império indissolúvel, composto, porém, de dois Reinos distintos, que teriam direitos e deveres recíprocos.

Essa guerra, «mais de pena, que de língua ou de espada», segundo a *Carta do Sacristão de Tambi ao Estudante Constitucional do Rio*¹, virava muitas vezes algaravia desencontrada por conta do inevitável descompasso que a lenta comunicação através do Atlântico causava às notícias. E foi nesse ambiente que se precipitaram os acontecimentos. De um lado, os brasileiros viam nos escritos impressos em Lisboa um meio para «inflamar os espíritos e promover a desunião do Brasil», devido aos insultos que traziam. Do outro, os portugue-

ses ressaltavam a ingratidão do Brasil em relação à Pátria-mãe, que lhe havia concedido tantos benefícios sob a forma do constitucionalismo, ao ameaçar a integridade do império. Somadas aos interesses próprios de D. Pedro, inicialmente pouco simpático às Cortes, essas animosidades voltaram a despertar antigas insatisfações dos colonos em relação à metrópole. A atmosfera carregou-se cada vez mais, conduzindo a uma gradual desilusão com a proposta de um único império.

Em 3 de junho de 1822, quando D. Pedro

acatou a representação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, solicitando a convocação de uma Assembléia brasílica, a medida ainda não pretendia ser fator decisivo de ruptura, mas sim instrumento que visava a evitar o esfacelamento do Brasil, ao assegurar um centro comum de poder. No entanto, não foi essa a visão de Portugal. A notícia repercutiu profundamente junto ao Congresso e à imprensa portuguesa, que a tomou como o selo final da separação de sua antiga colônia. Igualmente, os jornais baianos, favoráveis às Cortes, vislumbravam naquele decreto apenas «a anarquia e a separação». Em agosto, a *Gazeta de Portugal* já mostrava o Brasil a caminhar para a independência, enquanto Portugal dormia.

Por essa época, a idéia de separatismo já se manifestava em algumas obras de circunstância. Apesar disso, quando, por decreto de 1.º de agosto, D. Pedro declarou inimigas todas as tropas portuguesas que desembarcassem sem o seu consentimento, não deixou de precisar que tomava a independência no sentido exclusivo de autonomia política, sem implicar num rompimento formal. Na mesma data, contudo, o *Manifesto aos Povos do Brasil*,

**O PROCESSO
DE SEPARAÇÃO
ENTRE BRASIL
E PORTUGAL
INSERE-SE
NA CONJUNTURA
DOS MOVIMENTOS
DE 1820, QUE
QUESTIONARAM
AS PRÁTICAS
DO ANTIGO REGIME,
BUSCANDO
GARANTIR, POR MEIO
DE UMA
CONSTITUIÇÃO,
AS LIBERDADES
E DIREITOS
ESPOSADOS PELO
LIBERALISMO
NASCENTE**

de autoria de Gonçalves Ledo, e, em 6 de agosto, o *Manifesto às Nações Amigas*, redigido por José Bonifácio, já assumiam a separação como um fato consumado, embora, se ambos culpavam o despotismo das Cortes pelo rumo dos acontecimentos, o segundo continuasse hesitando em descartar completamente a proposta de um império luso-brasileiro. Nas palavras de José Bonifácio, «a nossa independência de Portugal não é mais do que aquela de um filho que se emancipa». Não simbolizava, portanto, ingratidão em relação à Mãe

Pátria; apenas o direito de o Brasil fazer seu Código de leis e promover sua felicidade, como também fizera Portugal com o movimento de 1820.

Compreende-se, então, por que o célebre *Grito do Ipiranga*, proclamado por D. Pedro em 7 de setembro, encontrou tão pequena repercussão entre os contemporâneos, sendo noticiado apenas sob a forma de um breve comentário no jornal fluminense *O Espelho*, com data de 20 de setembro. Para a maioria dos atores principais, a separação, embora parcial, já estava consumada. Ainda que originalmente não tivesse tal intenção, foi o 3 de junho, por exemplo, que passou a ser comemorado como aquele em que o Brasil despedaçara «as cadeias da escravidão». O jornal *Macaco Brasileiro* julgava aquele o «maior dia para o Brasil», devendo tornar-se o seu «magnó aniversário, o dia natalício da sua Regeneração política», pois «foi quando estalou o elo da corrente da dependência servil e colonial; foi quando o cancro se desarraigou do corpo gigante». De Londres, no *Correio Brasiliense*, Hipólito da Costa considerou que D. Pedro havia declarado finalmente «a independência do Brasil, por um decreto de 1.º de

agosto». Mais ainda, foi sobretudo a aclamação de D. Pedro como imperador constitucional do Brasil, em 12 de outubro, realizada sob as aparências de uma grande festa cívica, que, segundo a ótica da época, estabeleceu os fundamentos do novo Império. A construção da nação, no entanto, não foi esboçada senão com o reinado pessoal de D. Pedro II, a partir de 1840. Data de então o início da incorporação do 7 de setembro ao imaginário da nação, num processo que iria culminar com a encomenda oficial do painel *Independência ou Morte*, pintado por Pedro Américo em Florença, entre 1886 e 1888.

Trata-se, por conseguinte, de uma outra leitura da Independência do Brasil, distinta tanto dos mitos tecidos pelo nacionalismo do século XIX quanto dos fados a que uma certa historiografia viu sujeito o novo país, projetado como o resultado de uma aspiração nacional forjada por poderosas forças anônimas e cultivada no solo fecundo da América. Ao contrário, a independência do Brasil decorreu da adaptação de um ideal da restrita elite política e intelectual, mas que se confrontou, após 1822, com a realidade da nação informe, ainda presa de um mundo encantado, assentada sobre a base do trabalho escravo e regida por uma elite econômica conservadora. Na realidade, dos folhetos e jornais, regra geral, não só estão ausentes quaisquer referências a tradições locais anteriores, como raros foram os escritos que mencionaram o restabelecimento do exclusivo econômico como fator que tivesse contribuído para o separatismo brasileiro.

Ao contrário, foram os fatores culturais e políticos, enquanto confronto de diferentes modalidades de apreensão do mundo, no

QUANDO, POR DECRETO
DE 1.º DE AGOSTO,
D. PEDRO DECLAROU
INIMIGAS TODAS
AS TROPAS
PORTUGUESAS
QUE DESEMBARCASSEM
SEM O SEU
CONSENTIMENTO,
NÃO DEIXOU
DE PRECISAR
QUE TOMAVA
A INDEPENDÊNCIA
NO SENTIDO
EXCLUSIVO
DE AUTONOMIA
POLÍTICA,
SEM IMPLICAR
NUM ROMPIMENTO
FORMAL

interior de uma certa cultura, que comandaram o processo. No cerne, encontrava-se uma percepção evidentemente ilustrada da realidade que reconhecia na política um instrumento de ação sobre a sociedade, mostrando-se capaz de formular a concepção de um Império luso-brasileiro em oposição aos perigos anunciados pela independência das colônias inglesas da América, pela Revolução Francesa e pela anarquia das recém-criadas repúblicas ibero-americanas. Na superfície, de um lado, transpareciam as insatisfações de Portugal

com o abandono a que se vira relegado desde 1807, a nova dinâmica adquirida pelo Brasil com a presença da Corte e as ambigüidades de uma Coroa, que soubera cercar-se de uma pragmática elite de talentos. De outro, arvorava-se a pretensão do Brasil em reassumir uma hegemonia no interior do Império. Gerou-se, assim, uma incompatibilidade que se resolveu, como costuma ocorrer, por um divórcio. De um lado, o Império do Brasil; do outro, o reino de Portugal, que, doravante, como mostrou Valentim Alexandre, empenhou-se na construção de um Império africano. †



Aclamação de D. Pedro no Campo de Santana.

Aquarela de Jean-Baptiste Debret. 1822.

In Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Rio Antigo Publicações

1 Publicada em Revérbero Constitucional Fluminense, n.º 9, 8 de janeiro de 1822.

2 Ver Valentim Alexandre, "A viragem para África", in F. Bithencourt e K. Chaudhuri (dir.). História da Expansão portuguesa. v. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 61-85.

Simão Bolívar e a invenção da Colômbia

Armando Martínez Garnica



Simão Bolívar retratado em 10 de Agosto de 1928 por J. M. Espinosa. Extraído de:
González Betatriz e José María Espinosa, Abanderado del Arte en el Siglo XIX. Museo
Nacional de Colombia. Banco de la Republica, El Áncora Editores, Bogotá, 1998, p. 115

Terça-feira, 14 de Dezembro de 1819, quatro meses após a vitória sobre o exército espanhol na ponte de Boyacá – decisiva para a libertação do Novo Reino de Granada do domínio monárquico –, o general Simão Bolívar entrou no Congresso da Venezuela que se encontrava reunido em Angostura. Depois de informar sobre o êxito da campanha militar realizada nesse ano, terminou dizendo que as províncias neogranadinas desejavam unir-se às venezuelanas, «íntimamente convictas da imensa vantagem que resulta para ambos os povos da criação de uma nova República, composta destas duas nações». Em consequência, a união das províncias de Nova Granada e Venezuela num só corpo nacional – «o objectivo único a que me propus desde os meus primeiros combates» – já representava «o voto dos cidadãos de ambos os países», e seria, doravante, «a garantia da liberdade da América do Sul». Todos os seus serviços militares seriam recompensados com a proclamação do «pacto» fundador desta «vasta República à face do Mundo»¹.

Condescendente, o presidente do Congresso – o neogranadino Francisco Antonio Zea – acrescentou que a união das províncias de Nova Granada, Venezuela e Quito numa só República lhe daria um «poder e prosperidade» correspondente ao seu grande peso demográfico e seria um acto de grande importância política, «de infinito preço para a causa da Independência, de grandes vantagens para toda a América, e de interesse geral para todos os países industriosos e comerciantes». De imediato, Zea presidiu a uma comissão de deputados neogranadinos e venezuelanos que se encarregou de preparar um projecto de lei para formalizar o desígnio do general Bolívar, o qual, entretanto, já havia sido designado Libertador presidente.

Durante a sessão de 17 de Dezembro seguinte, os deputados do Congresso aprovaram e assinaram a *Lei fundamental da República da Colômbia*, produto da união das repúblicas da Venezuela e de Nova Granada, com um território calculado em 115 000 léguas quadradas que resultava do legado dos antigos territórios do vice-reino do Novo

Reino de Granada e da capitania-geral da Venezuela. Sob o ponto de vista administrativo, dividir-se-ia em três departamentos (Venezuela, Cundinamarca e Quito), e convocou-se um congresso geral de deputados eleitos para a elaboração da carta constitucional. Depois de ler esta lei fundamental, Zea beijou-a e assinou-a, dando graças ao Todo-Poderoso «por todos os povos começarem finalmente a reconhecer a necessidade e o preço da sua reunião em grandes massas, conforme a sua situação e as relações naturais, abandonando esse pequeno e funesto espírito provinciano desorganizador de toda a Sociedade». Eleito por este Congresso, como vice-presidente da Colômbia, Zea aceitou argumentando que assim poderia cooperar com o Libertador presidente na «execução dos grandes planos sobre os quais o Congresso tem meditado não só a favor da Colômbia, mas de toda a América e de contribuir para consolidar a reunião ditosa que acaba de se estabelecer», pois esta união não seria mais «que o primeiro passo de uma imensa carreira».

O alcance do projecto político colombiano foi exposto por Zea no seu *Manifesto aos Povos da Colômbia*, lido no dia em que se encerraram as sessões do Congresso. Em sua opinião, a «concentração política» efectuada pelos deputados da Venezuela e de Nova Granada permitira que a Colômbia se constituísse «numa forte e sólida Potência que no próprio acto de se erguer se pode fazer respeitada». Ser colombiano seria doravante motivo de glória, pois seria pertencer a «uma Potência firme e respeitável» que «ocupa o centro do Novo Continente com grandes e numerosos portos num e no outro oceano», composta por mais de três milhões e meio de homens, um território de mais de cem mil léguas quadradas, «um morgadio imenso em minas de ouro e prata, nos frutos mais apreciados, e nas produções naturais mais preciosas», enfim em «um Estado de enorme dimensão que apenas necessita de se apresentar para ser reconhecido»².

O engrandecimento e a prosperidade que resultaria do esforço para «expulsar de vez os espanhóis do nosso território», abrir

os portos a todas as nações, possibilitar o estabelecimento de colonos europeus interessados em «cultivar os nossos campos férteis», «extrair os produtos naturais dos nossos montes» e explorar muitas minas abandonadas «pela falta de braços e de capitais empreendedores» estariam assegurados se se obtivesse a vontade unânime de todos os colombianos. Para que a Colômbia fosse o que prometiam os seus primeiros legisladores, requeria-se esta vontade política de todos: «primeiro no mundo físico», este país não existia no mundo político porque não havia existido a vontade geral de «levantar um poderoso e colossal Estado» capaz de lhe assegurar «uma existência eterna e uma progressiva e rápida prosperidade».

Bolívar e Zea – um venezuelano e um neogranadino – concertaram assim o projecto político colombiano: um Estado poderoso, dotado de um grande território, na encruzilhada dos dois oceanos, que um dia uniria o caminho-de-ferro ao canal do Panamá, uma potência em todo o extremo norte da América do Sul. Esta possibilidade

de existência política, imaginada na conjuntura eufórica produzida nos venezuelanos pelo rápido triunfo de Boyacá, tinha de enfrentar a outra possibilidade política que já havia sido experimentada durante a Primeira República (1810-1816) em Nova Granada e na Venezuela. A ela se referiu Zea com cores negras no seu *Manifesto*: «O delírio das soberanias provinciais sob um sistema federativo, essencialmente dissidente no estado da nossa civilização e moral pública», teria sido «a fatalidade e o destino cruel» destes países. A que se referia?

Referia-se à «eclosão de juntas» vivida em 1810 em Espanha e nas Índias. Perante o sequestro de Fernando VII e de seu pai pelo «pérfido corso», as províncias organizaram juntas que «reassumiram em si» a soberania perdida pelos reis espanhóis. No Novo Reino de Granada, essas juntas supremas provinciais acabaram por não reconhecer a autoridade do Conselho de Regência e por dotar-se das suas próprias constituições estatais, dirimindo militarmente – com a acção decisiva do general Bolívar – as suas contradições face à entidade política à qual



La Gran Colombia. Mapa elaborado sob a dir. de H. S. Tanner, em 1928. Extraído de: Atlas de Cartografía Histórica de Colombia:

Instituto Geográfico Agustín Codazzi, Instituto Colombiano de Cultura, Archivo Histórico Nacional, Lámina XII, 198

cederia a sua soberania: o Congresso federal das Províncias Unidas ou o Estado de Cundinamarca. As lutas militares destas províncias soberanas com as que permaneceram leais à Monarquia e o envio do Exército Expedicionário de Terra Firme, após a restauração de Fernando VII, puseram fim a esta experiência política. Mas a experiência havia durado o suficiente para ser esquecida, o que era facilitado por três séculos de tradição de exercício de auto-

ridade local, representada nos cabidos e nos governadores provinciais, assim como na existência de grupos locais de pessoas notáveis, enobrecidas pela carreira eclesiástica e pelo exercício da advocacia perante os tribunais das Reais Audiências de Santa Fé, Quito e Panamá.

Por outro lado, a aposta política colombiana tinha contra si as tradições seculares das autoridades provinciais e, sobretudo, a tradição eminente das jurisdições de três audiências e uma capitania-geral. Em finais de 1810, um cónego de Caracas – José Cortés de Madariaga – concertou-se com o presidente da Junta de Santa Fé para respeitar o princípio *uti possidetis* na hora de formar os novos Estados nacionais que resultariam da emancipação: a Venezuela seria um Estado nacional distinto do Estado de Nova Granada. Os quiteños tinham direito a aspirar ao mesmo e, inclusive, os panamenhos que haviam tido a sua própria real audiência.

No cenário da política republicana foram, então, projectadas duas possibilidades de existência política para os extintos vice-reino de Nova Granada e capitania-geral da Venezuela: a fácil seria apartar três «estados colombianos», fazendo transitar – graças ao *uti possidetis iuris* – as antigas jurisdições realengas para as novas jurisdições republicanas. Os deputados das províncias sabiam que esta via contava com o peso das

A aposta política
colombiana tinha
contra si as tradições
seculares
das autoridades
provinciais e, sobretudo,
a tradição eminente
das jurisdições
de três audiências
e uma capitania geral

tradições políticas. A outra possibilidade era a difícil, pois se tratava de inventar um novo Estado (Colômbia) contra as tradições antigas e administrar os conflitos dos notáveis de cada uma delas. De momento, esta tinha a seu favor o carisma pessoal do general Bolívar e os compromissos provinciais com a manutenção do Exército Libertador que marchou para sul para libertar o vice-reino do Peru e as Audiências de Quito e Charcas das autoridades espanholas.

Terminada a guerra libertadora com o armistício de Ayacucho (9 de Dezembro de 1824), o prestígio do Libertador ficou abalado com o texto da primeira Constituição da Bolívia, cuja presidência vitalícia era inaceitável para os liberais neogranadinos. Quando os mais jovens se atreveram a atentar contra a sua vida em Bogotá, a 25 de Setembro de 1828, a tensão política na Colômbia atingiu o seu zénite, marcado pela Ditadura e pelo desterro dos principais liberais. Daí que, antes da sua morte, ocorrida a 17 de Dezembro de 1830, quando ia a caminho do exílio europeu, o Libertador Simão Bolívar já tivesse plena consciência do desmoronamento do seu sonho de uma Colômbia grande e poderosa. Três Estados «colombianos» – Nova Granada, Venezuela e Equador – nasceram deste fracasso e mostraram que este era o caminho viável, abandonando-se assim todo o sonho de grandeza e de potência continental. A exigência do quarto Estado colombiano teve de esperar sete décadas, mas em 1903 assumiu a sua identidade como República do Panamá. O princípio da realidade política tradicional acabou por se impor, tal como o reconheceu o Libertador ao renunciar à presidência perante o Congresso Constituinte de 1830: «Se fosse necessário um homem para suportar o Estado, este Estado não deveria existir, e, por fim, não existiria mesmo.» †

- 1 Simão Bolívar. Discurso perante o Supremo Congresso de Venezuela. Angostura, 14 de Dezembro de 1819. In *Correo del Orinoco*, n.º 47 (18 de Dezembro de 1819).
- 2 Francisco Antonio Zea. Manifesto aos Povos da Colômbia. Angostura, 18 de Janeiro de 1820. In *Correo del Orinoco*, n.º 50 (29 de Janeiro de 1820).

Buenos Aires, Montevideo e as marcas da Revolução da Independência

Gerardo Caetano



Café de los Patriotas, Montevideo, 1868. Fotografia: Archivo Fotográfico de Montevideo

A visão nacionalista clássica das historiografias latino-americanas criou a mitologia redutora das lutas da revolução independentista como um pleito dicotômico entre «patriotas» e «godos», entre «nacionalistas» e «imperialistas europeus». A verdade histórica, amplamente fundada na documentação da época, refere uma história de conflitos muito mais ampla e complexa nos seus significados. Para lá da vigência inegável da ruptura do pacto colonial entre «americanos» e «europeus», no caso que nos ocupa entre os «espanhóis americanos» ou entre os «argentinos ocidentais ou orientais» contra «espanhóis», «portugueses» e, depois, «imperiais brasileiros», a verdade é que o processo das lutas independentistas acolheu um cúmulo de significações que transcende em muito a dicotomia bipolar colocada.

O historiador John Lynch, por exemplo, no seu texto já clássico sobre *Las Revoluciones Hispanoamericanas*, refere a coexistência de três dimensões possíveis durante o processo revolucionário (as que denomina como a «revolução popular», a «contra-revolução» e a «revolução conservadora»), das quais – em sua opinião – sairia amplamente vitoriosa a última das dimensões referidas. Na sua referência específica ao conjunto das revoluções no Rio da Prata, Lynch assinala também a coexistência entre uma «revolução no Rio da Prata» (o movimento nascido em Buenos Aires, em Maio de 1810, irradiaria como modelo de restauração centralista para todo o território do extinto vice-reino) e uma «revolução contra o Rio da Prata» (concentrada na chamada Província Oriental, no Paraguai e no chamado «Alto Peru», que resistiriam, a partir de propostas federais ou autonomistas, às pretensões centralistas de Buenos Aires, na sua pretensão de restaurar a seu favor, sob o novo estatuto independentista, o seu papel de suposta herdeira da condição de capital vice-reinal). Esta última pugna, já esboçada, como veremos, na última Colónia, marcará a fogo a vida e as relações históricas entre duas cidades rivais e irmãs, como Buenos Aires e Montevidéu. É dessa história peculiar que vamos falar, em termos forçosamente sucintos.

AS MARCAS DA COLÓNIA E DA REVOLUÇÃO

Montevidéu nasceu no século XVIII (num processo fundacional que decorreu entre 1724 e 1730), entre um cerro e uma baía. Foram os portugueses, que já haviam fundado, mais a ocidente do estuário, a Colónia do Sacramento em 1680, que primeiro radicaram ali, em 1723, um primeiro contingente fundacional, convencidos da importância estratégica do enclave. Advertidos da ocupação, os espanhóis radicados em Buenos Aires desalojaram-nos de imediato, dando início à construção de uma praça-forte que servisse para controlar o afã expansionista português no Rio da Prata. Rápida-mente, o porto (a baía natural mais importante do estuário) ultrapassou a praça forte, marcando, para sempre, o destino da cidade.

Em contrapartida, Buenos Aires nascera no século XVI (na realidade, fê-lo duas vezes, pela destruição provocada pelos indígenas na primeira fundação por Pedro de Mendoza, primeiro adiantado da Coroa Espanhola na região) de costas para o rio, como prolongamento da planura pampiana, num lugar sem acidentes geográficos significativos. Como tem sido dito, o crescimento majestoso da grande metrópole portenha constituiu um fenómeno essencialmente urbano, cultural. O porto que se construiu ali foi sempre artificial, tal como o desenvolvimento de todas as dependências da que chegaria a ser a capital política dos domínios espanhóis na região, condição coroada com a sua elevação a capital do vice-reino do Rio da Prata, constituído em 1776.

Para o leitor atento, seguramente, não terá passado despercebido que Montevidéu nos remete para o mar, e Buenos Aires para o rio. Essa dualidade, que marca a própria ambiguidade do estuário platense (os indígenas chamaram-lhe Paraná Guazú que pode ser traduzido como «rio grande como o mar», enquanto o seu «descobridor» europeu, João Dias de Solís, lhe chamou Mar Doce), configura uma das muitas metáforas referidas a uma relação de alteridade entre ambas as cidades, que em boa parte tem a ver com a história da região e, em parti-

cular, com as modalidades diversas com que ambas abandonaram o estatuto de Colônia e o processo da revolução da Independência.

Com efeito, as rivalidades nasceram nos tempos da Colônia, desde a famosa «luta de portos» pela qual, durante décadas, a capital política do Rio da Prata, Buenos Aires, recusou veementemente a justa reivindicação dos comerciantes montevidéanos de ter um Consulado de Comércio próprio, que consolidasse o que a sua ampla baía lhes proporcionava naturalmente: a condição de principal centro comercial da região. Durante o período colonial, ainda se desenvolveram outros contenciosos: a pugna de jurisdições administrativas sobre a chamada Banda Oriental; o pleito entre os ganadeiros e os salgadeiros de ambas as margens do Rio da Prata pela exportação da grande riqueza ganadeira do território oriental; a primazia das autoridades eclesiásticas buenaienses sobre uma Igreja oriental pobre e de primazia franciscana; entre outros. Daí que muitos dos historiadores clássicos do nacionalismo uruguaio tenham estabelecido nestas controvérsias coloniais as causas primeiras da revolução oriental e os fundamentos da auto-afirmação posterior de uma nacionalidade própria. O famoso livro de Juan E. Pivel Devoto, *Raíces Coloniales de la Revolución Oriental*, entre muitos outros, constitui um excelente exemplo da premissa antiportenha de toda a historiografia nacionalista que floresceu no Uruguai muitas décadas após o surgimento do Estado.

Mas se as rivalidades coloniais entre ambas as cidades apartaram o seu destino e o dos territórios a que presidiam, os pleitos que estalaram com a Revolução independentista terminaram por bifurcar as suas trajetórias. Na sua primeira etapa, a revolução oriental, dirigida por José Artigas, emanou de uma projecção sobre a Banda Oriental do movimento revolucionário de Maio de 1810 em Buenos Aires. Todavia, logo no ano seguinte, as desavenças surgidas quando do primeiro cerco a Montevideu, centro da resistência espanholista, até ao fim do domínio de Espanha na região, em 1814, provocaram a retirada do chefe dos orientais em protesto contra a aquiescência portenha face à primeira invasão portu-

guesa. Na sua retirada, biblicamente designada «xodo», Artigas foi seguido não só pelo seu exército, mas também pela grande maioria da população oriental, embora contrariando os seus desejos e decisões. A partir de então, o distanciamento entre o federalismo radical artiguista e a proposta centralista e unitária portenha tornaram-se tão ou mais importantes que a luta contra o invasor, quer este fosse espanhol ou português. Estas diferenças radicalizaram-se com o tempo, sobretudo após a retirada espanhola de Montevideu.

Os confrontos entre os orientais artiguistas e as autoridades portenhas, motivados não só pelas diferenças ideológicas políticas e sociais, mas também por uma aberta confrontação de interesses e por concepções antagónicas do destino final do processo revolucionário, culminaram, de algum modo, em 1816, quando ocorreu o que Artigas qualificou de «sublime intriga»: o antiartiguismo, comum aos três grandes centros de poder da região (Buenos Aires, a Corte portuguesa sediada no Rio de Janeiro desde 1808 e a oligarquia montevidiana), levou à segunda invasão portuguesa da então chamada Província Oriental, acordada em conjunto pelos três, que ocorreu em 1816 e durou até 1824, e viria a derrotar, em 1820, as tropas artiguistas. Já separado o Império do Brasil, na sequência do Grito de Ipiranga, a 7 de Setembro de 1822, ao retirar-se, em 1824, os portugueses deixariam a praça de Montevideu e todo o território oriental em mãos brasileiras, domínio que se prolongaria até 1828.

A segunda etapa da revolução oriental, após o interregno da chamada Província Cisplatina, primeiro sob o domínio lusitano e depois brasileiro, já afastado o perigo do «contágio artiguista» (que, na documentação da época aparecia como sinónimo de «anarquismo» e de pretensão de «igualdade na base de fazer todos igualmente pobres», como dizia o relatório do cônsul britânico Samuel T. Hood, dirigido ao Lord Canning em Janeiro de 1825), possibilitou um momentâneo reencontro entre montevidianos e buenaienses ou portenhas. A chamada “Cruzada Libertadora” de 1825, com algumas continuidades, mas sobre-

**MONTEVIDEU
REMETE-NOS PARA
O MAR, E BUENOS AIRES
PARA O RIO. ESSA
DUALIDADE,
QUE MARCA A PRÓPRIA
AMBIGUIDADE
DO ESTUÁRIO PLATENSE
[...] CONFIGURA UMA
DAS MUITAS METÁFORAS
REFERIDAS
A UMA RELAÇÃO
DE ALTERIDADE ENTRE
AMBAS AS CIDADES**

tudo com fortes distanciamentos face ao programa político e social do ainda temido artiguismo, foi basicamente financiada pelos grandes ganadeiros e salgueiristas portenhos, ávidos de regressar à exportação da rica pradaria oriental. Na sua proclamação inicial de 19 de Abril, para pavor dos historiadores nacionalistas de finais do século XIX e princípio do século XX, o novo líder da revolução, João António Lavalleja, começava por se dirigir aos «argentinos orientais», expressão que o representava a ele próprio cabalmente e que, na época, não queria dizer senão «rioplatenses deste lado do rio». Foi, efectivamente, um exército também «argentino-oriental» que enfrentou as tropas imperiais brasileiras entre 1825 e 1828. Mas, no momento decisivo da negociação, na Convenção Preliminar de Paz de 1828, com a interessada mediação britânica, foram «argentinos» e «brasileiros», sem a participação de «orientais», quem decidiu a fundação de um Estado oriental independente, mas com uma soberania fortemente mediatizada.

Durante décadas, as trajectórias e identidades colectivas misturaram-se fortemente nas lutas regionais. A primeira Constituição uruguaia, jurada solenemente a 18 de



Igreja matriz e Plaza Constitución, Montevideo, 1868. Fotografia: Archivo Fotográfico de Montevideo

Julho de 1830, não fixava fronteiras, perante a convicção manifesta dos seus vizinhos de que o Estado emergente seria provisório. Se não houve então delimitação de fronteiras jurídicas, tampouco as houve no campo das lutas políticas, no campo da construção das sociedades ou no arranque das incipientes economias. Embora com sugestivo anacronismo, as historiografias nacionalistas de finais do século XIX, fortemente influenciadas pelo romantismo da época, desenvolveram relatos heróicos com próceres fundacionais e criadores de nações, cujo destino e desígnio não poderia ser outro senão o de forjar países independentes como os que depressa se consolidaram. Contudo, até 1830, as identidades sociais resultavam muito mais ambíguas, como é amplamente demonstrado pela documentação da época relevada pelas investigações mais recentes: os povos destas latitudes autoqualificavam-se, então, de «argentinos orientais», «espanhóis americanos» ou, simplesmente, «americanos», reservando as definições de «oriental», «buenairense» ou «correntino», entre muitas outras, para aludir a identidades provinciais, não nacionais.

RIVAIS E IRMÃS

Imersas nesse complexo processo histórico, Buenos Aires e Montevideu, entre encontros e desencontros, foram, todavia, forjando progressivamente uma alteridade predominante, sobretudo promovida pelo lado mais fraco da disputa, Montevideu. Convertidas em capitais da Argentina e do Uruguai, Buenos Aires e Montevideu foram construindo, desde então, uma história de filiações e de fobias, para as quais muito contribuíram (historicismos à parte) as «marcas» divergentes da Colónia e da Revolução da Independência, convertidas, com o andar do tempo, no cimento sacralizador das liturgias cívicas de ambas as nações. A partir do seu perfil inevitavelmente mais provinciano, perante uma metrópole em crescente expansão, foram os montevidéanos – como vimos – quem mais impulsionou e confirmou uma lógica especular entre ambas as capitais vizinhas, em que as diferenças superaram sempre as semelhanças.

Contudo, decorridos quase dois séculos, aquelas «primeiras independências» já não são suficientes. A sua sustentação historiográfica e simbólica foi construída, até finais do século XIX, para fundar nações e países ensimesmados, «para andarem sós», receosos dos seus vizinhos. Com o seu sentido de fronteira transatlântica, de costas viradas para o território latino-americano, aquele tipo de construções imaginárias que fundavam «nacionalismos de aldeia» já não é adequado para enfrentar os desafios do novo mundo da aldeia global e dos processos de integração regional. Em particular, ele resulta, assim, em momentos em que a hegemonia unipolar norte-americana vulnera a ordem multilateral, assim como o direito e a comunidade internacionais, a partir da argumentação de que essa é a única forma de enfrentar o terrorismo. A vigência antijurídica da teoria da chamada «guerra preventiva», entre muitas outras ameaças e condicionamentos das soberanias legítimas dos nossos países, exige hoje a elaboração de uma «segunda independência», na qual o território latino-americano e a fronteira transatlântica e o mundo ibérico possam renovar os seus laços a partir dos novos conteúdos exigidos pelo nosso tempo.

Este desafio também está a interpelar a história de Buenos Aires e de Montevideu. Como bem assinalaram Luciano Álvarez e Christa Huber, no seu texto *Montevideo Imaginado*, «como boas rivais e irmãs, ambas as cidades cruzam os seus amores, os seus zelos, as suas filiações, as suas fobias. [...] Distanciamentos e proximidades, diferenças forçadas para construir rivalidades necessárias, imaginários partilhados: bairrismo, sensibilidade e sentimentalismo; nostalgia dos bons velhos tempos, tango, mais portenho que montevidéano; murga e candombe perdidos no passado portenho, recuperados hoje por uruguaios como Jaime Ross e Ruben Rada. Montevideu e Buenos Aires, nos seus distanciamentos e proximidades, criam e vivem, parafraseando Borges, «um turvo passado irreal que de algum modo é verdadeiro» e «evocam uma região na qual o Ontem poderia ser o Hoje, o Ainda e o Já». !



Mercado Velho e Porta da Cidadela, Montevideo, 1868. Fotografia: Archivo Fotográfico de Montevideo

El hambre no es una milonga

Grau Serra Espriu



Conhecida como El Jardín de la República, pelas suas terras férteis, a província de Tucumán é uma das regiões mais pobres da Argentina. Trágico paradoxo num país que é um dos maiores exportadores mundiais de alimentos.

Para dar testemunho da tragédia, fotógrafos argentinos e estrangeiros acorreram à região e durante meses registaram imagens que percorreram o mundo através de jornais e revistas como La Nación, Clarín, Veintitres, The New York Times, La Vanguardia, El País. Essas imagens dariam, depois, corpo à exposição Los olvidados, organizada pela Universidade Nacional de Tucumán, em 2003. Dessa exposição que tem vindo a ser mostrada em várias cidades europeias, Grau Serra envia-nos o seu testemunho. Para que as crianças e os pais de Tucumán não atravessem sós os cem anos de solidão.



Rio São Francisco, carinhosamente o Velho Chico

Rogata Soares del Gaudio



A Cachoeira de Paulo Afonso — século XIX

Marc Ferrez, 1875. In: CORR A, B. Augusto Stahl — obra completa em Pernambuco e Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Capivara, 2001. p. 131



COELHO, M. A. e SONCIN, N. B., Geografia do Brasil, São Paulo, Moderna, 1982, p. 86

Cresci ao longo das margens do Paraopeba, em cujas águas comecei a aprender e a gostar de pescar. A pescaria tem muito dessa relação com o fluir das águas. É momento propício para a reflexão: uma quietude repleta de espera, em que os sentidos se confundem com o próprio burburinho das águas, com aquele mistério de saber que, em um ambiente completamente diverso do seu, existem milhares de formas de vida. Tempo para ouvir o silêncio nas margens, pois todos emudecem, uma vez que o excesso de palavras pode «espantar os peixes». Estes requerem silêncio para se dar a conhecer, para cair no arдил que os aguarda na aparente oferta generosa de alimento...

Naquela época de minha infância, nem sequer sabia que o imenso rio Paraopeba – para minha pequenez – desaguava em outro ainda maior, o São Francisco, e este, por fim, terminava no Oceano Atlântico, passando antes por duas regiões brasileiras (Sudeste e Nordeste), levando água para o pobre sertão, além de transportar pessoas e mercadorias.

Porém, as experiências do contato com as águas, o temor pelo possível afogamento – pois os «rios são traiçoeiros» –, o silêncio das palavras, o burburinho das águas, a expectativa pelo peixe mantiveram-se como recordações muito vivas e quase atávicas. Acho que esse respeito pelas águas, essa vontade de delas fazer parte, ainda que das margens, permaneceu como traço em mim, e mais, como parte do que hoje sou.

Somente mais tarde é que comecei a compreender o que era uma bacia hidrográfica e aquele imenso rio de minha infância tornou-se apenas um dentre os muitos que formam a Bacia do São Francisco.

Aprendi que rios também se descobrem... Assim, o rio São Francisco foi descoberto ainda no início da colonização portuguesa pelos viajantes Américo Vespúcio e André Gonçalves, em outubro de 1501. Era norma, no século XVI, ter como base o calendário religioso para designar cada acidente geográfico descoberto e, como este imenso rio foi descoberto no dia 4 de Outubro, recebeu o nome do santo do dia. Outros historiadores afirmam que sua descoberta ocorreu no dia 10 de outubro, dia de São Francisco Xavier... Dúvidas à parte, o

certo é que o nome do rio permaneceu mesmo São Francisco, fosse o de Assis, fosse o Xavier, substituindo assim a designação dada pelos povos indígenas – Opará, ou Rio-Mar.

Deparei também com suas várias designações: rio São Francisco, chamado de «rio da integração nacional», pois sua bacia ocupa os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, uma área que equivale a aproximadamente 640.000 Km², ou seja, sete vezes o tamanho de Portugal.

«Rio dos Currais», pois, além de caminho entre as terras produtoras de açúcar do Nordeste e a região das Minas Gerais, havia em suas margens inúmeras fazendas de criação de gado.

E, por fim, «Nilo Brasileiro», em alusão à sua extensão – aproximadamente 2700 km, de sua nascente na serra da Canastra, em Minas Gerais, à sua foz, entre os estados de Alagoas e Sergipe – e porque suas águas, perenes mesmo durante as grandes secas, banham as terras semiáridas do sertão nordestino.

Os tempos passaram e transformaram tanto o rio São Francisco e seus afluentes, quanto eu mesma. Assim me vi pelos idos de 2003 tendo a oportunidade de, enfim, conhecer este imenso rio.

E na experiência de pescar em suas silenciosas águas, sentada num barquinho às suas margens – pois a lembrança da advertência sobre as «águas traiçoeiras dos rios» não me permitia ir além –, pude pensar nos segredos, histórias, mitos, lendas e vidas que passaram por suas águas, confundindo-se com estas e re-significando-as.

Pensei nos muitos jagunços¹ que viveram e morreram em suas margens... Lembrei-me de um conto de Guimarães Rosa², chamado *A Terceira Margem do Rio*, em que uma pessoa deixa-se perder pelas águas, vivendo em um barquinho até os anos confundirem-no com o próprio rio. A lembrança desse conto, ali, naquele contato muito pessoal entre mim e o rio, levou-me a refletir acerca do deixar-se levar pela vida, sem saber bem para onde...

Pensei nos primeiros europeus aventurando-se por estas terras em busca de metais

e pedras preciosas, vivendo das águas e dos peixes do «Velho Chico» e dos frutos das matas.

Lembrei-me dos «Gaiolas», navios que, no início do século XX, percorriam suas águas, nos trechos navegáveis de Pirapora em Minas Gerais, a Juazeiro, na Bahia, semelhantes àquelas embarcações que percorreram também o Mississipi, nos Estados Unidos...

OS «GAIOLAS»

Pensei na vida das lavadeiras, mulheres que sustentam suas famílias lavando roupas para fora às margens do São Francisco; nos mitos e lendas que povoam este rio, como o Nego D'Água, responsabilizado pelos acidentes com as canoas e a fuga dos peixes; a presença da Mãe D'Água, mítica figura, semelhante às sereias gregas, a chamar os pescadores para o fundo dos rios; a presença do Minhocão, imensa serpente que navega pelo rio, afundando as embarcações. E associei tudo isso ao desenvolvimento da arte muito própria das populações ribeirinhas, as carrancas, rostos ou caretas muito feias, horrendas mesmo, geralmente entalhadas em madeira e colocadas nas proas dos barcos, para espantar «mau olhar», pescarias ruins, o Nego e a Mãe D'Água e o Minhocão. As lendas criaram decoração e passaram a fazer parte do cotidiano das famílias brasileiras em várias regiões para além da Bacia do «Velho Chico». Assim, as carrancas estão presentes também como peças de decoração em inúmeras residências Brasil afora.

Refleti, ainda, sobre o quanto somos abençoados por nossas águas e o quão pouco as valorizamos... Lembrei-me da *Carta de Caminha*, que já no século XVI afirmava que «nesta terra em se plantando tudo dá», pelo potencial de suas límpidas e cristalinas águas. Infelizmente, hoje, essas mesmas águas em função da exploração e da ganância do homem estão sujas e com os seus rios assoreados...

Pensei, também, na beleza da Cachoeira de Paulo Afonso, formada pelas águas do São Francisco em sua passagem pela Bahia, pintada e retratada em versos desde o século XIX.

Desta Cachoeira resta atualmente apenas um filete de água, pois a construção da Hidroelétrica de Paulo Afonso diminuiu o caudal de água. Sua beleza, tal como era, só é possível ser vislumbrada em dias especiais, quando a Hidrelétrica abre suas comportas e as rochas voltam a dilacerar o rio, como nas palavras do poeta³:

A cachoeira! Paulo Afonso! O abismo!

A briga colossal dos elementos! [...]

Os braços do gigante suarentos

Agüentando a ranger (espanto! assombro!)

O rio inteiro, que lhe cai do ombro

Esses pensamentos desembocaram romântica e saudosamente na letra de uma música composta por Sá e Guarabyra, chamada *Sobradinho*, que fala de todas essas mudanças do rio São Francisco e do sertão:

O homem chega e já desfaz a natureza,

Tira gente, põe represa e diz que
tudo vai mudar,

O São Francisco lá pra cima da Bahia,

diz que dia menos dia

Vai subir bem devagar

E passo a passo vai cumprindo a profecia

Do Beato que dizia que o Sertão

vai virar mar [...]

E, finalmente, o meu pensamento desaguou no que aconteceria ao rio quando – e se – se aprovar o projeto proposto pelo governo federal, atualmente em tramitação no Congresso, de transposição de suas águas para irrigar o Sertão. Em que pesem os possíveis benefícios com esse projeto há que se pensar os riscos para a flora, fauna, ictiofauna, populações, enfim, para a sobrevivência do próprio rio. Mas isso já é outra história... !

1 Jagunços: matadores contratados pelos grandes fazendeiros, envolvidos em lutas políticas e disputas por terras. Os jagunços eram o «braço forte, justiceiro e violento» dos senhores coronéis que controlavam os sertões.

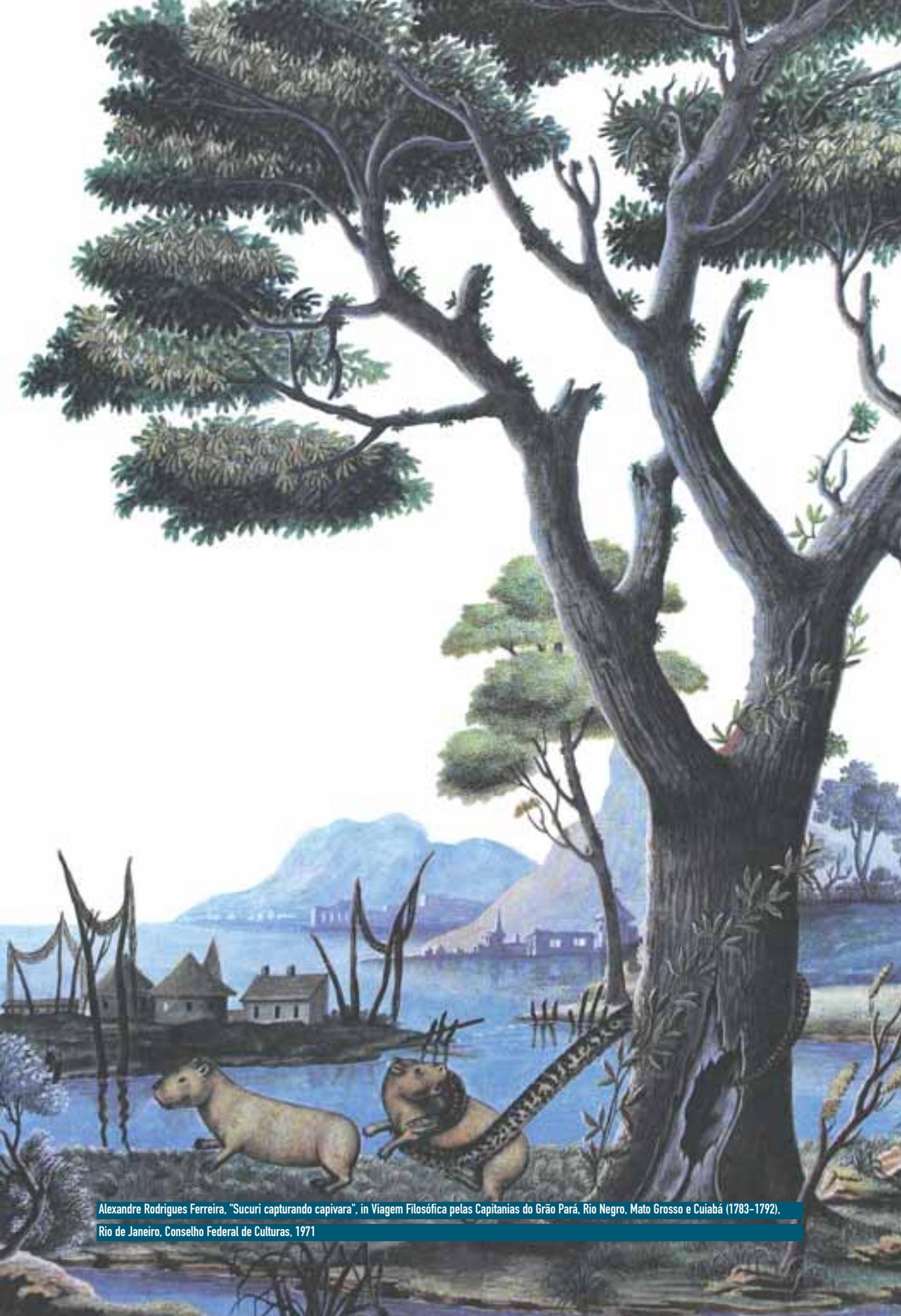
2 João Guimarães Rosa, escritor brasileiro, cujas obras mais conhecidas são *Grande Sertão: Veredas*; *Sagarana*; *Primeiras Histórias*.

3 Castro Alves. *A Cachoeira de Paulo Afonso*.

Carta de uma capivara a um tatu

Maria Adelina Amorim





Alexandre Rodrigues Ferreira. "Sucuri capturando capivara", in *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Culturas, 1971

QUERIDO TATU:

Há muito que ouvia falar de ti, nessas conversas do mato onde habitam as minhas amigas pacas, cutias e antas, espécie de primas em linha-gem indirecta.

Foram elas que me despertaram para a tua existência, já que ficavam fascinadas de cada vez que te viam rasteirando os campos à procura de frutos silvestres e minhocas ou quando te encaminhavas para a tua toca com o teu fato de cavaleiro medieval. Sabem tudo sobre ti, porque não há literatura que não te refira, apesar de nós, de vez em quando, lá ombrearmos contigo naquelas crónicas sócio-animais. Não gostamos nada é que nos chamem «bichos venenosos», como fez o Gândavo naquela que dizem ser a primeira história do Brasil:

«Outros há também nestas partes muito para notar e mais fora da comum semelhança dos outros animais (a meu juízo) que quantos até agora se têm visto. Chamam-lhes tatus, e são quase tamanhos como leitões, têm um casco como de cágado, o qual é repartido em muitas juntas como lâminas, e proporcionado de maneira que parece totalmente um cavalo armado. Tem um rabo comprido todo coberto do mesmo casco; o focinho é como de leitão, ainda que mais delgado algum tanto, e não bota fora do casco mais que a cabeça. Têm as pernas baixas e criam-se em covas como coelhos...» (Pêro Magalhães de Gândavo, *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*, 1576).

Pena é que, mesmo com estes atributos, vão logo acrescentando que a nossa carne é saborosa, e então a tua «a melhor e mais estimada que há nesta terra e tem o sabor quase como de galinha». Imagina! Já não chegávamos nós, ainda trouxeram para cá uma bicha dessas logo na primeira armada. Que mania têm de nos comparar com uns que nem conhecemos. Esse Gândavo, para além de dizer que eras como um coelho, disse que tinhas um casco «à maneira de lagosta como de cágado, mas é repartido em muitas juntas como lâminas, parece totalmente um cavalo armado, tem um rabo do mesmo casco comprido e o focinho é como o de leitão» (Gândavo, *Tratado da Província do Brasil*, 1576). Ora francamente!...

Já sei que foste preterido pelo Albrecht Dürer que se deixou entusiasmar por aqueles quadrúpedes trombudos – a quem eu não acho graça nenhuma – e resolveu gravar-lhes a carcaça pondo o rinoceronte xilografado a correr o mundo, como se ele fosse mais importante do que tu, meu querido tatu. Ficou encantado com as histórias que aquele Valentim

Fernandes lhe contou sobre o couraçado, só porque foi oferecido ao rei, aquele Dom Manuel que também mandou aqui para o Brasil aqueles barcos, dizem que era à procura de ouro e cristãos, quando eu sei que era a ti que buscavam.

Como te escondeste das primeiras vezes, eles tiveram que dar ao rei aqueles elefantes e rinocerontes, tão grandes e feiosos. Não te importes porque, se te tivessem apanhado, lá tinhas que ter ido fazer aquelas macacadas (que é como quem diz...) do elefante ao Papa. Imagina-o a fazer reverências com os joelhos no chão, a fingir que eram vénias. Mesmo assim ainda teve coragem para atirar um forte repuxo com a tromba para a varanda do palácio do pontífice, que pôs a banhos os cardeais. «Ganda elefante!» Acho que ele nunca tinha ouvido falar naquela coisa da Inquisição, não achas? Mas desculpa o meu desvio, querido tatu. Nem fiques ciumento por eu estar a gabar o elefante ou o hipopótamo do Dürer. Logo perceberam que tu com esse jeitinho de animal ambíguo, meio porco, meio coelho, meio qualquer coisa que é como se quer um animal com A grande, tinhas tudo para ser o símbolo desta nossa terra a que chamaram Brasil. Foi assim que foste parar à alegoria das quatro partes do mundo que Jost Amman (1531-1591) gravou em 1577 e lá apareces no meio daquela confusão de macacos, veados, papagaios e outras animálias, meio escondido e disfarçado atrás dos índios profusamente ornados de penas e colares, figuras um tanto edénicas em contraste com os nossos verdadeiros conterrâneos, os *bresilianer*, que estão representados nas suas orgias antropofágicas, esquarterando-se e comendo-se uns aos outros. A culpa é daquele Hans Staden que escreveu para toda a Europa a dizer aquelas coisas horríveis dos Tupinambás, e depois foi o que se viu... A verdade é que te descobriram e, a partir daí, nunca mais prescindiram da tua imagem para alegorar a quarta parte nova que eles dizem que acharam.

Foi deste modo que Conrad Gesner (1516-1558) na sua *Historia Animalium* (1551-1558) te deu o mesmo estatuto do rinoceronte duraniano e aí vens tu numa prancha rivalizando com o outro com o teu corpo blindado. A tua vida nunca mais seria a mesma. Não havia jornalista ou redactor que não falasse de ti naquelas crónicas da época. Não há escritor famoso ou anónimo que não reconhecesse que eras matéria de reportagem e digno de aparecer nas primeiras páginas. Se não, vejamos:

«Tatu-açu é um animal estranho, cujo corpo é como um báculo, tem as pernas curtas cheias de escamas, o focinho comprido cheio de conchas, as

orelhas pequenas, e a cabeça que é toda feita de conchinhas; os olhos pequeninos, o rabo comprido cheio de lâminas em redondo, que cavalga uma sobre a outra; e tem o corpo todo coberto de conchas feitas em lâminas, que atravessam o corpo todo, de que tem armado uma formosa coberta» (Gabriel Soares de Sousa, *Notícia do Brasil*, 1587). Bonito, não?

E do teu carácter, da tua destreza, da capacidade que te reconheciam de baralhar os inimigos («quando se temem de lhe fazerem mal, fazem-se em uma bola toda coberta em redondo com suas armas, onde ficam metidos sem lhes aparecer cousa alguma» – que versátil, meu cavalinho armado); de esgravar a terra para fazer as covas onde nascem as duas crias das tatuas – que ciúmes tenho eu dessas tuas fêmeas, querido tatu!

Nunca paraste de surpreender os homens que sucessivamente recolhiam informações sobre ti, a tua beleza, os teus hábitos, não esquecendo nenhum pormenor, mesmo quando lhes ganhavas em velocidade e destreza. E ninguém ficava indiferente, fosse secular ou religioso, naturalista ou geógrafo:

«A este animal chamam comumente cavalo armado, pola muita semelhança que tem com ele; são alguns como pequenos bezerrinhos; anda acobertado de lâminas, lançadas umas sobre as outras, e dobradiças, de tal dureza que as não passa frecha; também traz as mãos e pés acobertados de umas lâminas mais miúdas que as do corpo; nas orelhas e focinho parece cavalo. Têm quatro unhas do tamanho de grandes dentes de porcos javalis, com que cavam a terra; têm o rabo à feição do lagarto, cheio de lâminas como as demais partes. É um animal pouco nocivo, sustenta-se de minhocas e de outras savandijas semelhantes. A um Padre Nosso, que estava em uma Aldeia, sucedeu virem-lhe dar recado que estava um destes cavando em certa parte. Pêra o tomarem, mandou muitos índios, os quais começando a cavar, se via mover a terra com tanta velocidade, como se corra por partes desembaraçadas, e em lhes atalhar tiveram sumo trabalho. Querem dizer os Índios que faz a cova com tanta pressa que lhes leva vantagem ao correr» (J. Monteiro, *Relação da Província do Brasil*, 1610).

E não foi só aos domésticos portugueses que causaste tanta impressão. Rapidamente saltaste para os mapas e começaste a fazer parte da iconografia dos cartógrafos quando queriam representar a América e, sobretudo, o Brasil. Artistas, gravadores e cientistas, todos procuravam reproduzir-te o mais fielmente possível. E lá estás tu a percorrer a linha equinocial

junto às Guianas, enquanto o grande rio-mar continuava a ser guardado pelas garbosas Amazonas, mito permanentemente reinventado, mesmo pela escola cartográfica holandesa (Jodocus Hondius, *Nieuwe Caerte van het Wandaer Ende Gondrijcke Landt Guiana*, 1598). Só não compreendo como depois de te conhecerem há quase um século ainda te pintam ao pé daqueles homens sem cabeça e olhos no peito, esses *Blemmyas* que Santo Isidoro afirmava existirem na Líbia e eram parte daquelas raças de humanos monstruosos: os Gigantes, os Cinocéfalos, os Panotios, os Artabitas, os Sátiros, os Faunos, os Esciópodas, os Antípodas, os Hipópedes, os Makrobói, os Pigmeus... que gente!!!

Rapidamente correste o mundo nessas colecções de livros de viagem, de cartas geográficas, de epístolas. Tornaste-te tão conhecido que todos comentavam a tua invulgaridade e fama: «Tatu he hum bicho que se vê pintado nos mapas pella sua estranheza e feição de que he composto, por que anda armado de huas courasas à maneira das que nós uzamos com não serem pouco fortes e debaixo de semelhante armadura aguazalhaõ o seu piqueno corpo» (*Diálogo das Grandezas do Brasil*, 1618).

No meu quarto (desculpa, na minha toca) tenho várias fotografias tuas, mas escolho aquela em que estás de perfil no frontispício da *Theatri Rerum Naturalium Brasilia* (1636). Ainda te lembras como foste retratado pelo Albert Eckhout, ou ele roubou o dibujo do Frei Cristóvão de Lisboa na sua *História dos Animais e Árvores do Maranhão* (c. 1624)? Envio-te o retrato para te lembrares.

Poderia continuar a enumerar recortes de jornais, páginas de romances, gravuras, mas tenho que fechar a carta. Continuarei a recolher tudo o que sair sobre ti na comunicação social e na literatura. A propósito, não gostei nada de ler – que eu sou uma letrada, embora não pareça, lá por me tratarem por capivara! – nas *Vidas Secas* do Graciliano Ramos: «Estava escondido no mato como tatu. Duro, lerdo como tatu. Mas um dia saíria da toca, andaria com a cabeça levantada, seria um homem.» Nem penses, eu quero-te assim, como na canção:

«O tatu é bicho manso
Nunca mordeu a ninguém
Só deu uma dentadinha
Na perninha do seu bem»

Por agora é tudo, meu querido tatu. Fico ansiosamente a aguardar notícias. Da tua

CAPIVARA !

Dádivas ambíguas da mandioca

Ronald Raminelli

MANDIOQUA
mandioca

D

110

estampa

+



A mandioca era cultivada em todas as searas da colônia e logo seria também parte da culinária africana. Era mantimento mais ordinário, considerado pão da terra, alimentava índios e brancos, substituindo o trigo na mesa dos primeiros colonos. O jesuíta Fernão Cardim a comparava à cenoura, apesar de mais grossa e comprida. A planta, porém, possui ramos verdes e tenros, miolo branco e certos nós, onde se quebram com facilidade. Para plantá-la, bastava enterrar em covas uma pequena porção do ramo. Entre seis a nove meses, o arbusto estava maduro com grossas raízes que eram o próprio mantimento. Debaixo da terra, duravam quase oito anos, tempo para torná-las cada vez mais grossas. Dispensavam conservação em celeiros; para consumi-las bastava desenterrá-las, estavam sempre frescas. Engordavam os animais, mas ao homem provocavam muitos danos se as comesse cruas, principalmente o caldo espremido que ao chegar ao estômago tirava lhe a vida. A culinária indígena transformava as grossas raízes em vários produtos. Em forma de farinha, sustentavam os guerreiros e viajantes por longas jornadas, quando transportadas em cabaças. Depois de curtidas na água, essas raízes eram colocadas em caniços ao fumo, onde se enxugavam e secavam de maneira que se guardavam sem corrupção. Para ingeri-las, eram pisadas em pilões grandes até tornarem-se farinha muito alva, que mais parecia trigo, produto que originava um biscoito empregado por índios e portugueses como alimento de guerra. Apesar da semelhança à mandioca, o aipim não matava caso fosse ingerido cru. Cozido ou assado, originava farinhas, beijus e bolos ainda comuns na culinária nordestina. Com essa espécie, os índios faziam bebida que, segundo Cardim, «é tão fresco e medicinal para o fígado que ele se atribui não haver entre eles doentes do fígado».

Em vários episódios, missionários católicos, marcadamente os jesuítas, comentaram que, a princípio, a mandioca era desconhecida entre os índios. Seria São Tomé, em sua peregrinação pelo mundo, o difusor do produto entre os americanos que logo se tornaria base alimentar. Nessa via-

gem mítica pela América, o apóstolo, além de viabilizar a sobrevivência dessas populações, revelou-lhes os ensinamentos divinos e iniciou o processo de conversão, que mais tarde seria retomado pelos inacianos. Desde o início da colonização, a mandioca tornou-se tema debatido entre missionários, cronistas e viajantes, pois ora alimentava cristãos, ora conduzia tupis ao estado de embriaguez, à guerra e ao canibalismo quando as raízes eram transformadas em bebida, denominada «cauim». Em princípio, o vegetal era alimento cristão e único traço ainda preservado entre as comunidades nativas da catequese empreendida, em priscas eras, pelo apóstolo São Tomé. As mesmas raízes, porém, levavam os índios às borracheiras, aos desregramentos, ao aniquilamento dos princípios cristãos, desvirtuavam a conversão, pois a bebida deixava, segundo os missionários, as almas dispostas a ouvir a voz do «senhor de todos os males».

Nas capitâneas do litoral sul, o cauim era bebida fermentada, consumida em vários momentos da vida social e religiosa tupinambá. As bebedeiras eram freqüentes no nascimento, na primeira menstruação da moça e na perfuração do lábio inferior do mancebo. Para além de ritos de passagem, ingeriam o líquido em cerimônias mágicas realizadas no momento anterior e posterior à guerra. O estado de embriaguez marcava igualmente as cerimônias canibalescas, as assembléias e o trabalho coletivo na roça do chefe. Eram, enfim, dias especiais quando faziam festas e bebiam durante dois a três dias, sem ingerir nenhum alimento. Para torná-las ainda mais animadas, cantavam e percorriam todas as casas, clamando os vizinhos para bailes e músicas, convidando-os também a ingerir da bebida fermentada. Depois de bêbados, faziam muitas algazaras e quebravam a cabeça uns dos outros, além de tomar mulheres alheias, reprovava Cardim.

Esses testemunhos nos permitem entender que a bebedeira era investida de caráter religioso, pois consumiam cauim nos ritos de passagem, em momentos decisivos para a comunidade, como nas guerras e nos festins canibais. O consumo era, portanto, cercado de

regras e interdições, capazes de guiar os indivíduos durante os ritos. Os testemunhos forneceram tantos detalhes sobre o consumo alcoólico que se tornou evidente a relevância da bebida na cultura tupi. Para beber, era preciso atingir-se a puberdade, pois o consumo do *cauim* era expressamente proibido às crianças. Nenhum mancebo casava-se antes de capturar o inimigo, permanecendo virgem até que o tomasse e matasse. As moças não conheciam homens antes da menarca, que era festejada com grandes festas e bebidas, rito que as introduzia no mundo adulto. Enfim, o jovem somente considerava-se núbil a partir da borraqueira organizada para festejar a própria virilidade. O rapaz apresentava-se nessa ocasião inteiramente pintado e recoberto de ornamento plumário.

Nos festejos, os adultos bebiam durante vários dias, até o término de todos os potes de *cauim*. Esgotado o líquido da primeira cabana, os índios passavam às seguintes. Cada cabana preparava a sua própria bebida que seria consumida por toda aldeia. As moças solteiras serviam-no em cuias, compostas de metade de uma cabaça. Todos bebiam e cantavam, mas «não comem nada enquanto bebem, o que fazem de maneira que vêm a cair de bêbados por esse chão». A borracheira provocava desatinos, segundo Gabriel Soares de Souza, provocavam brigas, acirravam ciúmes e castigos contra as mulheres. Como forma de preservar as fêmeas, os homens metiam-se em brigas que, por vezes, resultavam em mortes. Os ânimos inflamavam-se em proporção das cuias tomadas, e as rixas eram frequentes, por reinar liberdade sexual em

Nas capitâneas do litoral sul, o cauim era bebida fermentada, consumida em vários momentos da vida social e religiosa tupinambá. As bebedeiras eram freqüentes no nascimento, na primeira menstruação da moça e na perfuração do lábio inferior do mancebo

demasia, admoestou Fernão Cardim: «... de bêbados fazem muitos desmanchos, e quebram as cabeças uns aos outros, e tomam as mulheres alheias, etc.»

Esse retrato da *cauimagem* em nada difere do produzido por José de Anchieta em 1555, quando de São Vicente escreveu a Inácio de Loyola. Contou que viu seis mulheres nuas no terreiro que cantavam «a seu modo e fazendo tais gestos e meneios que pareciam os mesmos diabos: dos pés a cabeça estavam cheias de penas vermelhas; em suas cabeças traziam umas como carochas de pena amarela; em as espaldas levavam um braçado de penas que parecia

coma de cavalo, e por alegrar a festa tangiam uma flautas que tem feito das canelas dos contrários para quando os hão de matar. Com estes trajes andavam ladrando como cães e contrafazendo a fala como tantos momos que sei a que os possa comparar...» Essas cerimônias antecipavam em sete ou oito dias a execução do prisioneiro e o festim canibal. O missionário não se contentou em narrar ao superior da Ordem as similaridades entre os ritos indígenas e os festins diabólicos tão em voga na Europa da Contra-Reforma. Recorrendo ao teatro, o jesuíta procurava convencer os catecúmenos a repudiar às bebedeiras, pois eram aliadas dos diabos e devastavam a conversão das almas. Ele talvez considerasse a mandioca dádiva de São Tomé, mas não duvidava que o *cauim* ativava a memória da vingança, a tradição canibal tupi, provocava retrocessos, fomentava hereges e fiéis ao diabo. †

Para saber mais:

Anchieta, José de. Carta do Ir José de Anchieta ao P. Inácio de Loyola, Roma. São Vicente (fim de março) de 1555, in: Serafim Leite (org.) Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil, v. II. São Paulo: IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
Informação da província do Brasil, para nosso padre – 1585, in: Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp, 1988.
Cardim, Fernão. Tratados da Terra e Gente do Brasil. Transcrição de texto, introdução e notas de Ana Maria de Azevedo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
Souza, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

Habanos, mezcla de hojas y ángeles

Lourdes de Armas



Todos queríamos poder dizer «Eu joguei no Maracanã»

Luiz Felipe Scolari



Maracanã, 2005. Fotografia de João Ventura

Na cabine, antes de o jogo começar, dizíamos: «Ora, é um estádio como os outros, o relvado tem as mesmas medidas, as balizas estão nos mesmos lugares...» Mas, claro, isso era para afastar o nervoso miudinho e aquele frio na barriga. Porque não era, nem é, um estádio como os outros. Era o Maracanã e era a primeira vez que jogávamos lá. Para mim, seria a primeira e única.

Não se consegue descrever o que se sente quando se joga pela primeira vez no Maracanã. É o som do público nas bancadas, é a imensidão do estádio, é o eco que se multiplica pelos corredores até aos balneários. Há 25 anos, não era fácil para as equipas do interior do Brasil chegarem ao Maracanã. O futebol brasileiro decidia-se praticamente nos Torneios Rio-São Paulo, os conjuntos de outros estados limitavam-se a surgir, de vez em quando, nos grandes momentos. Eu fui ao Maracanã jogar pelo Caxias contra o Flamengo, para o Campeonato Brasileiro. Caxias tinha cerca de 250 mil habitantes: cabiam quase todos no Maracanã... E, então, não era apenas o Maracanã, com todo aquele peso de monstro de betão, com toda a aura de lenda; era também o Flamengo com uma equipa temível, com Zico, Tita, Júnior, Mozer, Andrade... Era um sonho que se cumpria. Jogar no Maracanã! E, no final, toda aquela confusão de repórteres, toda aquela parafernália das rádios e das televisões. Saímos-nos bem: empatámos 1-1. E não voltei mais a jogar lá.

Jogar no Maracanã foi sempre, para qualquer jogador brasileiro, o auge da consagração. Quase como ser chamado à Seleção. Como para os ingleses jogar em Wembley... Todos nós

queríamos poder dizer, um dia: «Eu joguei no Maracanã!»

Mais tarde, como treinador, voltei ao Maracanã. E posso dizer que sempre fui feliz, lá. Com o Palmeiras venci o Vasco da Gama, com o Grémio venci o Flamengo... Aliás, raramente perdi com o Grémio contra as grandes equipas do Rio de Janeiro. Mas lembro-me, igualmente, da minha estreia como técnico no Maracanã. Eu era treinador do Brasil de Pelotas, do Rio Grande do Sul, comecei aí a minha ligação com o Flávio Murtosa que é meu adjunto até hoje, e defrontámos o Flamengo. Perdemos por 3-1, mas depois vingámo-nos em Pelotas, no Beira-Rio, e ganhámos 1-0.

O que nunca poderei dizer é que o Maracanã foi a minha casa. Porque nunca estive no Maracanã com o público a favor das minhas equipas. É curioso: durante o tempo em que fui seleccionador do Brasil, nunca o Brasil jogou no Maracanã... Jogámos em Fortaleza, em Curitiba, em Porto Alegre, em Goiânia, e nunca no Maracanã... Talvez não volte mais lá como técnico, não sei. O Maracanã está ficando velho, precisava de ser modernizado, perdeu espectadores pois, agora, com os lugares individuais, não leva mais de 75 mil. Claro que o mito não morrerá. Mas, provavelmente, se o Brasil organizar o Mundial de 2014, outro Maracanã surgirá no lugar deste. Outro Estádio Mário Filho, seu nome verdadeiro, de forma a perpetuar a memória de um jornalista que tanto lutou para que o Rio de Janeiro e o Brasil tivessem o maior estádio do Mundo de todos os tempos. Se for preciso dizer «Maracanã, adeus!», sabemos, pelo menos, que a memória não se apagará. †

***Eu fui ao
Maracanã jogar
pelo Caxias
contra o
Flamengo, para
o Campeonato
Brasileiro.
Caxias tinha
cerca de 250 mil
habitantes:
cabiam quase
todos no
Maracanã...***

Núpcias da língua portuguesa

Paulinho Assunção



Entro por essa imagem — essa imagem difusa, imagem em dissolução, imagem que é quase um ocaso, imagem que se apaga — como quem caminha por trilhas de chão batido. Eis que, pela imagem, chego a um velho quintal de Minas Gerais. As folhas da erva cidreira estão maceradas dentro de caixotes, caixotes toscos para as colméias. Ao cheiro dessas folhas, misturam-se outros: da macela, da alfavaca, da hortelã, do alecrim. Há um pé de arruda no lado esquerdo da trilha, essa trilha que desce, serpenteia, que passa sob dois pés de manga espada, que segue por debaixo do caramanchão do chuchuzeiro, que continua até perto do tanque, da velha pia de alvenaria coberta pelo musgo. Ali, ao lado, numa fornalha, há um tacho de cobre a ferver o sabão caseiro. Entro por essa imagem das minhas origens e nela eu vejo a minha avó, nela eu vejo a minha avó Antônia.

A imagem, essa imagem que contém todos os cheiros, mostra ainda a floração das jabuticabeiras, meia dúzia de pés nos declives do quintal. Em poucos dias, em menos de um mês, os frutos vão cobrir os caules, dentro em pouco começará o milagre da multiplicação, e as frutas, agarradas aos troncos, convidarão os sanhaços, os pardais, os sabiás, frutas e pássaros multiplicados junto com as abelhas e uma infundável orquestra de insetos. Lá também estarão os meninos. E a avó Antônia, guardiã dos primórdios da língua portuguesa, avi-sará a vizinhança sobre a fartura das jabuticabas por meio da palavra «fruta», a palavra «fruita» que remonta ao século 13, a palavra «fruita» com um «i» engravado em sua metade, como se este «i», perfurante, quisesse abrir a fruta para o jorro de seu néctar. A avó Antônia jamais chamou jabuticaba por jabuticaba. Para ela, sempre foi «fruta», «fruita» como se fosse o enunciado de uma palavra mágica.

Amarelecida, perfurada pelos insetos, rasgada numa das suas bordas, a imagem leva-me aos princípios do século 20. A cidade é a cidade goiana de Anápolis. Ali há uma casa, nesta casa há uma janela. Debruçada sobre o batente, nos fundos mais fundos do Brasil profundo, ali há uma menina chamada Antônia. Terá 13 ou 14 anos. Do pai, ela não tem notícias. Nem da mãe. O pai seria um baiano, de nome Ananias, talvez perdido pelos confins sertanejos. Antônia é criada pelo padrinho, um tabelião, e é dali, daquela janela, que Antônia assiste à chegada de uma tropa, pouco mais de uma dezena de mulas e burros que fazia o transporte de mantimentos entre Minas e Goiás. A

menina Antônia assiste à chegada da tropa e troca olhares com um dos tropeiros, José Vieira dos Santos, magro e franzino rapaz com um surrado paletó de brim bem menor do que o corpo, com um rosto longo e queixudo onde brilham os olhos azuis — rosto mulato com olhos azuis. Antônia e José trocam olhares.

Tudo havia sido dito naquela troca de olhares. Um mês ou dois mais tarde, sobre o silhão de um cavalo, Antônia pegaria o caminho de Minas para se casar com José. Ela queria ir — sim, isto ela queria — mas, sem saber o motivo, chorava. Chorou baixinho durante toda a jornada, trinta ou mais dias sob chuva ou sob sol, lágrimas de menina pelos ermos mais vazios do planalto central brasileiro, por aquelas vastidões do cerrado ainda tão despossuído de gentes, naquele Brasil ainda no intervalo entre o encerramento do Ciclo do Ouro e a lenta ocupação dos seus interiores pela agropecuária. Antônia fez a viagem, casou-se e jamais voltou a Goiás. Teve Eulina, teve Óphenes e, ainda jovem, entraria na viuvez. Numa tarde, ao voltar da roça com os alforjes carregados de feijão novo colhido de véspera, José sentiu-se mal, apeou do cavalo e morreria sozinho ao pé de uma árvore. Antônia casaria ainda uma segunda vez, anos depois, com o eletricitista Antônio. E assim ficariam, Antônia e Antônio, nos povoamentos da minha infância.

A imagem corroída, gasta imagem que me serve de guia, mostra José ao centro, ladeado à esquerda pela mãe, Carolina, e, à direita, por Antônia. Ao fundo da imagem, cuja data se situa muito provavelmente pela segunda década do século passado, há uma cerca e uma parede do que seria uma casa de pau-a-pique. Ainda me lembro de Carolina, minha bisavó, nas beiras de completar cem anos. Lembro-me dela tecendo e tecendo misteriosas e enigmáticas rezas, inaudíveis rosários de orações para curar o mau-olhado ou o cobreiro, uns falares que, com certeza, possuíam traços africanos. Lembro-me da fornalha que ela usou até bem perto de morrer, em 1967, uma fornalha clara e sempre revestida de novo com cinzas e areia branca. De José, meu avô, tudo o que dele sei veio das palavras de Antônia, aquela Antônia que amiúde lançava mão de um léxico hoje em desuso no Brasil, mas do qual encontrei vestígios em muitas falas ouvidas no interior de Portugal.

Sim, a língua portuguesa foi plantada em tipos muito variados de solos no Brasil e deu frutos doces como a manga, leves como a melancia, áci-

dos como o abacaxi, azedos como o limão, raspantes como o gosto deixado na boca pelo caju. E naquele quintal de Minas Gerais onde Antônia viveu exatos 102 anos, tive o privilégio de ouvir, através dela, os modos como a língua portuguesa-brasileira, no meio de uma frase, no meio de um provérbio, ainda guardava certos vocábulos vindos de muito longe, vindos de muitos séculos atrás. Porém, o que um vocábulo assim tão antigo faz no meio de uma frase não é motivo de espanto. As palavras são sempre casadoiras. Poderíamos até dizer que toda palavra, em todas as línguas, sempre está em estado de núpcias. Afinal, quantas palavras hoje no Brasil são o resultado do matrimônio com palavras das línguas indígenas ou africanas?

Até os chamados arcaísmos, através de caminhos não muito identificáveis, de repente, sem que esperemos, rejuvenescem, tornam-se nubentes e, através de novas núpcias vocabulares, vêm alimentar as falas contemporâneas com o frescor das coisas recém-inauguradas. Parece não haver novo nem velho numa língua e, disto, eu tive provas ao ouvir a minha avó Antônia. A imagem fotográfica onde ela aparece ao lado de José, Carolina, Eulina, e uma outra criança que não sei quem é, se perde no sépia que lhe é imposto pelo tempo. Vai-se a foto, pouco a pouco, rumo ao seu fim. E o tempo, nesses casos, é mesmo implacável. Mas, de quando em quando, ao colocar no papel uma palavra, tenho a impressão de que ela vivia em mim desde sempre — a origem de tal palavra é aquele quintal de Minas Gerais onde crescem as touças de erva-cidreira, onde o alecrim divide territórios com o pé de arruda, onde a hortelã prolifera pelos canteiros.

Imagino que fatos semelhantes devem ocorrer com colegas escritores que têm a língua portuguesa como matriz das núpcias idiomáticas verificadas em nossos países. No meio do caminho, com certeza, há uma pedra, como bem está dito no poema de Carlos Drummond de Andrade. Mas no meio do caminho há também uma palavra que, de repente, nos atravessa a trilha. Palavra muitas vezes esquecida, abandonada, deixada ao acaso para um possível encontro com alguém que lhe apanhe e, assim como faz o ourives, produza com ela um sonho. E eu sei onde é possível o encontro com essas palavras: no interior de Minas, onde viveu e vivem muitas Antônias, ou no interior de Portugal, onde igualmente Antónios e Antónias falam a minha língua. †

*A língua portuguesa foi
plantada em tipos muito
variados de solos no
Brasil e deu frutos doces
como a manga, leves
como a melancia, ácidos
como o abacaxi, azedos
como o limão, raspantes
como o gosto deixado na
boca pelo caju*

Com os índios mazatecos em San José Tenango

Fernando de La Vieter Ribeiro Nobre



Pergunta existencialista, por excelência!, que tantas vezes me interpela, inclusive quando, apartado da família, ando pelo Mundo fora... Nem sempre, pese embora as razões humanistas da maioria das minhas viagens, tenho uma resposta óbvia! Tal não é certamente o caso quando penso nas várias estadias que tive com os índios mazatecos de San José Tenango, no México.

Tal se deve ao facto que essa comunidade mazateca, situada na zona média da serra Mazateca (diocese de Huautla – Estado de Oaxaca) no México, embora esquecida, não se deu por vencida e organizou-se numa Unión de Pueblos Indígenas de la Sierra Mazateca a fim de procurar formas alternativas no sentido de uma melhoria das suas condições de vida! Foi essa vontade, por eles demonstrada, de não se submeterem à fatalidade da miséria, que parecia condená-los sem apelo, que motivou as minhas idas, quando por eles contactado na Fundação AMI, até essa longínqua comunidade indígena.

San José Tenango! Vila referêcia, embora perdida nas serranias longínquas do México, para uma população marginalizada e esquecida de perto de 53 000 índios mazatecos. Para se chegar até lá, toma-se um avião da Cidade do México para Oaxaca, a cerca de 600 km. Daí (sem se esquecer de visitar as extraordinárias ruínas de Monte Alban, assim como a fabulosa igreja dominicana de S. Guzmán de Oaxaca e a parte velha da cidade...), em automóvel que nos leva serra acima, por caminhos cada vez mais impraticáveis e perigosos, são necessárias oito horas para serem percorridos os cerca de 250 km que separam Oaxaca de San José Tenango, passando por Huautla, onde vive um homem notável pela sua humildade e humanidade: o bispo Dom Hermenegildo Jiménez.

Na serra Mazateca, 99% dos cerca de 53 000 habitantes falam a sua própria língua, o mazateco. Na sua maioria são pequenos agricultores: produtores de café, sua única fonte de rendimento. Procuram diversificar os canais de comercialização do seu café e sobretudo melhorar a qualidade do mesmo para obter maiores rendimentos. Sentem-se completamente esquecidos pelo Governo, não têm acesso a serviços médicos nem a medicamentos. O hospital mais próximo situa-se a uma distância de 30 km por caminhos em muito mau estado e nem sempre há transportes. Enganam a fome, quando podem, com tortilhas de milho apimentadas de chili e acompanhadas de tequila... Não raras vezes esquecem-se da fome e da miséria,

ajudados pelo consumo de cogumelos alucinogénicos... Em termos de saneamento básico, a maioria das casas não dispõe nem de esgoto nem de água. Em tempo de seca, as pessoas são obrigadas a percorrer entre seis e dez quilómetros em busca de água potável. Os acessos fazem-se por estradas em terra batida que, no tempo das chuvas, ficam muitas vezes impraticáveis por automóvel. Não é feito qualquer tipo de manutenção das mesmas e muito menos melhoramentos.

Por tudo isso fui sempre com particular empenho e até mesmo entusiasmo, pesasse embora o risco da viagem, para junto da comunidade índia mazateca de San José Tenango. Fi-lo por quatro vezes desde 1995 com o intuito de tentar, em nome da Fundação AMI, concretizar um dos anseios dessa comunidade: conseguirem ter o seu Centro de Saúde dos Índios Mazatecos.

Em 1995, após ter considerado o projecto que visava encontrar soluções para os doentes da comunidade e aproveitar as plantas medicinais tradicionais para o fabrico de produtos medicinais, decidi, em nome da Fundação AMI, acordar o financiamento para a construção e apetrechamento do Centro de Saúde, com 30 camas, a organização de Cursos de Educação para a Saúde (higiene, desnutrição, medicina natural e homeopatia) e para o fabrico de medicamentos naturais.

Nas minhas visitas ulteriores tive a felicidade de poder ver a concretização do projecto que, embora modesto em termos financeiros (cerca de 70000 euros), permite oferecer serviços de saúde condignos a uma população até então extremamente carente e esquecida, nomeadamente em matéria de saúde. Tal só demonstra que com empenhamento e conjugação de esforços de duas organizações da sociedade civil, de duas latitudes tão distintas em termos geográficos mas tão próximas no que concerne o respeito pelo ser humano, é possível alterar, no sentido de alguma melhoria, a vida de pessoas menosprezadas e ignoradas durante décadas e até séculos.

Ao fim e ao cabo, é o que eu fiz em nome da AMI na serra Mazateca, à semelhança do que tenho tentado fazer em muitas partes remotas do Mundo. Só e apenas isso. †

Gabriela Mistral em Portugal

Virgínia Vidal

Há 60 anos, o Prémio Nobel da Literatura era pela primeira vez atribuído a um escritor ibero-americano. Em Estocolmo, a poeta chilena, no seu discurso de agradecimento, diante do Rei Gustavo V, a Corte sueca e a Academia, afirmou: «Por una bienaventuranza que me sobrepasa, soy en este momento la voz directa de los poetas de mi raza y la indirecta de las muy nobles lenguas española y portuguesa.» Cônsul em Portugal entre 1935 e 1939, a autora de Los Sonetos de la Muerte teve na sua vivência portuguesa alguns dos seus momentos mais felizes, conforme nos conta a sua compatriota Virgínia Vidal.



«Digo, sin intención de halagar a nadie, que desde mis años en Portugal miro al español como una herramienta magnífica para la prosa y al italiano y portugués como el tocado natural o, si se quiere, como el escaquin de seda que mejor conviene a la poesía lírica»

(Gabriela Mistral, *Revista de América*, Dezembro de 1945)

Gabriela Mistral estava entre nós no Liceu n.º 6 «Teresa Prats Bello de Sarratea», de que foi fundadora e directora. As paredes exibiam os seus poemas e mandamentos que uma aluna havia copiado a tinta-da-china e com letra gótica. A biblioteca tinha os livros escolhidos ou recomendados por ela. Ano após ano, esperávamo-la, acreditando na sua visita, mas nunca veio.

A estada de Gabriela Mistral em Portugal expressa-se na gentil apresentação de Fernando de Magalhães, primeiro europeu a avistar o nosso território no ano de 1520, quando baptizou a Terra do Fogo:

«El hombre Magallanes es la intemperie pura y la lonja entera de la pelambre terrestre. Nuestro padre ibero dominó al menos tres de los “cuatro elementos” que decía el griego [...] Chile dio su nombre a la franja costera de su hazaña, como quien devuelve el derecho al voceador de aquellas postrimerías australes. En una extensión que es la de un pequeño país europeo, o sea la Patagonia nuestra, llevan sobre sí la gracia de su apelativo y le pertenecen, por lo tanto, desde el pastel dulce en que su marineros se tendieron felices de ver y tocar hierba. hasta la población cosmopolita de Punta Arenas. Y suya es la oveja que el mercado inglés llama patagónica, y suyo es el lobo de dos pelos y la nutria

sombría. Y hasta los poemas que hacemos allí en la pradera volteada de viento, llevan sobre su bulto de viento la marca del luso mayor» (Rio de Janeiro. «Bautizo del avión Magallanes». *Revista de América*, Junho de 1945)

Nomeada cônsul em Portugal, de 1935 a 1939, a sua vida decorreu feliz: aprendeu a língua, conheceu os escritores portugueses e escreveu *Tala*. Meditei muito sobre essa estada da poetisa. Parecia que trabalhava em silêncio, quase em segredo, nesse remanso de paz. À medida que averiguo sobre esses anos, descubro que a sua alma inquieta estava atenta a tudo o que se passava à sua volta.

Gabriela temia a sorte de Espanha e, sem alarde, procurava ajudar a causa republicana. Consegui salvar Maruja Mallo, a pintora da geração de 27 que, surpreendida pela guerra civil durante as Missões Pedagógicas na Galiza, se mudou para Lisboa, para junto da sua amiga, até que um convite da Associação dos Amigos da Arte lhe permitiu chegar a Montevideu e, depois, se exilou em Buenos Aires, a 9 de Fevereiro de 1937.

Maruja Mallo e Miguel Hernández conheceram-se em Fevereiro de 1935, na Casa de las Flores de Pablo Neruda. Juntos planearam o drama *Los Hijos de la Piedra*, dedicado a los mineros, inspirado na revolução de 1934 nas Astúrias. Quando Miguel, em 1939, vindo da frente de combate, derrotada a República, parte em busca de ajuda, fecham-se-lhe os caminhos e tenta passar para Portugal. Talvez encarasse o reencontro com Maruja como tábuas de salvação. Estaria Gabriela inteirada desses amores? Tomaria todas as medidas para ajudá-lo e empe-

nhar-se-ia em dar asilo ao poeta de *El Rayo que no Cesa*. Mas ele fracassou no seu intento. Capturaram-no. Foi preso várias vezes até à sua morte na Penitenciária de Alicante, a 28 de Março de 1942.

Outro encontro importante ocorreu em Lisboa. O pintor surrealista Roberto Matta, então um jovem errante, sem dinheiro, foi pedir abrigo à cônsul do Chile. Ele enamorou-se e admirou a sua beleza, os seus olhos, mas ela rejeitou a sua declaração de amor... Inesquecível aquele Verão quando ele ia à praia «As Penhas do Mar» [sic] e depois voltava para junto de Gabriela a ouvi-la ou a copiar os seus *Recados* a que chamou «poemas para que mudem as leis» e recordava como «ditados». Matta não esqueceu uma característica de Gabriela: a sua maneira de falar «como escrevia». Este detalhe confirma-me que era coloquial na sua escrita: na linguagem única de *Tala* preserva os arcaísmos do seu mundo andino. Toda a sua criação linguística lhe serve para recriar as suas raízes, mesmo a sua memória genética. Intenso livro de vínculo e de libertação, começa com os poemas da *Muerte de mi Madre*. No «Nocturno de José Asunción» já compara a trágica decisão do poeta colombiano com a de Anthero de Quental, castelhanizando o seu nome:

[...] venda apretada de la noche
que, como a Antero, cerraría,
con leve lana de la nada
la boca de las elegías [...]

Gabriela quer sorver até à medula o país onde havia encontrado a paz. Deixa uma inesquecível imagem do «novelista, bien conocido y mejor amado

de nosotros», autor de *A Cidade e as Serras*, em: «António Eça de Queirós habla de su padre» (*El Mercurio*, Santiago, 24.11.1935). Evoca a sua humanidade através do contacto com os seus filhos e demonstra estar seduzida pela sua «arte novelesco lleno de fineza en la fábula y de elegancia en la lengua, que a pesar de todas estas condiciones llegó a todos los niveles de lectores e influyó sobre una masa inmensa». Fala de Eça de Queirós (1845-1900) como de um homem vivo, próximo, quase um coetâneo.

Se em *Tala* havia escrito «Recados em verso», em prosa escreveu o «Recado sobre Anthero de Quental el Português» (*El Mercurio*, Santiago, 24.09.1935). A chegada do *Finisterre del Nuevo Mundo*, consuma a homenagem «Finisterre o sea la Tierra acabada mentando el planeta a la europea». Para ela, Portugal é a «ruta de água, raza de aurículas europeas y ventrículos afroasiáticos».

No seu retrato físico e espiritual de Antero (1842-1891), define com força e precisão política toda uma época: «Este pasional de lusitanismo andaba del brazo con Oliveira Martins en su cólera contra la gusanera monárquica y de la iglesia que roía los dos costados ibéricos y cuya hediondez se esparcía por Europa.»

Possui o dom de oferecer a imortalidade quase tangível àqueles que admira. Talvez por afinidades consigo mesma, a solteirona, impressiona-a o celibato de Antero e a sua «pseudo-paternidade» que o leva a adoptar duas mocinhas que ele ama tanto como ela ama o seu Yin Yin, o sobrinho filho do seu meio-irmão que ela criou desde o nascimento. Como Antero internou as meni-

nas nas freiras, Gabriela pensa que, se tivessem permanecido junto dele, o teriam ajudado, «en la hora sesgada». Ao longo da sua vida, ela sentirá e presentirá o insondável mistério que encerra a determinação de pôr fim à vida. Sofre com o suicídio desse que «vivió en saudade»,

**NOMEADA
CÔNSUL EM
PORTUGAL,
DE 1935 A 1939,
A SUA VIDA
DECORREU
FELIZ: APRENDEU
A LÍNGUA,
CONHECEU
OS ESCRITORES
PORTUGUESES
E ESCREVEU
TALA**

esse «ángel sesgado». Lucubra sobre a ideia de que tal decisão foi «un engendro de la saudade o la saudade misma hecha bul-to». Intraduzível saudade, síntese de nostalgias:

«La saudade portuguesa, tantas veces dicha, multiplica su nombre hacia más y más atributos, hasta llegar donde se quiera, como las materias imponderables. Ella significa melancolía a

secas y entraña luego una dulzura apesadumbrada; ella vale por una sensación estable de ausencia o de presencia insólita; ella es metafísica y se colorea de una nostalgia aguda e lo divino: ella toma la índole de una cosa temperamental permanente y la de una dolencia circunstancial y ella se sale de lo portugués y se vuelve un achaque humano universal, un apetito de eternidad que planea sobre nuestro corazón temporal.»

Tão profunda e rica definição parecia abarcar o sentir, o sofrer e o anelar do povo que ela aprendeu a amar sobretudo através de Camões, de António Nobre, dos seus poetas.

Ao receber o Prémio Nobel, em 1945, Gabriela Mistral afirmou:

«Por una venturanza que me sobrepasa, soy en este momento la voz directa de los poetas de mi raza y la indirecta de las muy nobles lenguas española y portuguesa. Ambas se alegran de haber sido invitadas al convivio de la vida nórdica, toda ella aistida por su folklore y su poesía milenarios.»

Não podia separar essas vozes, essas línguas, descalçar a poesia do seu escarpim. †

Tradução de Maria da Graça M. Ventura

Letanía de Nuestro Señor Don Quijote

Rubén Darío

A Navarro Ledesma



Em 1905, por ocasião da celebração do III Centenário da publicação da primeira parte de *Dom Quixote*, o poeta nicaraguense Rubén Darío – «filho da América e neto de Espanha», como a si próprio se referia – viajou pelos territórios de La Mancha. Na homenagem a Cervantes, então organizada pelo Ateneo de Madrid, foi lida a “Letanía de Nuestro Señor Don Quijote”, que Darío escreveu especialmente para celebrar *Dom Quixote*. A «Letanía» corresponderia ao poema 49 dos *Cantos de Vida y Esperanza, Los Cisnes y Otros Poemas*, publicado meses depois, numa edição de 500 exemplares paga pelo próprio autor. Dupla evocação, portanto, a que ressoa através deste poema de Rubén Darío – a de *Dom Quixote*, neste ano de IV Centenário, e de *Cantos de Vida y Esperanza*, neste ano do I Centenário de uma obra fundamental do modernismo hispânico.

A caçada

Lygia Fagundes Telles

A loja de antiguidades tinha o cheiro de uma arca de sacristia com seus anos embolorados e livros comidos de traça. Com as pontas dos dedos, o homem tocou numa pilha de quadros. Uma mariposa levantou vôo e foi chocar-se contra uma imagem de mãos decepadas.

— Bonita imagem – disse ele.

A velha tirou um grampo do coque, e limpou a unha do polegar. Tornou a enfiar o grampo no cabelo.

— É um São Francisco.

Ele então voltou-se lentamente para a tapeçaria que tomava toda a parede no fundo da loja. Aproximou-se mais. A velha aproximou-se também.

— Já vi que o senhor se interessa mesmo é por isso... Pena que esteja nesse estado. O homem estendeu a mão até a tapeçaria, mas não chegou a tocá-la.

— Parece que hoje está mais nítida...

— Nítida? – repetiu a velha, pondo os óculos. Deslizou a mão pela superfície puída. — Nítida, como?

— As cores estão mais vivas. A senhora passou alguma coisa nela?

A velha encarou-o. E baixou o olhar para a imagem de mãos decepadas. O homem estava tão pálido e perplexo quanto a imagem.

— Não passei nada, imagine... Por que o senhor pergunta?

— Notei uma diferença.

— Não, não passei nada, essa tapeçaria não agüenta a mais leve escova, o senhor não vê? Acho que é a poeira que está sustentando o tecido – acrescentou, tirando novamente o grampo da cabeça. Rodou-o entre os dedos com ar pensativo. Teve um muxoxo: — Foi um desconhecido que trouxe, precisava muito de dinheiro. Eu disse que o pano estava por demais estragado, que era difícil encontrar um comprador, mas ele insistiu tanto... Preguei aí na parede e aí ficou. Mas já faz anos isso. E o tal moço nunca mais me apareceu.

— Extraordinário...

A velha não sabia agora se o homem se referia à tapeçaria ou ao caso que acabara de lhe contar. Encolheu os ombros. Voltou a limpar as unhas com o grampo.

— Eu poderia vendê-la, mas quero ser franca, acho que não vale mesmo a pena. Na hora que se despregar, é capaz de cair em pedaços. O homem acendeu um cigarro. Sua mão tremia. Em que tempo, meu Deus!, em que tempo teria assistido a essa mesma cena. E onde?...

Era uma caçada. No primeiro plano, estava o caçador de arco retesado, apontando para uma touceira espessa. Num plano mais profundo, o segundo caçador espreitava por entre as árvores do bosque, mas esta era apenas uma vaga silhueta, cujo rosto se reduzira a um esmaecido contorno. Poderoso, absoluto era o primeiro caçador, a barba violenta como um bolo de serpentes, os músculos tensos, à espera de que a caça levantasse para desferir-lhe a seta.

O homem respirava com esforço. Vagou o olhar pela tapeçaria que tinha a cor esverdeada de um céu de tempestade. Envenenando o tom verde-musgo do tecido, destacavam-se manchas de um negro-violáceo e que pareciam escorrer da folhagem, deslizar pelas botas do caçador e espalhar-se no chão como um líquido maligno. A touceira na qual a caça estava escondida também tinha as mesmas manchas e que tanto podiam fazer parte do desenho como ser simples efeito do tempo devorando o pano.

— Parece que hoje tudo está mais próximo — disse o homem em voz baixa. — É como se... Mas não está diferente?

A velha firmou mais o olhar. Tirou os óculos e voltou a pô-los.

— Não vejo diferença nenhuma.

— Ontem não se podia ver se ele tinha ou não disparado a seta...

— Que seta? O senhor está vendo alguma seta?

— Aquele pontinho ali no arco...

A velha suspirou.

— Mas esse não é um buraco de traça? Olha aí, a parede já está aparecendo, essas traças dão cabo de tudo — lamentou, disfarçando um bocejo. Afastou-se sem ruído, com suas chinelas de lã. Esboçou um gesto distraído: — Fique aí à vontade, vou fazer meu chá.

O homem deixou cair o cigarro. Amassou-o devagarinho na sola do sapato. Apertou os maxilares numa contração dolorosa. Conhecia esse bosque, esse caçador, esse céu — conhecia tudo tão bem, mas tão bem! Quase sentia nas narinas o perfume dos eucaliptos, quase sentia morder-lhe a pele o frio úmido da madrugada, ah, essa madrugada! Quando? Percorrera aquela mesma vereda, aspirara aquele mesmo vapor que baixava denso do céu verde... Ou subia do chão? O caçador de barba encaracolada parecia sorrir perversamente embaçado. Teria sido esse caçador? Ou o companheiro lá adiante, o homem sem cara espiando por entre as árvores? Uma personagem de tapeçaria.

Mas qual? Fixou a touceira onde a caça estava escondida. Só folhas, só silêncio e folhas empastadas na sombra. Mas, detrás das folhas, através das manchas pressentia o vulto arquejante da caça. Compadeceu-se daquele ser em pânico, à espera de uma oportunidade para prosseguir fugindo. Tão próxima a morte! O mais leve movimento que fizesse, e a seta... A velha não a distinguira, ninguém poderia percebê-la, reduzida como estava a um pontinho carcomido, mais pálido do que um grão de pó em suspensão no arco.

Enxugando o suor das mãos, o homem recuou alguns passos. Vinha-lhe agora uma certa paz, agora que sabia ter feito parte da caçada. Mas essa era uma paz sem vida, impregnada dos mesmos coágulos traiçoeiros da folhagem. Cerrou os olhos. E se tivesse sido o pintor que fez o quadro? Quase todas as antigas tapeçarias eram reproduções de quadros, pois não eram? Pintara o quadro original e por isso podia reproduzir, de olhos fechados, toda a cena nas suas minúcias: o contorno das árvores, o céu sombrio, o caçador de barba esgrouvinhada, só músculos e nervos apontando para a touceira... «Mas se detesto caçadas! Por que tenho que estar aí dentro?»

Apertou o lenço contra a boca. A náusea. Ah, se pudesse explicar toda essa familiaridade medonha, se pudesse ao menos... E se fosse um simples espectador casual, desses que olham e passam? Não era uma hipótese? Podia ainda ter visto o quadro no original, a caçada não passava de uma ficção. «Antes do aproveitamento da tapeçaria...» — murmurou, enxugando os vãos dos dedos no lenço.

Atirou a cabeça para trás como se o puxassem pelos cabelos, não, não ficara do lado de fora, mas lá dentro, encravado no cenário! E por que tudo parecia mais nítido do que na véspera, por que as cores estavam mais fortes apesar da penumbra? Por que o fascínio que se desprendia da paisagem vinha agora assim vigoroso, rejuvenescido?...

Saiu de cabeça baixa, as mãos cerradas no fundo dos bolsos. Parou meio ofegante na esquina. Sentiu o corpo moído, as pálpebras pesadas. E se fosse dormir? Mas sabia que não poderia dormir, desde já sentia a insônia a segui-lo na mesma marcação da sua sombra. Levantou a gola do paletó. Era real esse frio? Ou a lembrança do frio da tapeçaria? «Que loucura!... E não estou louco», concluiu num sorriso desamparado. Seria uma solução fácil. «Mas não estou louco.»

Vagou pelas ruas, entrou num cinema, saiu em seguida e, quando deu acordo de si, estava

diante da loja de antiguidades, o nariz achatado na vitrina, tentando vislumbrar a tapeçaria lá no fundo.

Quando chegou em casa, atirou-se de bruços na cama e ficou de olhos escancarados, fundidos na escuridão. A voz tremida da velha parecia vir de dentro do travesseiro, uma voz sem corpo, metida em chinelas de lã: «Que seta? Não estou vendo nenhuma seta...» Misturando-se à voz, veio vindo o murmurejo das traças em meio de risadinhas. O algodão abafava as risadas que se entrelaçaram numa rede esverdeada, compacta, apertando-se num tecido com manchas que escorreram até o limite da tarja. Viu-se enredado nos fios e quis fugir, mas a tarja o aprisionou nos seus braços. No fundo, lá no fundo do fosso, podia distinguir as serpentes enleadas num nó verde-negro. Apalpou o queixo. «Sou o caçador?» Mas ao invés da barba encontrou a viscosidade do sangue.

Acordou com o próprio grito que se estendeu dentro da madrugada. Enxugou o rosto molhado de suor. Ah, aquele calor e aquele frio! Enrolou-se nos lençóis. E se fosse o artesão que trabalhou na tapeçaria? Podia revê-la, tão nítida, tão próxima que, se estendesse a mão, despertaria a folhagem. Fechou os punhos. Haveria de destruí-la, não era verdade que além daquele trapo detestável havia alguma coisa mais, tudo não passava de um retângulo de pano sustentado pela poeira. Bastava soprá-la, soprá-la!

Encontrou a velha na porta da loja. Sorriu irônica:

— Hoje o senhor madrugou.

— A senhora deve estar estranhando, mas...

— Já não estranho mais nada, moço. Pode entrar, pode entrar, o senhor conhece o caminho...

«Conheço o caminho» – murmurou, seguindo lívido por entre os móveis. Parou. Dilatou as narinas. E aquele cheiro de folhagem e terra, de onde vinha aquele cheiro? E por que a loja foi ficando embaçada, lá longe? Imensa, real só a tapeçaria a se alastrar sorratamente pelo chão, pelo teto, engolindo tudo com suas manchas esverdeadas. Quis retroceder, agarrou-se a um armário, cambaleou resistindo ainda e estendeu os braços até a coluna. Seus dedos afundaram por entre galhos e resvalaram pelo tronco de uma árvore, não era uma coluna, era uma árvore!

Lançou em volta um olhar esgazeado: penetrara na tapeçaria, estava dentro do bosque, os pés pesados de lama, os cabelos empastados de orvalho. Em redor, tudo parado. Estático. No silêncio da

madrugada, nem o piar de um pássaro, nem o farfalhar de uma folha. Inclinou-se arquejante. Era o caçador? Ou a caça? Não importava, não importava, sabia apenas que tinha que prosseguir correndo sem parar por entre as árvores, caçando ou sendo caçado. Ou sendo caçado?... Comprimiu as palmas das mãos contra a cara esbraseada, enxugou no punho da camisa o suor que lhe escorria pelo pescoço. Vertia sangue o lábio gretado.

Abriu a boca. E lembrou-se. Gritou e mergulhou numa touceira. Ouviu o assobio da seta varando a folhagem, a dor!

«Não...» – gemeu, de joelhos. Tentou ainda agarrar-se à tapeçaria. E rolou encolhido, as mãos apertando o coração. †

Todos os direitos reservados ao autor. Publicado no livro *Antes do Baile Verde*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1979, foi incluído entre «Os cem melhores contos brasileiros do século», seleção de Ítalo Moriconi, Editora Objetiva – Rio de Janeiro, 2000, p. 245

O que o mar molha jamais seca

João Tatá Regala

No mar gélido e recôndito que banha as costas da Terra Nova, Canadá, próximo da calote polar Nórdica, pouco se espera encontrar além de tormenta. Porém, o cenário muda quando há interesses comerciais em jogo. Eis onde o Homem se digladia com intempéries por uma riqueza natural de que muitos usufruem sem ponderarem a origem: o Halibute da Gronelândia (Reinhardtius hippoglossoides) ou Alabote Negro. Sobejam os dramas e dilemas sociais de quem vive no mar...



*Uma pescaria
esforçada,
de história
conturbada,
indissociável
do desconforto
das tempestades*



Guincho. J TR

O MAR A TODOS ACOLHE

A pesca do halibute é por muitos ignorada, mas terá deixado marcas indeléveis a tantos outros. Uma pescaria esforçada, de história conturbada, indissociável do desconforto das tempestades, de embarques extensos e dos acentuados conflitos políticos que a alicerçam e restringem. O custo final, pago pelo consumidor, jamais refletirá o preço cobrado na vida de quem alomba o sector primário desta indústria. É um modo de vida único, do qual escasseiam exemplos pares tão tortuosos.

Quem se dedica a esta vida, não por gosto ou vocação, fá-lo por necessidade e falta de alternativas. Inicia a carreira aos 16 anos, outrora 14, numa entrega resignada e auto-imposta por quem, sem trabalho em terra, ambiciona prazeres terrenos como uma família e a casa que a alberga.

É comum os marinheiros provirem de regiões subdesenvolvidas e países de Terceiro Mundo. «Os outros nem tentam pronunciar o meu nome... chamam-me Mustafá!», queixa-se Aziz, marroquino apátrida por trabalhar num arrastão espanhol em águas canadianas.

Mas o mar não discrimina cor, credo e competências, de onde se diz: «O mar a todos acolhe». Mote válido em certa medida, mas findo um embarque de pesca, «maré», os tripulantes saem conhecedores duma infinidade de ofícios associados à faina. O mar e a pesca industrial exigem um elevado grau de auto-suficiência e espírito de equipa multidisciplinar. Esta profissão não se cinge à pesca nem ao penoso trabalho braçal, engloba também a metalurgia, a mecânica e a medicina...

A MÁQUINA HUMANA

A faina é faseada e exige atenção constante. Encetada na «largada» ou lance do aparelho de pesca a largas centenas de metros de profundidade, segue-se o arrasto de fundo por 6 a 12 horas. O lance finda na «virada», com a recolha da arte, de cujas redes se extrai o peixe.

De forma mecânica, todos dependem dum espírito sincronizado e eficiente, qual linha de montagem pós-revolução industrial. O pescado passará pela triagem, evisceração, corte das

barbatanas e cabeça, extracção da pele, corte em filete, ultracongelamento, empacotamento e armazenamento no porão frigorífico, até ao fim do embarque.

É frequente ocorrer uma virada com a captura anterior por armazenar, sucedendo-se um ritmo de labuta inclemente, quase indiferente ao gelo, neve, chuva e condições do mar. Labora-se por turnos, mas, se o peixe abunda, poderão não sobejar mais de quatro horas diárias de sono. Decorrem dias e meses, sem fins-de-semana nem folgas, numa união quase «perfeita» entre homem e tecnologia, como uma máquina humana impessoal.

Orgulhoso, Mariano, ajudante de cozinheiro, relembra as vezes que adormeceu, exausto, sobre a serra de cortar barbatanas. Fá-lo enquanto distribui uma revigorante zurrapa de café e aguardente que rechaça o sono dos marinheiros após 20 horas incessantes. Potenciam-se os riscos de acidente durante longas horas, suportadas na expectativa do descanso ulterior em terra. Complacente com o desgaste físico, riscos e distância da família, o governo concede a reforma completa aos 55 anos. Parco consolo face ao envelhecimento precoce operado nas feições vincadas e enrugadas dos mareantes.

O PASSADO E O PRESENTE DA INDÚSTRIA

Graças ao esforço hercúleo de uma extensa e velha frota – com navios com mais de 30 anos de mar –, pode-se obter alimento de qualidade e pomada farmacológica homónima a este peixe de profundidade. Contudo, a captura do Alabote destina-se

essencialmente ao mercado alimentar japonês.

Monopolizada por espanhóis e portugueses, e partilhada com nações como a Estónia, a Rússia e o Japão, a pesca de arrasto, de grande valor comercial, descende da secular pesca do bacalhau, cujos mananciais decaíram. A frota de arrastões, forçada a dirigir a pesca a recursos alternativos, explora o Alabote e espécies acessórias, como Raia, Abrótea, Vermelho e Lagartixa-da-rocha, implicando o congelamento, ao invés da salmoura a bordo.

É frequente ocorrer uma virada com a captura anterior por armazenar, sucedendo-se um ritmo de labuta inclemente, quase indiferente ao gelo, neve, chuva e condições do mar



Processamento do peixe. J TR

Esta pescaria conta cerca de três décadas e ressentir-se da pesca materna e polémica associada. Há quotas impostas, estabelecidas em função das populações exploradas, mas vinculadas a áreas regulamentares definidas aquando da faina maior. Sofre fortes imposições do governo canadiano e da União Europeia, transpirando um equilíbrio político instável que joga com interesses económicos, relações internacionais e a fragilidade das comunidades piscatórias e biológicas.

*A frota de arrastões,
forçada a dirigir
a pesca a recursos
alternativos, explora
o Alabote e espécies
acessórias, como Raia,
Abrótea, Vermelho
e Lagartixa-da-rocha,
implicando
o congelamento,
ao invés da salmoura
a bordo*

DESEJO DE TERRA FIRME

Na ânsia do regresso ao porto natal, mitigam a expectativa duma longa temporada com a memória da boa pescaria dos velhos nostálgicos tempos de outrora. Legitimam esventrar colossos esqualos acidentalmente pescados, pelos parcos alabotes inadvertidamente ingeridos, exacerbando a noção de que cada peixe no porão reduz o tempo de mar.

Quando uma tempestade impossibilita a faina, recobram-se forças em desgredo consen-

sivas, lucros imprevisíveis e trabalho extenuante, a moral a bordo sustém-se precária, aliçada na ambição, na camaradagem da família mais próxima – a tripulação –, e nas saudades da que, em terra, aguarda o regresso.

A IRONIA DO REGRESSO

É um mágico momento de alegria. Instante de saudade forte hasteada nas faces escamoteadas e chorosas dos marujos, ombreadas pelas dos familiares que, amontoados, assistem à chegada da embarcação.

É aí e então que reside a ironia dramática da vida dos nómadas marinhos. Retornam a casa por breves dias e apercebem-se que se tornaram estranhos à família acostumada à privação, que prefere a ausência. Seguem-se dias angustiantes de reconquista do lugar e harmonia efémera. Assim nos descreve Fernando que, em cada regresso, batalha pela orientação do televisor e canal a ver. Trabalha-se para sustentar a família ansiosa, com a qual pouco se comunga.

Com cada maré, cresce a marginalização à vida terrena, amargura que não surpreende a maioria dos marinheiros vindos de povoações piscatórias com tradição de mar que remonta a gerações e tempos olvidados. Benito, de 54 anos, recorda, como tantos, o regresso do pai marinheiro como «um misto de ansiedade, desconforto e opressão». Revê-o nos próprios 40 anos de mar em que viu os filhos crescerem em «pulos» e tornarem-se «ingratos estranhos», drama que muitos afogam em álcool, aumentando os riscos de acidente, de onde se ouve a expressão: «Se o mar fosse de vinho, bebia-o todo!»



Alada. J TR

sual, já que é forçoso a embarcação continuar a navegar e a tripulação a comer no desconforto que se alonga. Implica gastos que talham a percentagem da captura, atribuída ao marinheiro por maré. Assim advoga o ainda vigoroso mestre-de-produção Francisco, defensor de que menos tempo a dormir implica mais pescado no porão, menos tempo no mar e mais dinheiro para gastar em terra.

O próprio descanso durante a tormenta é ilusório. Adamastorianas, tornam o simples dormir, num exercício de perícia. Assim, entre tempestades opres-

A BATALHA ENTRE LEI, NATUREZA E CONDIÇÃO HUMANA

Devido a questões políticas e quotas impostas, díspares das exigências dos armadores (proprietários das frotas), cada maré dura cerca de cinco meses, período em que se enchem os porões frigoríficos, sem que a tripulação logre ver terra, inclusive abastecendo de combustível em mar aberto. As marés são geralmente intercaladas por 25 dias em terra, numa razão de 5 dias de férias por mês de mar. Destes, os primeiros são ainda para descarregar os porões, e os últimos empregues nos preparativos do embarque seguinte.

Quando embarcados, possuem uma relação bizarra com o mar que temem, desrespeitam e exploram. Qualquer artigo dispensável a bordo é lançado ao mar, enquanto que o que deste possa retirar-se e rentabilizar o espaço de porão é retido sem hesitação. Os lobos-do-mar lançam banalmente à água bidões de óleo e esquartejam diminutas raias pelas suas asas.

Em choque com esta atitude que almeja encurtar o tempo de regresso e aumentar o conforto a bordo, encontram-se as quotas e dimensões mínimas de pescado regulamentares, restrições justificadas que tendem a perder sentido quando não se vislumbra terra meses a fio. Contextualizam-se inúmeros métodos adoptados para ludibriar a fiscalização, resultando na implementação de observadores a bordo que garantem a legalidade da pesca e geram tensão adicional.

Vida martirizada pelas adversidades da natureza e exigências, desequilíbrios e contrastes da sociedade, é apanágio à célebre

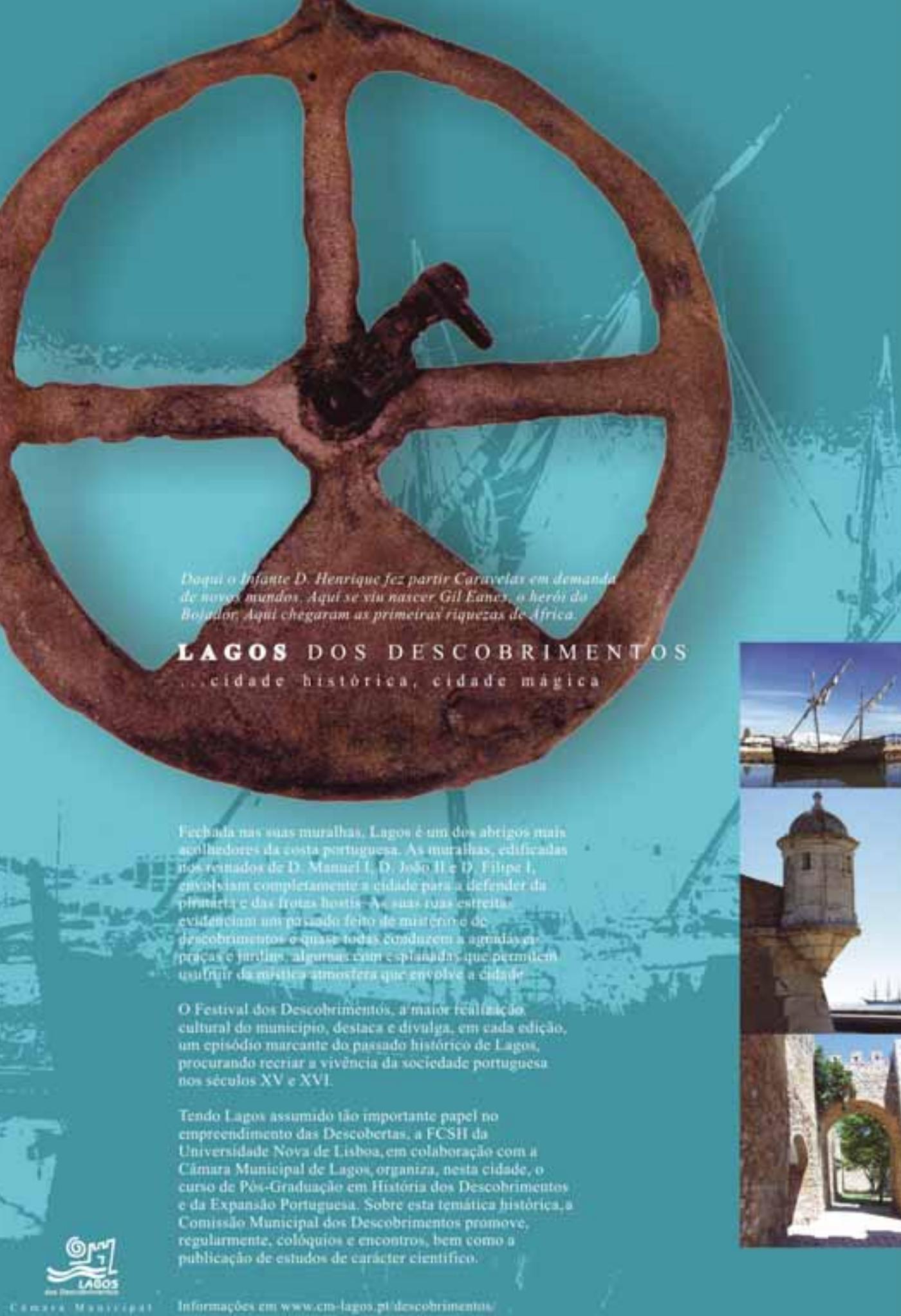
frase de Anacharsis (séc.VI a.C.): «Há três espécies de pessoas: as que estão vivas, as que estão mortas e as que estão no mar.» Desponta o sentido do desabafo de Manolo, 2.º de máquinas: «O que o mar molha jamais seca...». †



Portas. J TR

Retornam a casa por breves dias e apercebem-se que se tornaram estranhos à família acostumada à privação, que prefere a ausência

Nota: Os nomes próprios neste artigo são fictícios, para salvaguarda das respectivas identidades.



Doqui o Infante D. Henrique fez partir Caravelas em demanda de novos mundos. Aqui se viu nascer Gil Eanes, o herói do Bolavão. Aqui chegaram as primeiras riquezas de África.

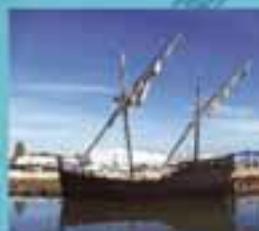
LAGOS DOS DESCOBRIMENTOS

... cidade histórica, cidade mágica

Fechada nas suas muralhas, Lagos é um dos abrigos mais acolhedores da costa portuguesa. As muralhas, edificadas nos reinados de D. Manuel I, D. João II e D. Filipe I, envolviam completamente a cidade para a defender da pirataria e das frotas hostis. As suas ruas estreitas evidenciam um passado feito de mistério e de descobrimentos e quase todas conduzem a agradáveis praças e jardins, alguns com eplanadas que permitem usufruir da mística atmosfera que envolve a cidade.

O Festival dos Descobrimentos, a maior realização cultural do município, destaca e divulga, em cada edição, um episódio marcante do passado histórico de Lagos, procurando recriar a vivência da sociedade portuguesa nos séculos XV e XVI.

Tendo Lagos assumido tão importante papel no empreendimento das Descobertas, a FCSH da Universidade Nova de Lisboa, em colaboração com a Câmara Municipal de Lagos, organiza, nesta cidade, o curso de Pós-Graduação em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Sobre esta temática histórica, a Comissão Municipal dos Descobrimentos promove, regularmente, colóquios e encontros, bem como a publicação de estudos de carácter científico.



INCM



3 vols.

**PORTUGUESES NO PERU
AO TEMPO DA UNIÃO IBÉRICA
MOBILIDADE, CUMPLICIDADES E VIVÊNCIAS**

MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA



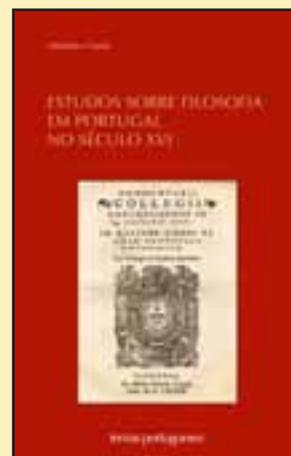
A LÍNGUA DE GIL VICENTE

PAUL TEYSSIER



**O PENSAMENTO FILOSÓFICO-JURÍDICO
PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO**

ANA PAULA LOUREIRO DE SOUSA



**ESTUDOS SOBRE FILOSOFIA
EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI**

AMÂNDIO COXITO

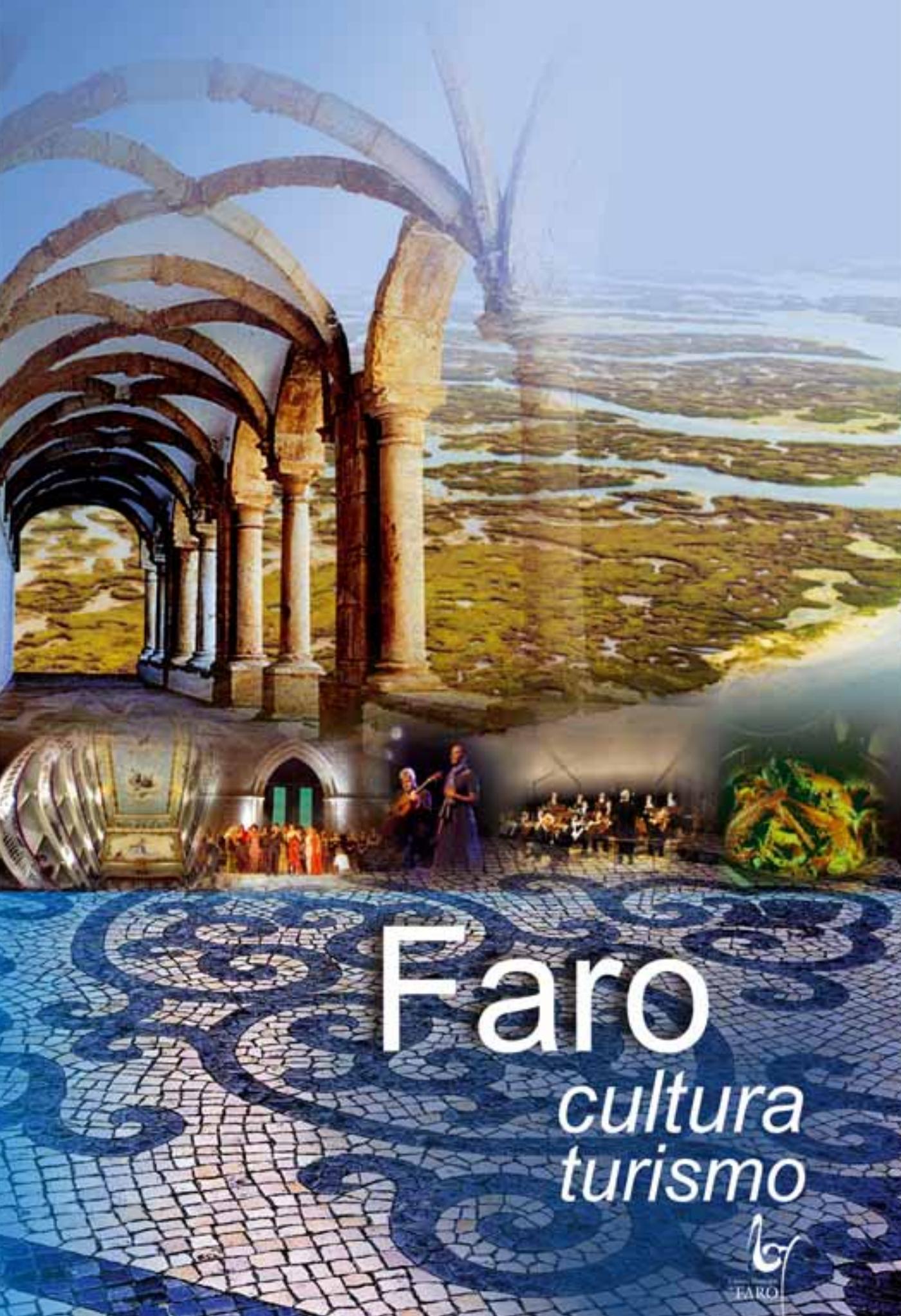


INCM

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA, S. A.

Av. António José de Almeida

1000-042 Lisboa • Tel.: 21 781 07 00



Faro

*cultura
turismo*



FARO

Sagres, o nosso património!

© 2010 Vila do Bispo - História e Património



ALBUFEIRA INOVAÇÃO E MEMÓRIA

Cidade de História, Cultura e Tradição



As origens históricas de Albufeira estão associadas à presença muçulmana no Gharb al Andalus e, de modo mais evidente, às dinastias Almorávida e Almohada.

A designação de Albufeira deriva da palavra "albuhera", do vocabulário trazido do Maghreb pelos povos que foram portadores de uma nova civilização que marcou profundamente todo o sul da Península Ibérica.

Portadora de um passado histórico onde se cruzam factos e personagens relevantes do mundo árabe, Albufeira ostenta o seu Castelo de Pademe e procura valorizar as suas gentes e o seu património com uma dinâmica cultural moderna ligada às novas formas de expressão artística.

Festival de Artes, Noites de Fado, Semana do Teatro, Artes do Espectáculo e lançamento de livros, são algumas das apostas. Albufeira é um convite às actividades culturais...

...todo o ano.





acolhedor
actual
admirável
afamado
afirmativo
agradável
alegre
aliciante
altaneiro
alternativo
animado
apelativo
apetitoso
aprazível
apurado
aromático
arreatador
ascendente
atraente
autêntico

	LOCAL
	ABRIGADA ALJEZUR
	NOTA
	BARRA DA ARISTIANA PÓRTO DA TABARCA
	FOTOGRAFIA E DESIGN
	LOGO TIPOS - IMAGENS E COMUNICAÇÃO

Rua Capitão Salgueiro Maia
8670-005 Aljezur
Tel.: 282 998 102 | Fax: 282 991 021
internet: www.cm-aljezur.pt

a
aljezur
Município de Aljezur

AMAL
Grande Área Metropolitana do Algarve

16 Concelhos. Um único Algarve.

A Grande Área Metropolitana do Algarve - pessoa colectiva de direito público e natureza associativa, é formada pelos 16 Municípios do Algarve - Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagos, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de St. António. Constituída a 29 de Março de 2004, tem como finalidade a concretização de projectos de interesse comum aos municípios que a integram.

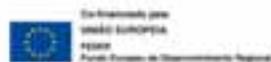
A constituição da Grande Área Metropolitana do Algarve tem como objectivos:

- Articulação dos investimentos municipais de interesse supra-municipal;
- Coordenação de actuações entre os municípios e os serviços de administração central em diversas áreas;
- Planeamento e gestão estratégica, económica e social;
- Gestão territorial na área dos municípios integrantes;
- Representação dos municípios integrantes perante os órgãos de soberania, sem prejuízo da autonomia e da representação daqueles.

Rua General Humberta Delgado, nº 20 - 8000-355 Faro - Portugal
Tel: (+351) 289 800 800 - Fax: (+351) 289 880 809
Email: amal@amal.pt - www.amal.pt



Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças
Alentejo | Algarve | Andaluzia



Financiada pelo
unión europea
2000

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



Cooperação Transfronteiriça
INTERREG III A

Dinamização da cooperação transfronteiriça Algarve - Andaluzia

GIT - ALGARVE

CCDR Algarve
Praça de Liberdade, nº 2
800-184 Faro
Tel. +351 289 88 52 00
Fax. +351 289 88 52 00

www.ccdr-alg.pt

O futuro constrói-se.

- ▶ Gestão de Empreendimentos Habitacionais
- ▶ Projectos e Fiscalização de Empreendimentos
- ▶ Desenvolvimento da Acção Social e Educativa
- ▶ Dinamização de Actividades Desportivas



BEMPOSTA

Investimentos Turísticos do Algarve, S.A.

Aldeamento da Bemposta Apartado 59

8501-909 PORTIMÃO

telef. 282 430 200 fax: 282 415 261

E-mail: bemposta@bemposta-sa.pt

Site: www.bemposta-sa.pt

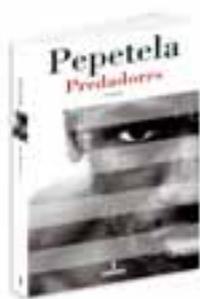
NOVIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA DAMOS VALOR AO QUE É NOSSO



Os Dias Contados

José Saramago

Uma história misteriosa acrescentada à vida de Anton Tchecov.



Predadores

Pepetela

Pepetela traça o retrato da Luanda actual e de um país destruído pela guerra civil através da história da ascensão e queda de um corrupto empresário angolano.



Daqui a Nada

Rodrigo Guedes
de Carvalho

nova edição

Romance de maturidade invulgar na apreciação de uma época, de uma geração e de uma mentalidade. Um ajuste de contas com a História.



O Profeta do Castigo Divino

Pedro Almeida
Vieira

A venturosa vida de Gabriel Malagrida, o jesuíta que tentou salvar Lisboa do terramoto de 1755.

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL
EDIÇÃOInstituto de Cultura Ibero-Atlântica
[Associação cultural
sem fins lucrativos]

DIRECTOR

João Ventura

CONSELHO EDITORIAL

António Borges Coelho [Portugal]

Caio Boschi [Brasil]

Gerardo Caetano [Uruguai]

João de Melo [Portugal]

Luis Sepúlveda [Chile]

Maria da Graça A. Mateus Ventura
[Portugal]

Mempo Giardinelli [Argentina]

Osvaldo Henrique Urbano [Peru]

Plinio Apuleyo Mendoza [Colômbia]

PROJECTO EDITORIAL

João Ventura

DESIGN

Atelier Henrique Cayatte

com Susana Cruz e Cristina Viotti

FOTOGRAFIA

Grau Serra Espriu

João Mariano

João Tatá Regala

João Ventura

José Pessoa

Juan Diego Duque

Luís Filipe Monteiro

Marcelo Vigneron

Pedro Oswaldo Cruz

Capa e Contracapa

Fotografia Alev

(Arquivo Literário Erico Verissimo)

COLABORARAM
NESTA EDIÇÃO

Afonso de Melo

Ana Goulão

António Borges Coelho

António Gomes da Costa

Armando Martínez Garnica

Eduardo Lourenço

Fernando de la Vieter Ribeiro

Nobre

Georgina Silva dos Santos

Gerardo Caetano

Gilmar Rocha

Grau Serra Espriu

João Mariano

João Tatá Regala

João Ventura

José Pessoa

Lourdes de Armas

Lucia Castello Branco

Lúcia Maria Bastos Pereira
das Neves

Luiz Felipe Scolari

Lygia Fagundes Telles

Maria Adelina Amorim

Maria da Graça A. Mateus Ventura

Paulinho Assunção

Rogata Soares del Gaudio

Ronald Raminelli

Virgínia Vidal

EXCERTOS AUTORIZADOS

A caçada

Lygia Fagundes Telles

Crónica dos Filhos

de Viriato

Manuel Alegre

TRADUÇÃO

Maria da Graça A. Mateus Ventura

REVISÃO & COPY DESK

António José Massano

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Alev

(Arquivo Literário Erico Verissimo)

Arquivo Fotográfico de Montevideo

Arquivo Museu Municipal de

Portimão

PROPRIEDADE

Instituto de Cultura

Ibero-Atlântica

Presidente

Maria da Graça A. Mateus

Ventura

Vice-Presidente

Valdemar Coutinho

Coordenadora Adjunta

Margarida Cunha

Vogais

Adelina Amorim

e José Canelas

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Júdice Biker, n.º 1

8500-701 Portimão

E-mail: iciaptm@mail.telepac.pt

T. (351) 282 470 822

F. (351) 282 470 749

PROMOÇÃO E PUBLICIDADE

iciaptm@mail.telepac.pt

PRÉ-IMPRESSÃO

Critério – Produção Gráfica, Lda

IMPRESSÃO

Norprint

DISTRIBUIÇÃO

ICIA

ISSN

1646-1002

DEPÓSITO LEGAL

219149/04

Registo ICS

124731

PREÇO POR NÚMERO

18 €

SÓCIOS DO ICIA

GRATUITO

ASSINATURA ANUAL

30 €

© Instituto de Cultura
Ibero-Atlântica e autores
dos textos e das fotografias

atlântica

AGRADECE A GENEROSIDADE DOS AUTORES
QUE TORNARAM POSSÍVEL ESTA EDIÇÃO.
OS TEXTOS ASSINADOS SÃO DA EXCLUSIVA
RESPONSABILIDADE DO(S) AUTOR(ES).

APOIOS



MINISTÉRIO DA CULTURA

INSTITUTO PORTUGUÊS DO
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS

Portimão

Câmara Municipal

MINISTÉRIO DA CULTURA
DELEGAÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO ALGARVE

Direcção Regional de Educação do Algarve

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIORCátedra de Estudos
Ibero-Americanos

Fotocopie este cupão e envie-o para:

Revista atlântica de cultura ibero-americana

R. Júdice Biker, n.º 1

8500-701 Portimão – Portugal

Fax (351) 282 470 749

E-mail: iciaptm@mail.telepac.pt

Nome

Morada

Código Postal

País

Data

Assinatura

ASSINATURA ANUAL

Assinatura 30 €

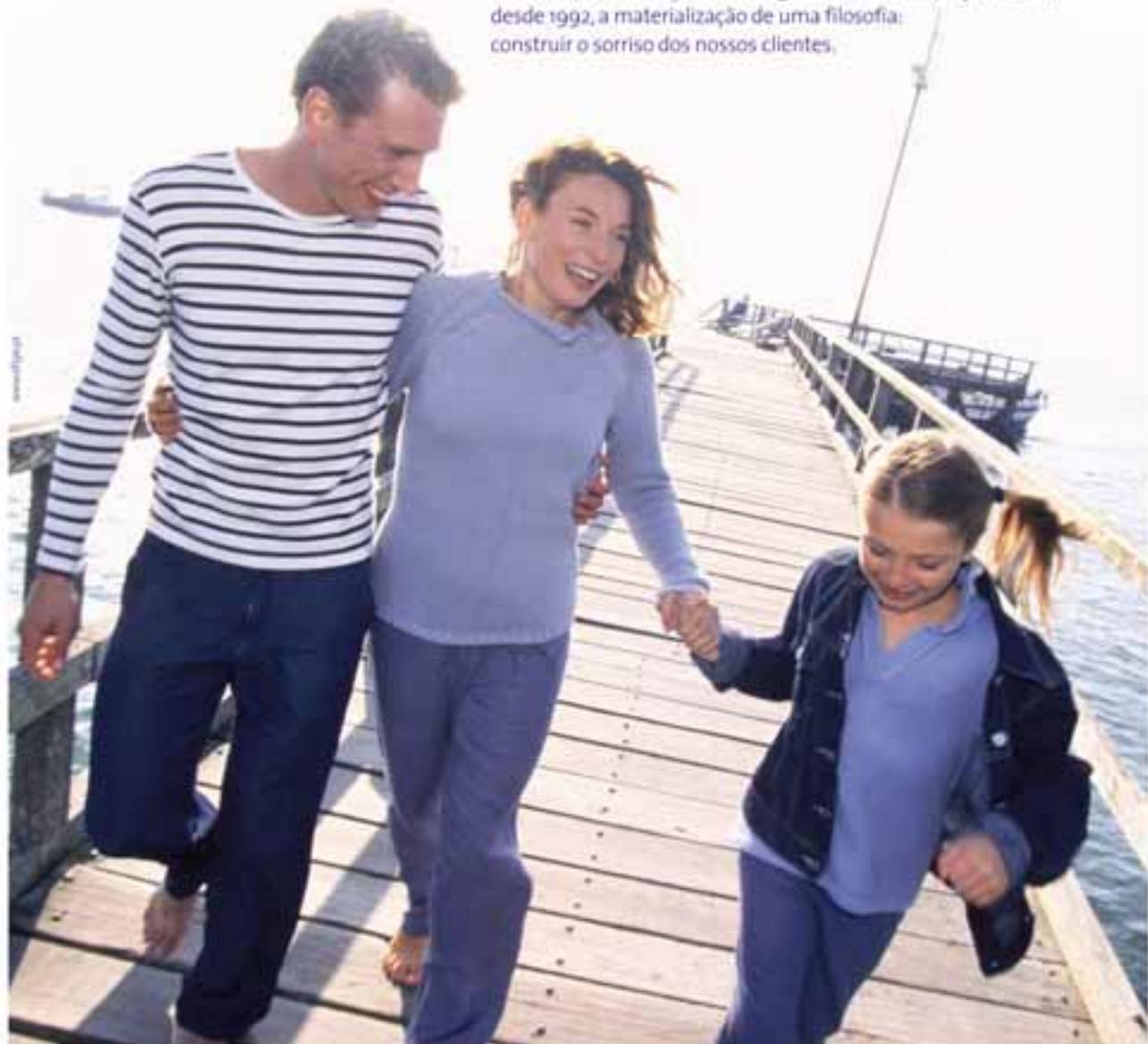
Pagamento por cheque à ordem de Instituto de Cultura Ibero-Atlântica

Banco Cheque n.º Se quiser oferecer uma assinatura da Revista atlântica de cultura ibero-americana ou recebê-la noutra local, por favor indique o nome e a morada para onde deseja que seja enviada.
É garantida a confidencialidade dos dados.



Construimos sorrisos

Seja na hotelaria, na promoção imobiliária, ou até mesmo em segmentos específicos como a saúde e o lazer, o universo RR Grupo é um marco na criação de bem-estar, no Algarve. Mais do que um conjunto de negócios, os nossos projectos são, desde 1992, a materialização de uma filosofia: construir o sorriso dos nossos clientes.



atlântica



INSTITUTO DE CULTURA
IBERO-ATLÂNTICA